



A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais

2023/2024
18ª edição



KPMG Board Leadership Center
Exploring issues. Delivering insights. Advancing governance.



Sumário

- 4 Introdução
- 6 Sobre o estudo
- 8 Linha do tempo da Governança Corporativa e o ACI Institute Brasil
- 10 Sumário executivo

RESULTADOS

- 11 Conselho de administração
- 20 Comitês de assessoramento ao conselho de administração
- 22 Comitê de auditoria
- 27 Comitês de capital humano
- 31 Comitê de remuneração
- 35 Conselho fiscal
- 39 Remuneração dos administradores e do conselho fiscal
- 49 Seguro D&O e outras formas de reembolso
- 53 Gerenciamento de riscos
- 60 Auditoria interna
- 63 Auditoria independente
- 68 Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG)
- 77 Informações de diversidade
- 82 Perfil das empresas analisadas
- 88 Empresas que compõem a 18ª edição do estudo
- 92 O ACI Institute e o Board Leadership Center no mundo
- 94 O ACI Institute e o Board Leadership Center da KPMG no Brasil

Introdução

Em 2023, entraram em vigor as novas regras de preenchimento do formulário de referência. Reformulado e alterado pela [Resolução CVM 59](#) e, posteriormente, pela [Resolução CVM 87](#), o novo modelo busca endereçar fatores como o maior ativismo de investidores e demais *stakeholders* por mais transparência e regras de governança mais robustas, em linha com iniciativas dos reguladores internacionais; a crescente importância de pautas da agenda ambiental, social e de governança (ESG na sigla em inglês); e as tendências mundiais.

Em consonância com a evolução de pautas internacionais, como a [Revisão dos Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE](#)¹ e o cenário regulatório em diferentes jurisdições², o novo formulário de referência dá mais peso a temas em ascensão como sustentabilidade, diversidade, transparência e *accountability*.

Entre as mudanças, destacam-se o maior escrutínio com aspectos de transparência em relação à remuneração, com a inclusão da divulgação de indicadores de desempenho — incluindo, se for o caso, indicadores ESG; o aumento da transparência sobre diversidade na alta administração e no quadro de funcionários; as informações sobre práticas e divulgações ESG mais detalhadas; o aumento de dados sobre fatores de riscos, seus impactos e sua relevância para os negócios; o maior rigor quanto a informações de casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos; entre outras.

Nesta 18ª edição do estudo “A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais”, a primeira com base no novo modelo do formulário de referência, 65% das companhias divulgaram atrelar indicadores ESG à remuneração variável dos administradores (conselho de administração

e executivos) — com destaque para o Nível 2, com 83% das afirmações.

Ainda no que diz respeito às informações do ESG, 57% das companhias analisadas divulgaram que seus relatórios são auditados ou revisados por entidade independente, reforçando a relevância de informações confiáveis e com o mesmo rigor apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, 91% das empresas consideram uma matriz de materialidade e/ou indicadores-chave de desempenho ESG, uma das novas exigências do formulário de referência.

Outro tópico novo que vale ser ressaltado é a divulgação das informações sobre diversidade. No modelo atual, as empresas devem divulgar a quantidade de membros dos órgãos da administração e do conselho fiscal agrupados com base na identidade autodeclarada de gênero e cor ou raça. Há também a possibilidade de divulgar “prefere não responder” ou “outros”.

As empresas sem nenhuma mulher no conselho de administração caíram de 29% para 28%. Considerando as respostas autodeclaradas, apenas 16% dos cargos em conselhos, 15% na diretoria executiva e 17% nos conselhos fiscais são ocupados por mulheres.

Ainda sobre a composição dos órgãos da administração, o percentual de conselheiros independentes chegou a 40% nesta edição — 2 pontos percentuais acima da edição anterior. Essa já é uma tendência observada há algumas edições, com a diminuição da participação de conselheiros externos, ou seja, que não são executivos da empresa, mas não são independentes.

As transformações constantes que trazem riscos emergentes de forma rápida e muitas vezes catastrófica aos negócios, bem como o ambiente

¹ [Review of the G20/OECD Principles of Corporate Governance](#). Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2023.

² [A Agenda ASG e o mercado de capitais](#). CVM, 2022.

cada vez mais regulado vêm elevando a preocupação das companhias abertas brasileiras com as suas estruturas de gestão de riscos e também com a robustez do *compliance* e dos controles internos. Nesta 18ª edição, 91% das empresas adotam uma política formalizada de gerenciamento de riscos e 82% dizem contar com uma área específica destinada a essa função.

Além disso, 248 empresas (88%), em comparação com 246 (84%) na edição anterior, contam com um comitê de auditoria para assessorar o conselho de administração. Esse comitê é composto, em média, por 35% de conselheiros independentes. Adicionalmente, 91% das companhias contam com uma área de auditoria interna que se reporta diretamente ao conselho de administração.

Como sempre enfatizamos ao longo dessas 18 edições do nosso estudo, a implementação de boas práticas e estruturas sólidas de governança corporativa favorecem a credibilidade e a longevidade das empresas, tornando os mercados mais estáveis e confiáveis, seja por parte dos acionistas, reguladores, funcionários, fornecedores, bancos e demais investidores.

Apesar do progresso, desafios persistem. No entanto, esses obstáculos também representam oportunidades para inovação e aprimoramento contínuo. O objetivo, agora, é continuar investindo em boas práticas e manter o ímpeto em direção a um futuro onde a governança corporativa não seja apenas uma exigência regulatória, mas torne-se cada vez mais um reflexo genuíno dos valores éticos e do compromisso com o crescimento sustentável e a geração de valor para os *stakeholders*.

Boa leitura!



Sidney Ito

CEO do ACI Institute Brasil e Sócio em Riscos e Governança Corporativa da KPMG no Brasil



Fernanda Allegretti

Líder do Board Leadership Center Brasil e Sócia-diretora de Mercados da KPMG no Brasil

Sobre o estudo

Amostra

Novo Mercado
189

N2
20

N1
23

Básico
50

Total de empresas
282

Os dados para este estudo foram coletados dos formulários de referência de 282 companhias abertas no Brasil. As empresas foram selecionadas levando em consideração os seguintes critérios:

- Todas as empresas listadas nos segmentos diferenciados de governança da B3: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2;
- Empresas cujas receitas líquidas estão entre as 50 maiores do segmento Básico, excluindo as companhias da categoria B.

Os gráficos e as análises que serão apresentados a seguir consideram o número total de 282 companhias – na última edição eram 293 – ou foram divididos por segmento. Nesta edição, o Novo Mercado é composto por 189 companhias, sendo 7 a menos do que no ano anterior; o Nível 2 por 20, sendo 3 a menos do que no último estudo; o Nível 1 por 23 empresas, no ano anterior, eram 24; e o Básico pelas 50 empresas conforme o critério indicado acima.

Durante o período de coleta dos dados, 5 companhias do Novo Mercado, 2 do Nível 2 e 1 do Nível 1, estavam em recuperação judicial e, por esse motivo, não foram incluídas no levantamento. Com relação às empresas do Básico, aquelas em recuperação judicial foram substituídas seguindo o mesmo critério de maiores receitas líquidas entre as integrantes desse segmento.

Das empresas analisadas, 6 não preencheram o formulário de referência da CVM no modelo novo, que entrou em vigor em janeiro de 2023. Para esses casos, foram consideradas apenas as informações divulgadas no formulário de referência no modelo antigo.

A seguir, você encontra uma breve descrição sobre as alterações no formulário de referência, documento base do nosso estudo. A relação das companhias analisadas nesta publicação pode ser encontrada na página 88. As regras específicas de cada segmento diferenciado (Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1) e do Básico podem ser visualizadas no site da [B3](#).

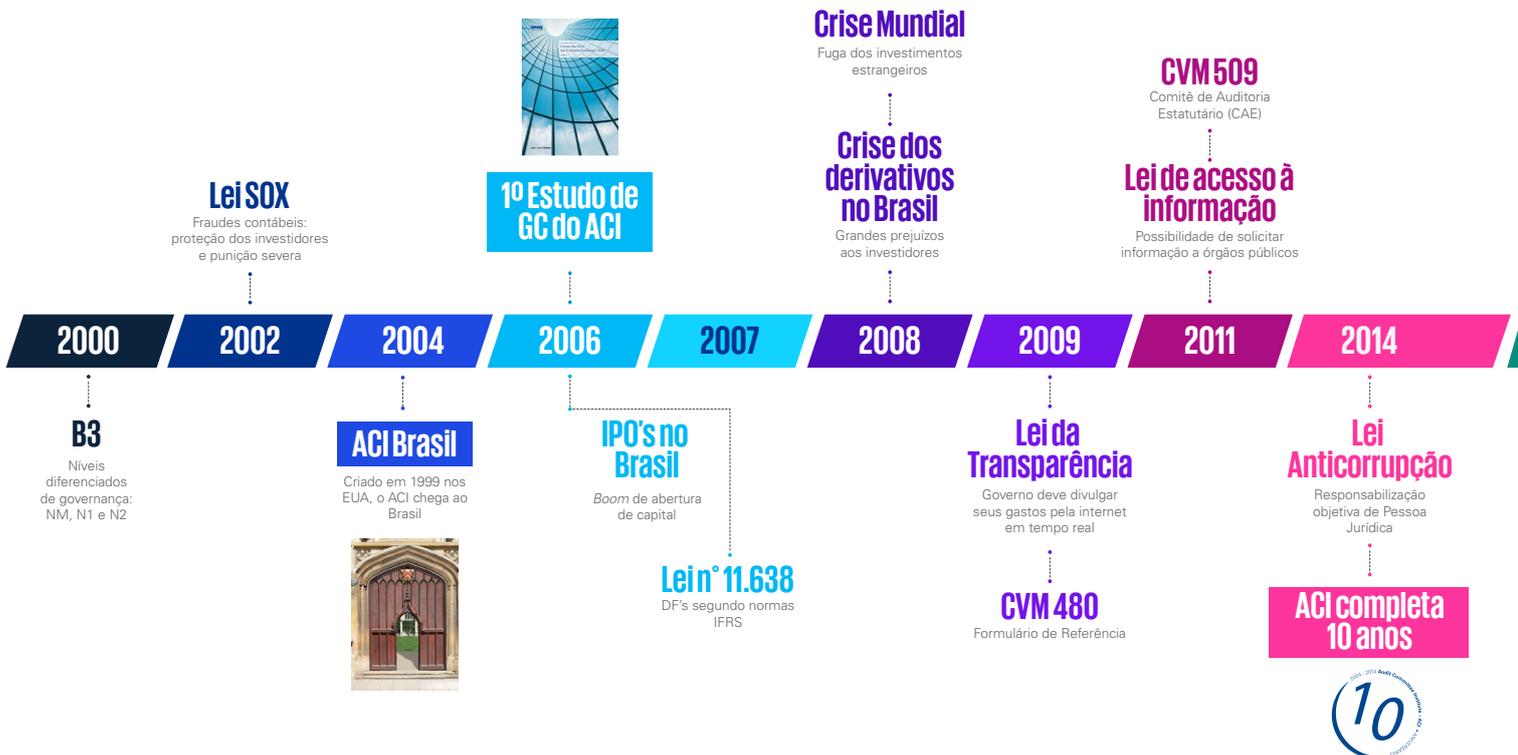
Instituído em 2009 pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o formulário de referência é o documento base para o nosso estudo desde então. No documento é possível encontrar dados como o ramo de atividade de uma determinada companhia, seus fatores de risco, informações financeiras, estrutura de capital e comentários dos administradores. Todas as empresas abertas, com algumas exceções, devem entregar o documento anualmente à CVM, respeitando o prazo de até cinco meses após o encerramento do exercício social. Se não o fizerem, ficam sujeitas a multas e podem até mesmo ser deslistadas da B3. As informações detalhadas sobre a estrutura do formulário podem ser consultadas no [site da CVM](#)³.

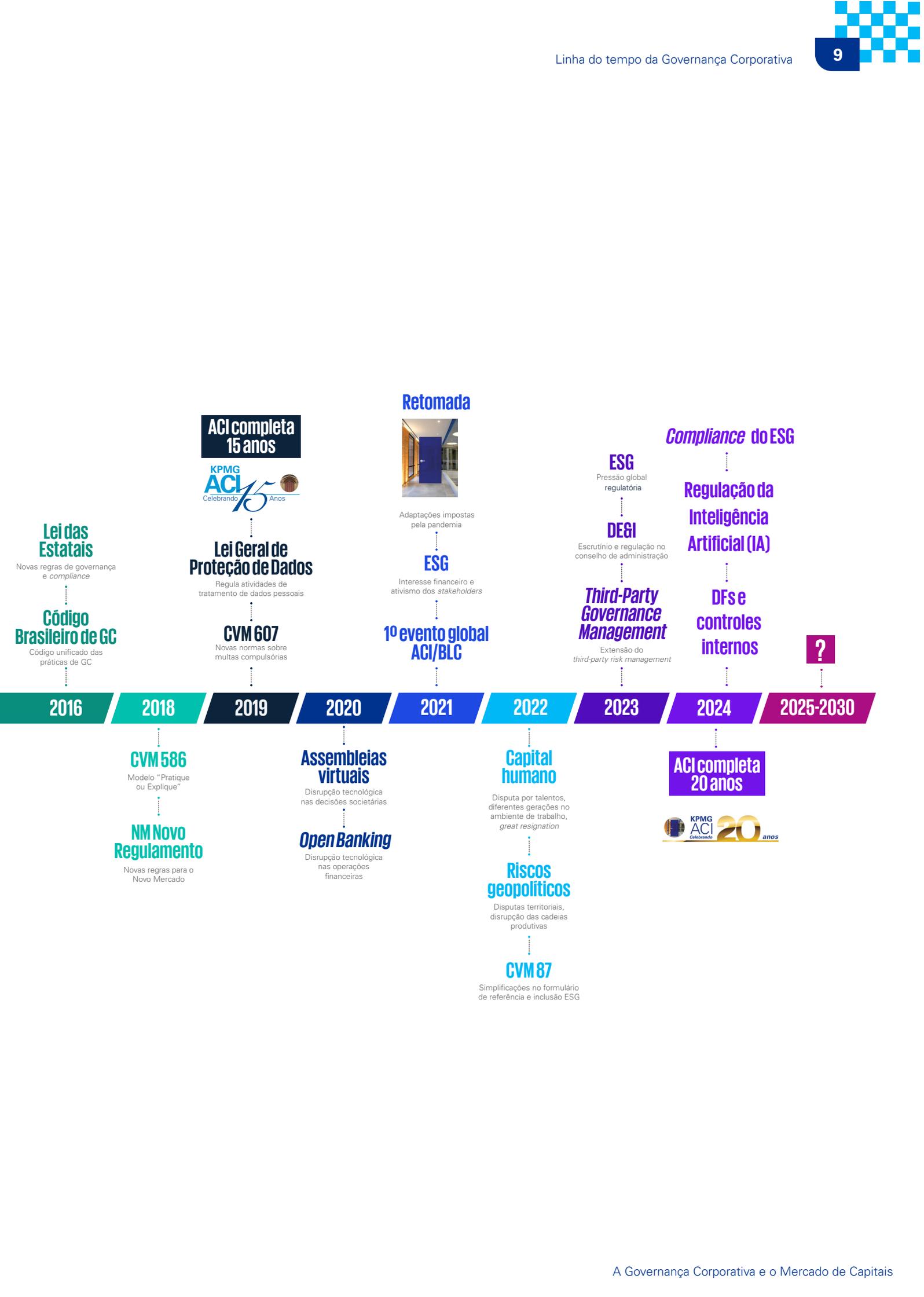
Em 2021, o formulário de referência foi revisto pela [Resolução CVM 59/21](#) e ganhou uma estrutura mais enxuta, com 13 seções, em comparação às 21 da versão anterior. As alterações visam extinguir a necessidade de divulgar informações que já constam em outros documentos obrigatórios; agrupar ou desmembrar a forma de apresentação de determinadas informações; e incluir divulgações que não eram apresentadas anteriormente, mas que agora são de interesse da sociedade e dos investidores, principalmente demandas relacionadas a questões sociais, ambientais e de governança. O novo modelo entrou em vigor em 2 de janeiro de 2023. Entre as principais novidades, estão:

- Indicadores de desempenho e plano de negócios considerando aspectos ESG;
- Informações sobre diversidade de colaboradores e da alta administração;
- Contribuições financeiras políticas e/ou que possam influenciar políticas e regulamentações devem ser divulgadas;
- Em relação à remuneração, devem constar informações relativas à outorga de opções de compra de ações, preços e diluição;
- Casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública devem ser informados, bem como as medidas corretivas adotadas nesses casos;
- Razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor;
- Novos riscos a serem divulgados;
- Fatores de riscos e processos precisam ser apresentados e sua relevância deve ser apontada;
- Informações sobre práticas e divulgações ESG.

³ [Cias Abertas: Documentos: Formulário de Referência \(FRE\). CVM.](#)

Linha do tempo da Governança Corporativa e o ACI Institute Brasil





Lei das Estatais
Novas regras de governança e compliance

Código Brasileiro de GC
Código unificado das práticas de GC

CVM 586
Modelo "Pratique ou Explique"

NM Novo Regulamento
Novas regras para o Novo Mercado

ACI completa 15 anos
KPMG ACI Celebrando 15 Anos

Lei Geral de Proteção de Dados
Regula atividades de tratamento de dados pessoais

CVM 607
Novas normas sobre multas compulsórias

Retomada

Adaptações impostas pela pandemia

ESG
Interesse financeiro e ativismo dos stakeholders

1º evento global ACI/BLC

Assembleias virtuais
Disrupção tecnológica nas decisões societárias

Open Banking
Disrupção tecnológica nas operações financeiras

Capital humano
Disputa por talentos, diferentes gerações no ambiente de trabalho, great resignation

Riscos geopolíticos
Disputas territoriais, disrupção das cadeias produtivas

CVM 87
Simplificações no formulário de referência e inclusão ESG

ESG
Pressão global regulatória

DE&I
Escrutínio e regulação no conselho de administração

Third-Party Governance Management
Extensão do third-party risk management

Compliance do ESG

Regulação da Inteligência Artificial (IA)

DFs e controles internos

?

ACI completa 20 anos
KPMG ACI Celebrando 20 anos

Sumário executivo

O quadro a seguir destaca algumas das informações mais relevantes deste estudo e traz uma comparação entre os segmentos de listagem da B3. Ele não tem o propósito de ser conclusivo e destina-se apenas a apresentar um resumo dos resultados que serão detalhados nas páginas seguintes.

	Novo Mercado	Nível 2	Nível 1	Básico	Total
Conselho de Administração (CA)					
% de conselheiros independentes	46%	44%	34%	14%	38%
Relações familiares no CA	47%	45%	57%	32%	45%
Avaliação de desempenho do CA (colegiado)	96%	55%	59%	36%	80%
% de mulheres no CA	17%	15%	12%	17%	16%
Comitê de Auditoria (COAUD)					
Existência	99%	95%	65%	54%	88%
% de membros do conselho de administração no comitê	45%	57%	41%	32%	45%
% coordenado por conselheiro independente	51%	67%	36%	27%	48%
Outros assuntos					
% empresas com comitê de capital humano*	56%	70%	65%	40%	55%
% empresas com comitê de remuneração	23%	45%	35%	24%	26%
Conselho fiscal (CF) permanente	10%	29%	33%	31%	16%
% seguro D&O ou outras formas de reembolso	99%	100%	100%	82%	96%
Área de gerenciamento de riscos	83%	84%	90%	74%	82%
Política corporativa de gerenciamento de riscos	99%	74%	83%	67%	91%
Auditoria interna	99%	95%	91%	82%	95%
% auditoria interna que se reporta ao conselho de administração	93%	89%	81%	87%	91%
% divulgam deficiência nos controles internos	39%	30%	35%	30%	37%
% divulgam informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG)	74%	95%	74%	74%	76%
% informam que as informações ESG são auditadas e revisadas por entidade independente	54%	58%	76%	58%	57%

*Consideramos como comitê de capital humano também os seguintes comitês: RH; gente/gente e gestão; nomeação/sucessão; remuneração; e outros comitês com funções similares à gestão do capital humano.

Resultados*

Conselho de administração

A promoção da diversidade nos conselho de administração já não é mais discutida no campo da possibilidade. Debate-se como praticá-la. Passamos para uma nova fase, em que investidores, reguladores e demais *stakeholders* querem saber quais empresas estão conseguindo implementar efetivamente políticas de diversidade e inclusão e, entre as que ainda não estão fazendo, a justificativa para isso.

Quanto à questão de gênero, houve um avanço significativo. Há 10 anos, apenas 33% das empresas abertas brasileiras analisadas tinham ao menos uma mulher em seus conselhos de administração; já no levantamento deste ano, o percentual chega a 72%. No entanto, a porcentagem de mulheres ocupando cargos como conselheiras continua baixa e se manteve em 16%, mesmo resultado de 2022.

Ainda sobre a composição do conselho, nota-se uma maior preocupação das empresas em cumprir a Resolução 168 da CVM, que, desde de setembro de 2022, estabelece o percentual mínimo de 20% de membros independentes nos conselhos de administração para companhias que se enquadram em determinados requisitos. No levantamento deste ano, 40% dos membros de conselhos de administração são independentes, sendo dois pontos percentuais a mais do que no ano anterior.

Observa-se também um aumento de empresas que realizam uma avaliação periódica e formal do desempenho de seu conselho de administração (80%) e de seus membros individualmente (70%). No estudo do ano passado, esses índices eram de 74% e 59%, respectivamente.

Na edição de 2023, não foi analisada a média anual de reuniões do conselho de administração porque, com o novo modelo do formulário de referência, não há mais a obrigatoriedade da divulgação do “número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias” (antigo item 12.3.a.). Poucas empresas continuam a divulgar esses dados, mas em quantidade insuficiente para embasar nossa amostragem (apenas 32 empresas divulgaram a informação entre as 282 analisadas).

*Alguns resultados podem não somar 100% devido ao arredondamento.

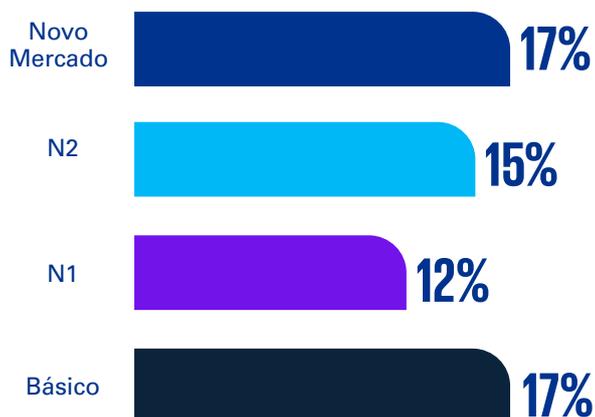
Quantidade média de membros no conselho de administração, por segmento de listagem



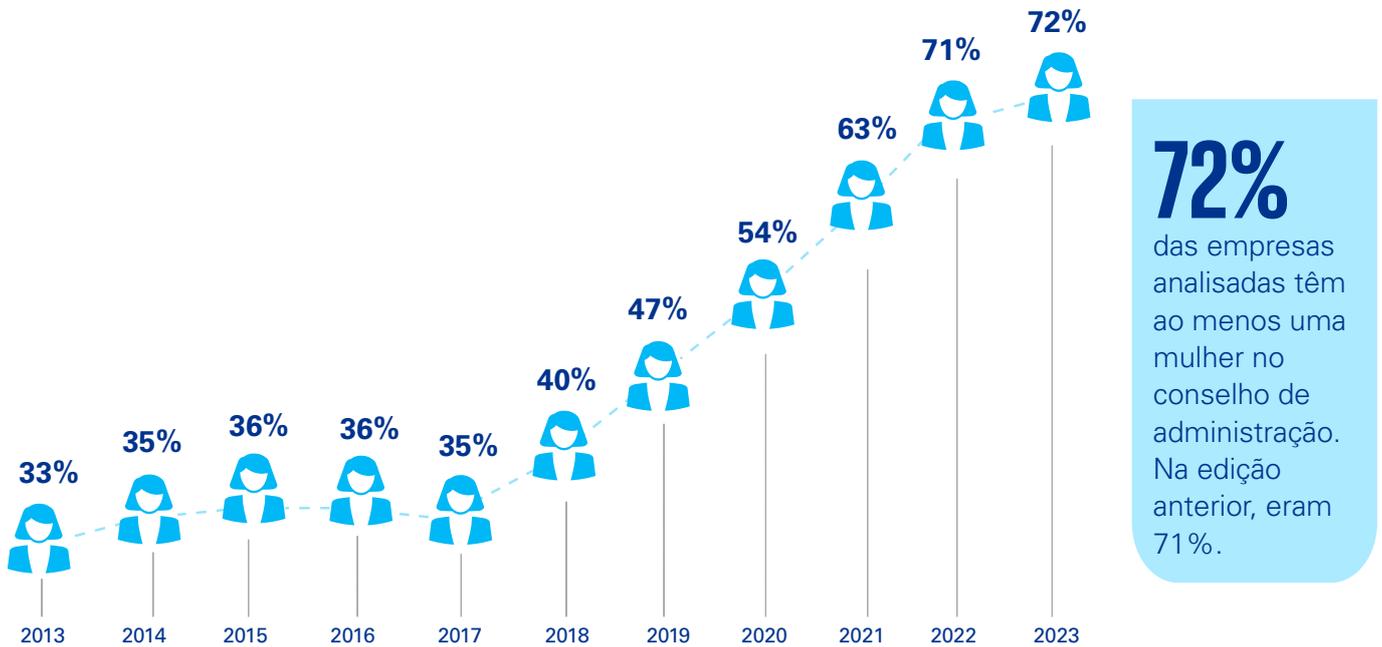
Evolução do número médio de membros nos conselhos de administração



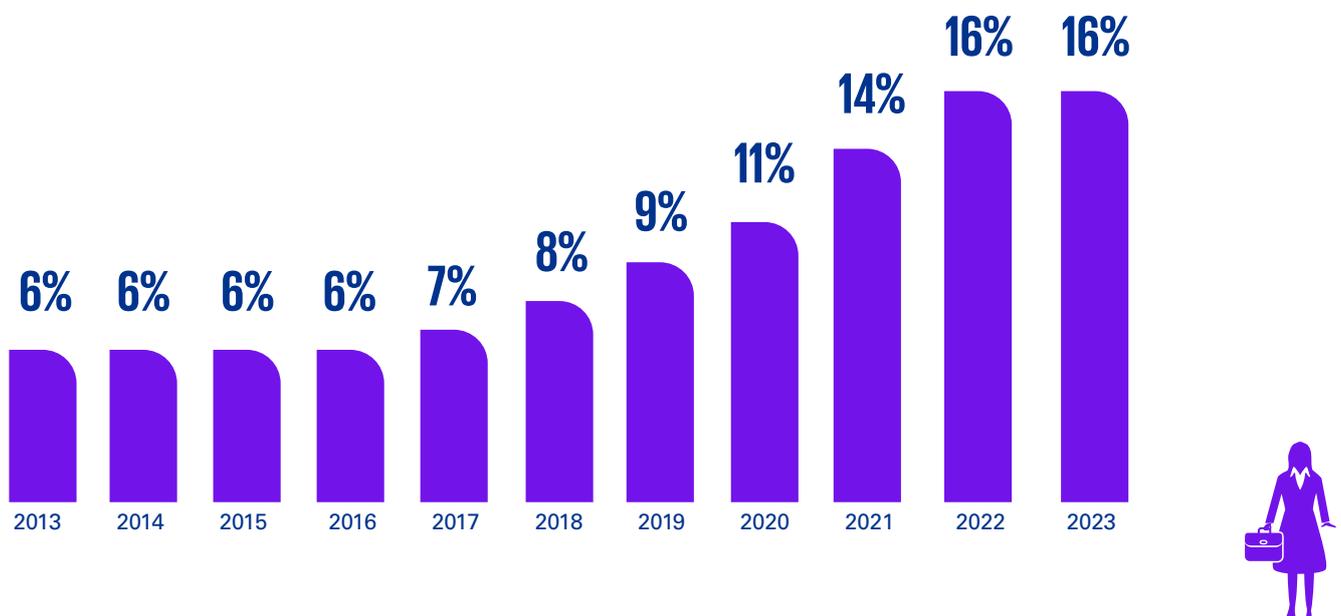
Porcentagem de mulheres no conselho de administração, por segmento de listagem



Evolução das empresas que têm ao menos uma mulher no conselho (esse item passou a ser analisado a partir de 2013)

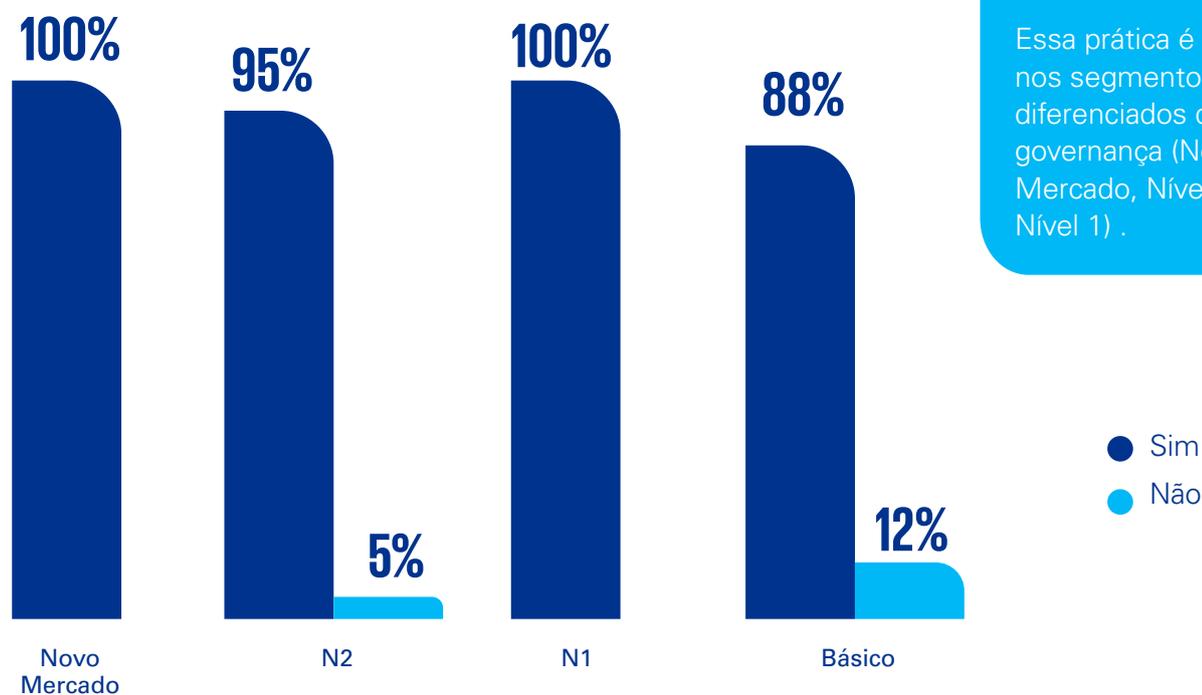


Evolução da porcentagem de mulheres nos conselhos de administração (esse item passou a ser analisado a partir de 2013)

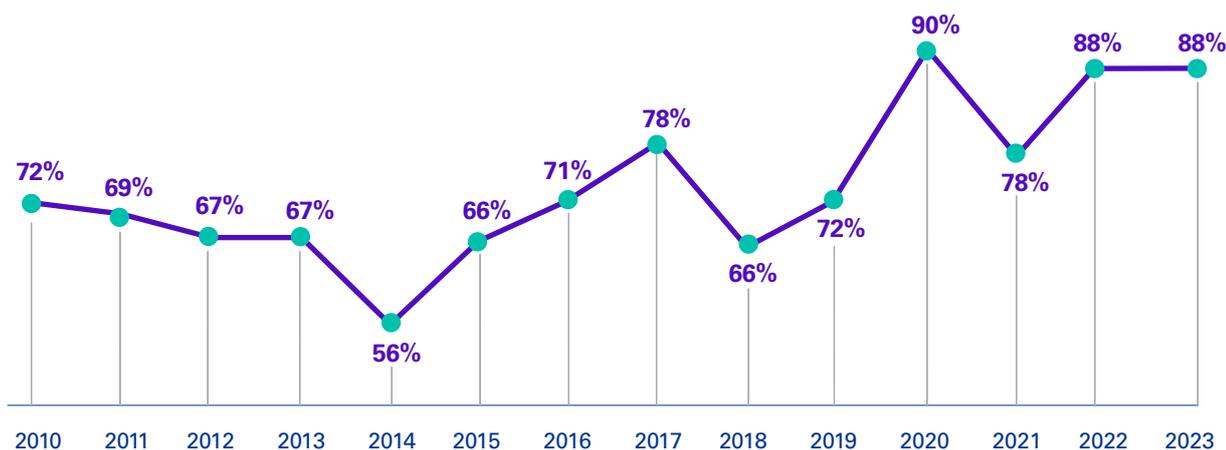


16% é a porcentagem dos cargos de conselho ocupados por mulheres. Essa porcentagem se manteve estável em relação à última edição.

Porcentagem de empresas nas quais os cargos de presidente-executivo (CEO) e presidente do conselho de administração (Chairman) são ocupados por pessoas distintas



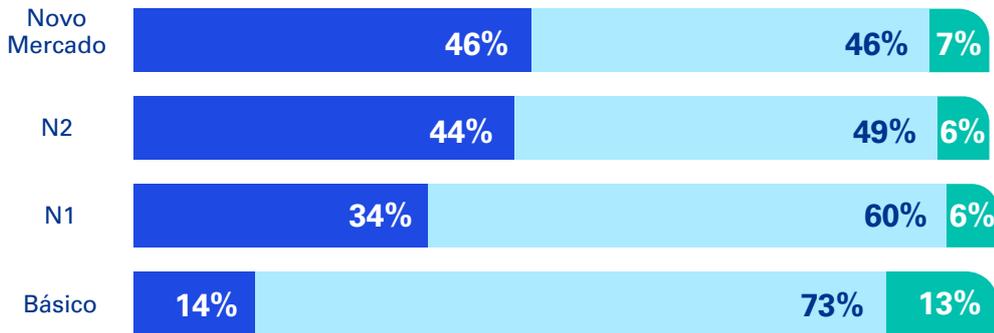
Evolução na porcentagem de empresas do segmento Básico nas quais os cargos de presidente-executivo (CEO) e presidente do conselho de administração (Chairman) são ocupados por pessoas distintas



Com a alteração na “Lei das S.A.” pela lei Federal 14.195/21 (“Lei do Ambiente de Negócios”), fica vedada a acumulação dos cargos de presidente do conselho de administração e CEO, com possível exceção para companhias com menor faturamento. A medida entrou em vigor em março de 2022. Pela Resolução CVM 168, de setembro de 2022, essa vedação não se aplica a companhias abertas consideradas de pequeno porte⁴ (com receita bruta consolidada inferior a R\$ 500 milhões com base nas demonstrações financeiras de encerramento do último exercício social).

⁴ Nova norma regulamenta dispositivos da Lei 6.404 sobre voto plural e a composição dos órgãos de administração das companhias abertas. Portal Gov.br

Composição do conselho de administração, por segmento de listagem



● Conselheiros independentes ● Conselheiros externos ● Conselheiros executivos

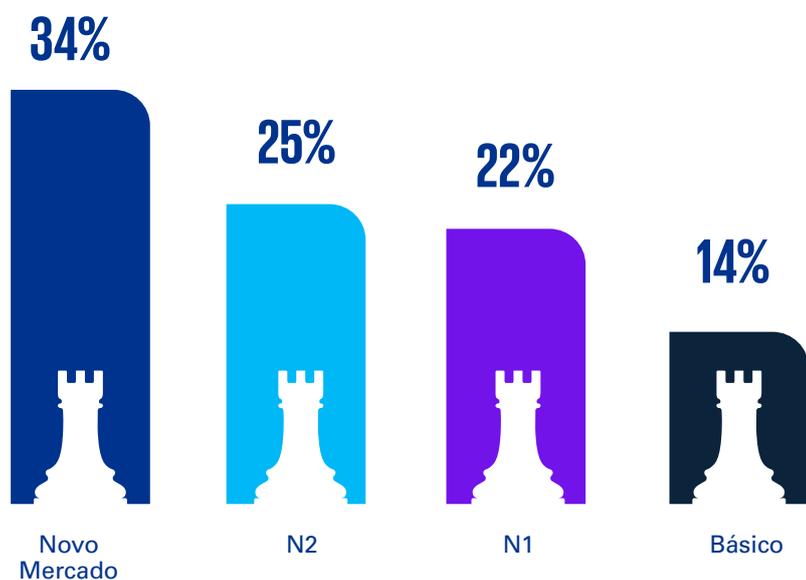
Evolução na composição dos conselhos de administração



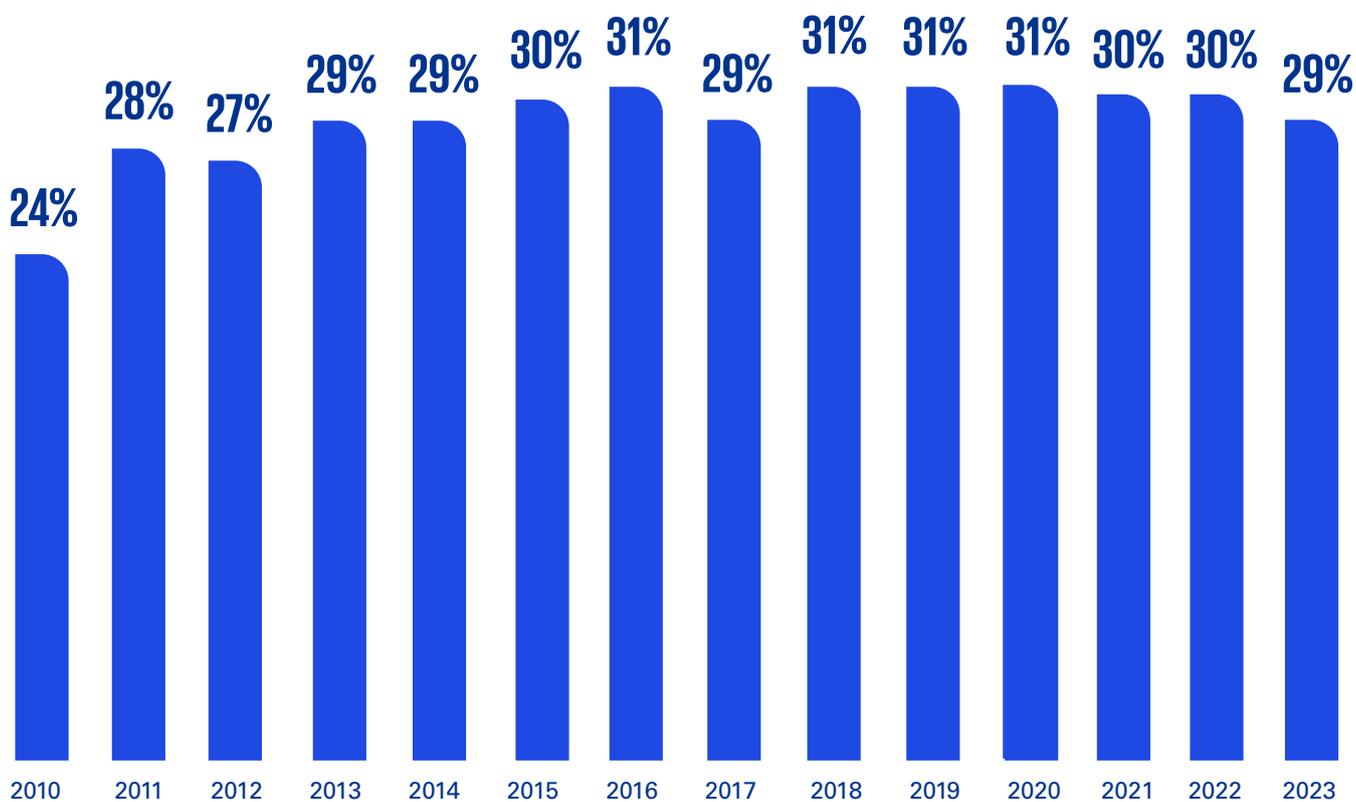
● Conselheiros independentes ● Conselheiros externos ● Conselheiros executivos

Editada em setembro de 2022, a Resolução CVM 168 instituiu o percentual mínimo de 20% de membros independentes nos conselhos de administração para as companhias abertas que preencherem os seguintes requisitos: (i) registradas na categoria A, (ii) possuam valores mobiliários admitidos à negociação em mercado de bolsa por entidade administradora de mercado organizado; e (iii) possuam ações ou certificados de depósito de ações em circulação. A Resolução entrou em vigor no dia 3 de outubro de 2022, mas as regras referentes à composição do CA e ao enquadramento de conselheiros independentes passaram a ser aplicadas aos mandatos iniciados a partir de janeiro de 2023.

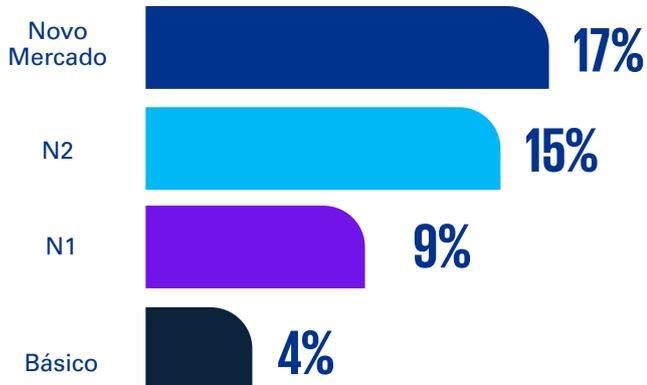
Porcentagem de conselheiros de administração indicados pelos acionistas minoritários, por segmento de listagem



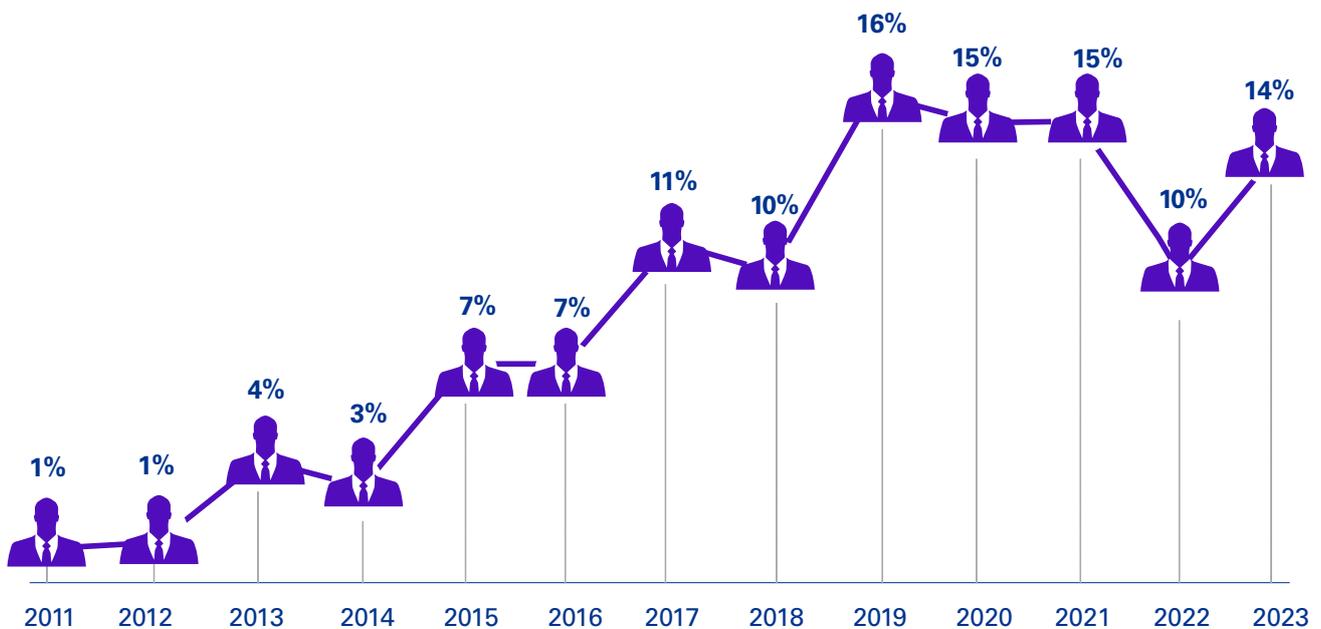
Evolução na porcentagem de conselheiros de administração indicados pelos acionistas minoritários



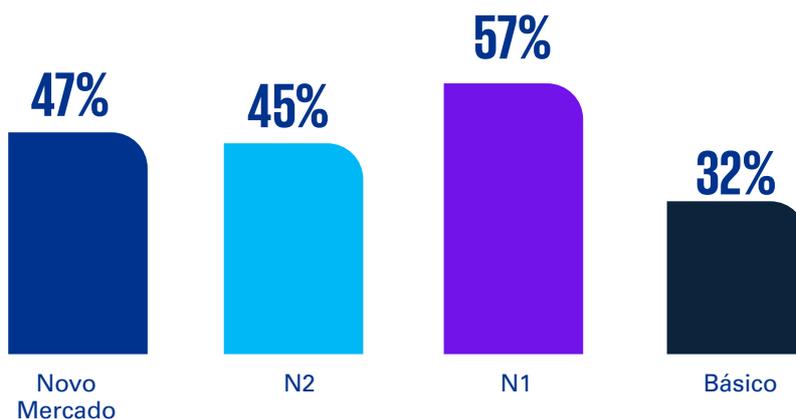
Porcentagem de empresas onde o presidente do conselho de administração é um conselheiro independente, por segmento de listagem



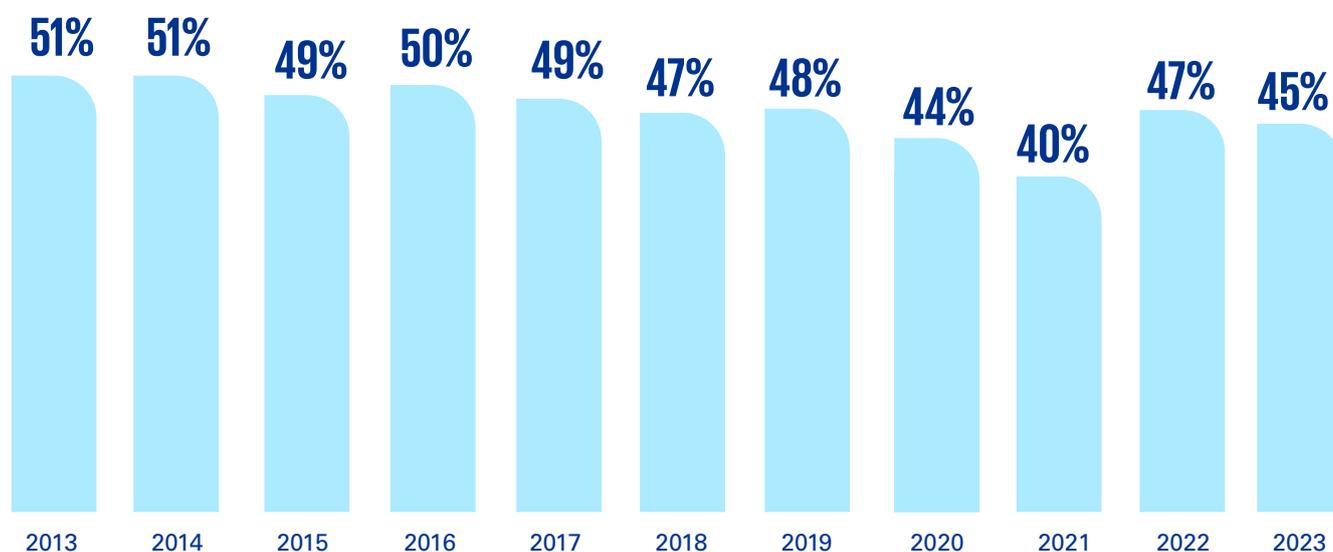
Evolução da porcentagem de empresas onde o presidente do conselho de administração é um conselheiro independente (esse item passou a ser analisado a partir de 2011)



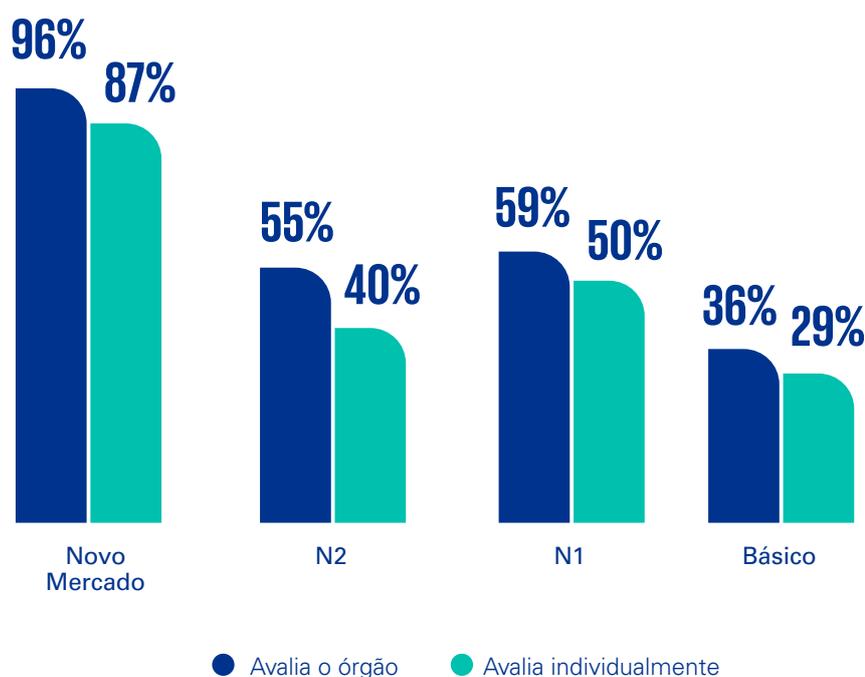
Porcentagem de empresas onde existe relação familiar entre os membros do conselho de administração e outras pessoas da companhia ou do próprio conselho, por segmento de listagem



Evolução na percentagem de empresas onde existe relação familiar entre os membros do conselho de administração e outras pessoas da companhia ou do próprio conselho (esse item passou a ser analisado a partir de 2013)



Percentagem de empresas em que o conselho de administração avalia periódica e formalmente o seu desempenho, por segmento de listagem



Número de empresas que não divulgaram a informação (avaliação de desempenho do órgão):

Novo Mercado: 4

N1: 1

Básico: 6

Total: 11

Número de empresas que não divulgaram a informação (avaliação de desempenho individual dos membros):

Novo Mercado: 38

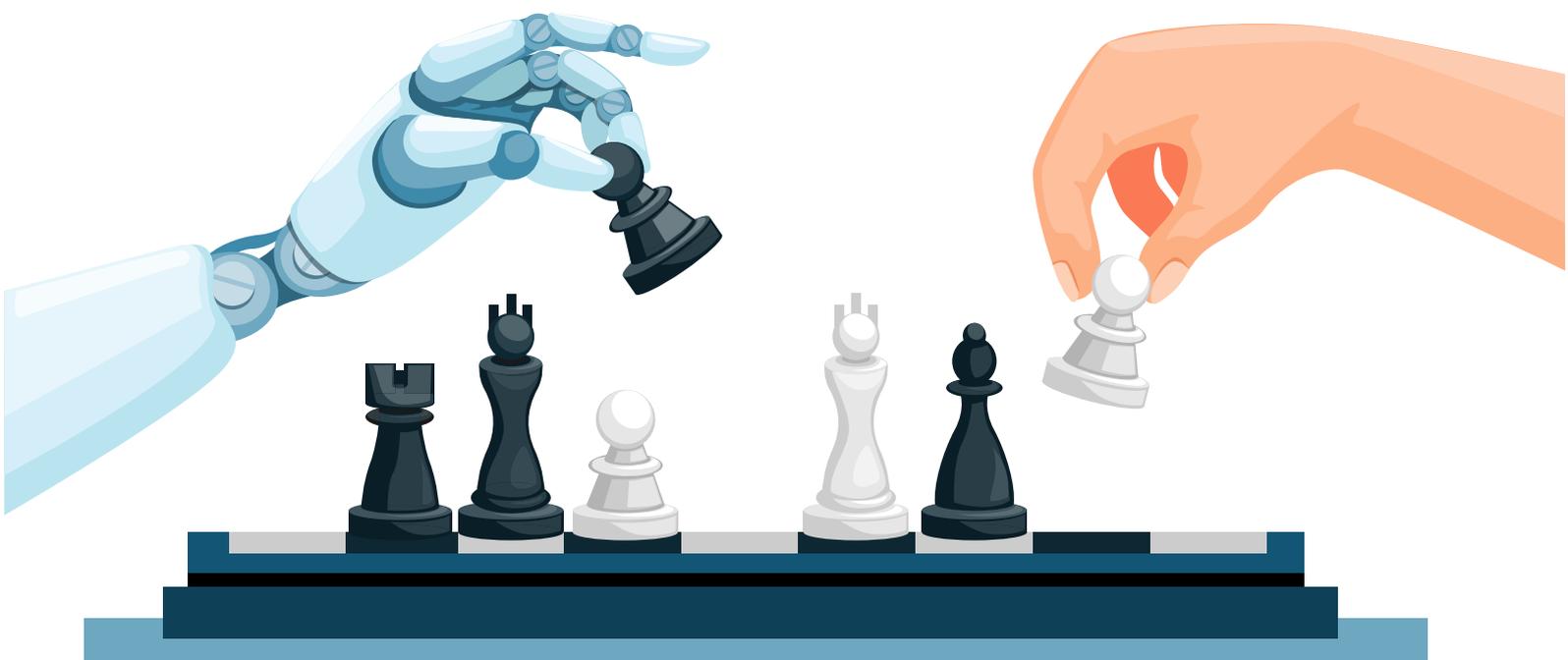
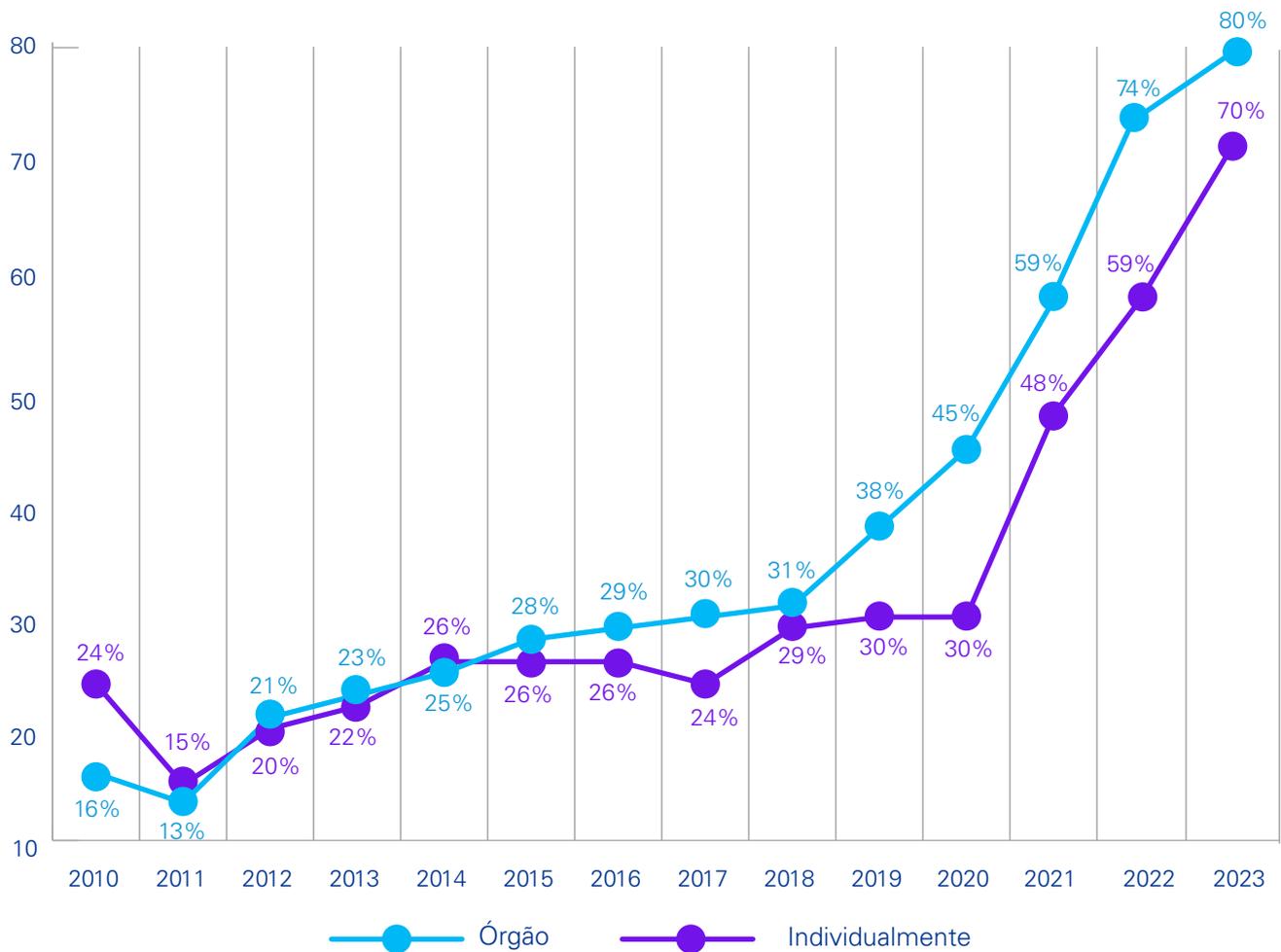
N2: 5

N1: 5

Básico: 8

Total: 56

Evolução na porcentagem de empresas em que o conselho avalia periódica e formalmente seu desempenho



Comitês de assessoramento ao conselho de administração

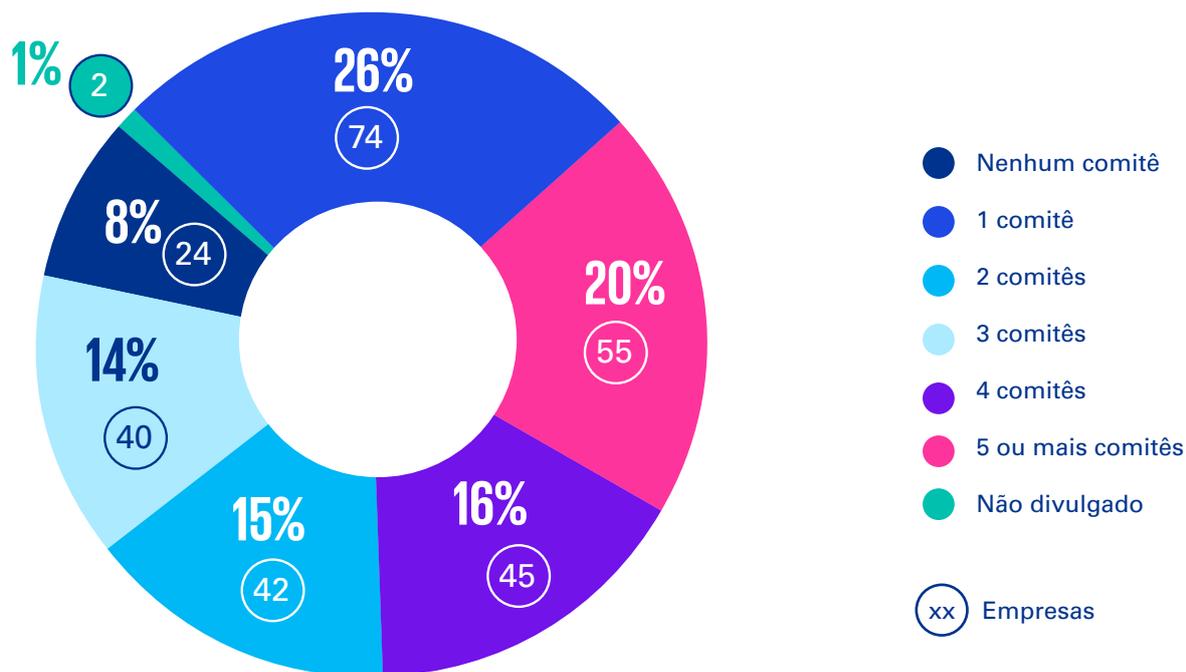
Comitês de assessoramento têm o objetivo de fornecer conteúdos e análises para auxiliar o conselho nos processos decisórios. Dentre as atribuições desses comitês está, inclusive, a proposição de melhorias relacionadas à área de atuação para conferir maior eficiência e qualidade às decisões do conselho de administração, sem o caráter deliberativo.

Em meio ao aumento da complexidade dos riscos e à expansão de assuntos estratégicos na agenda do conselho, os comitês de assessoramento, que podem ser estatutários ou não, fornecem recomendações e apoio no endereçamento de questões específicas com mais profundidade. Isso permite que o conselho de administração aproveite a *expertise*

de outros profissionais com maior tempo e dedicação para temas mais complexos e específicos.

Neste ano, a maioria das empresas conta com dois a quatro comitês de assessoramento (45%) e apenas 8% divulgam não contar com nenhum comitê. Entre as companhias analisadas, 248 (88%) contam com um comitê de auditoria; 155 (55%) com um comitê de capital humano; e 96 (34%) com um comitê de finanças e investimentos. Com relação ao último ano, destaque para o comitê de sustentabilidade que, em 2022, estava presente em 15% das empresas (44 companhias) e, na edição atual, são 28% (79).

Comitês de assessoramento ao conselho de administração



Comitês de assessoramento aos conselhos de administração mais frequentes, por segmento de listagem

Comitês	Novo Mercado	N2	N1	Básico	Total 2023	Total 2022
Comitê de auditoria	187	19	15	27	248	246
Comitê de capital humano*	106	14	15	20	155	181
Comitê de finanças e investimentos	72	7	7	10	96	85
Comitê de riscos	52	8	9	13	82	76
Comitê de sustentabilidade	58	6	9	6	79	44
Comitê de estratégia	39	5	8	3	55	40
Comitê de governança corporativa	31	3	4	5	43	42
Comitê de ética	31	4	1	6	42	41
Comitê de <i>compliance</i>	15	2	1	6	24	27
Comitê de partes relacionadas	14	2	4	1	21	22
Comitê de indicação	7	1	-	-	8	2
Comitê de operações	5	-	-	2	7	8
Comitê de divulgação	3	1	1	1	6	7

* Inclui comitês de pessoas; RH; gente; talentos; desenvolvimento de pessoas; elegibilidade; nomeação; sucessão; remuneração; e demais comitês com atividades relacionadas ao capital humano.





Comitê de auditoria

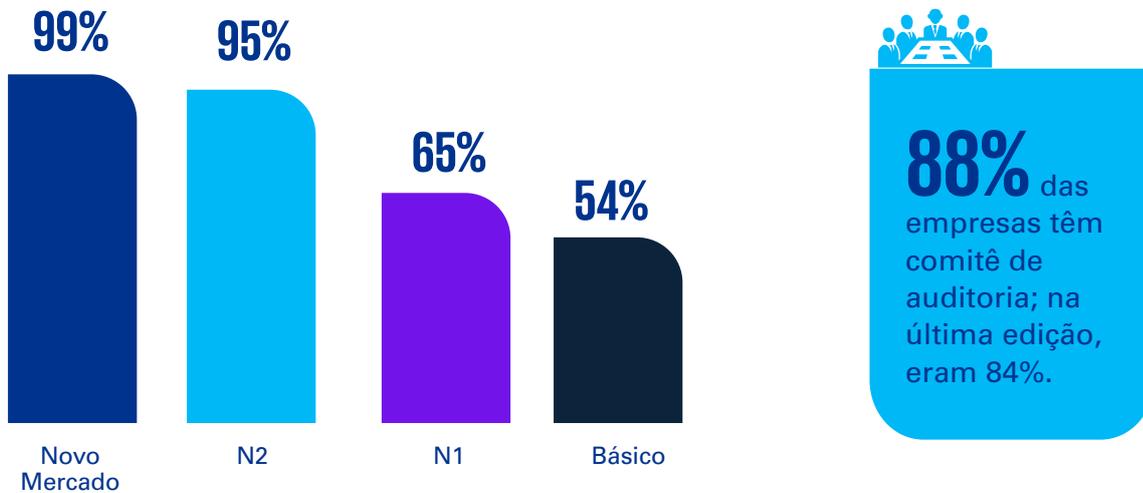
O comitê de auditoria auxilia o conselho de administração na supervisão da efetividade e qualidade das demonstrações financeiras e dos controles internos, do gerenciamento de riscos e *compliance*, da auditoria interna e da auditoria independente. Assim como em outros anos, a porcentagem de empresas com comitês de auditoria aumentou em relação à edição anterior. Em 2022, eram 84% e, na edição atual, chega a 88%.

De acordo com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, o comitê de auditoria deve ser composto preferencialmente por

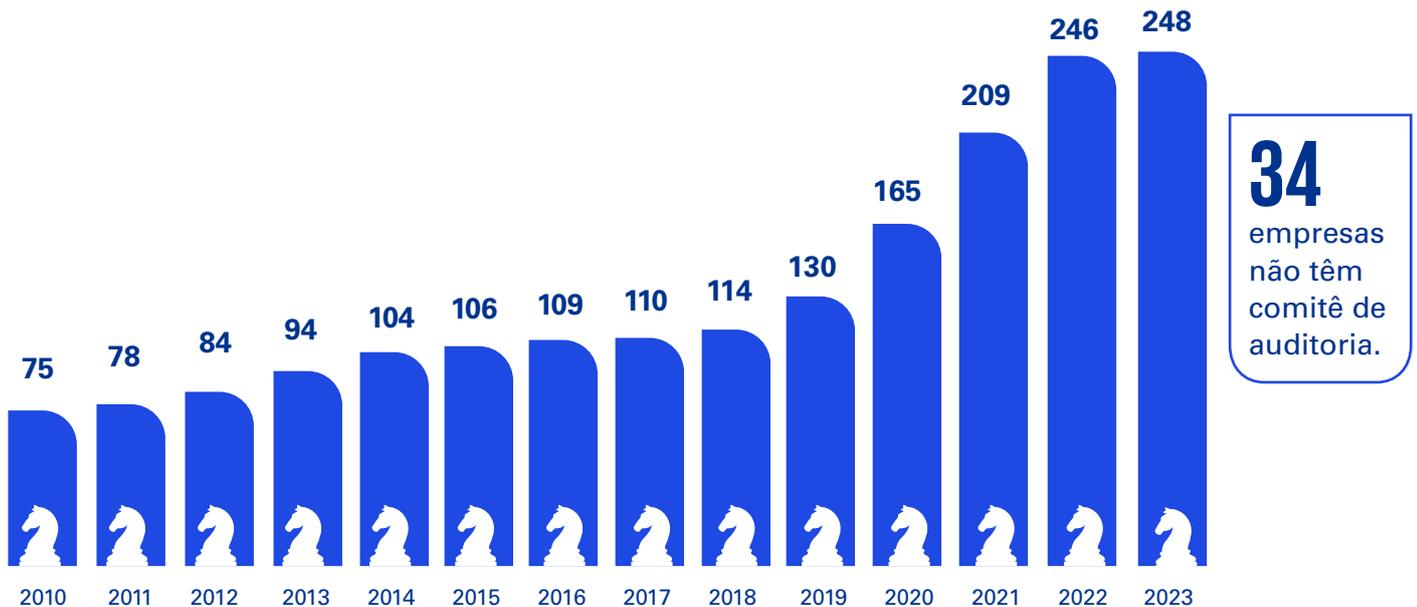
conselheiros independentes para evitar conflitos de interesse. Neste ano, 45% dos membros desse comitê também são conselheiros de administração e 35% são conselheiros independentes – no último ano, as porcentagens eram de 44% e 36%, respectivamente. Além disso, 48% das empresas divulgam ter um conselheiro de administração independente como coordenador do comitê de auditoria.

Vale notar que a média de membros no comitê de auditoria manteve-se a mesma em relação ao último ano (3,2).

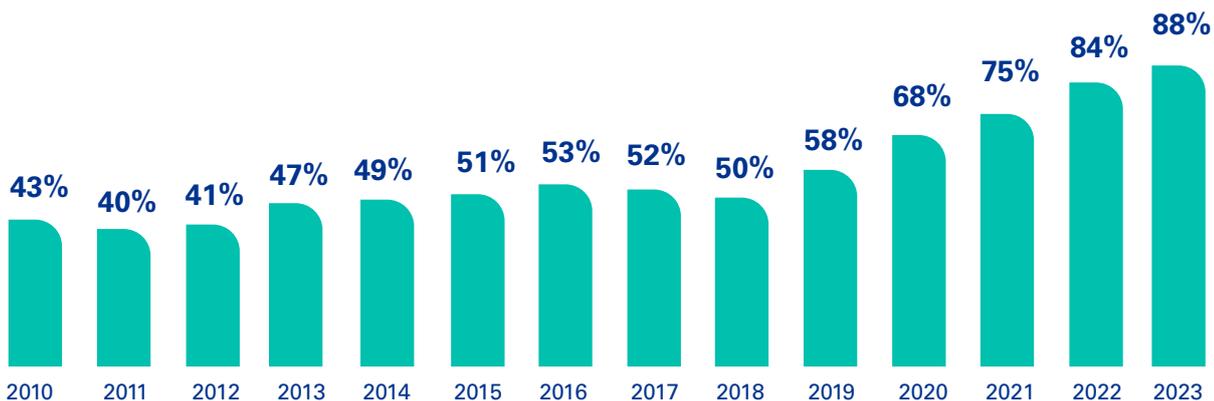
Porcentagem de empresas com comitê de auditoria, por segmento de listagem



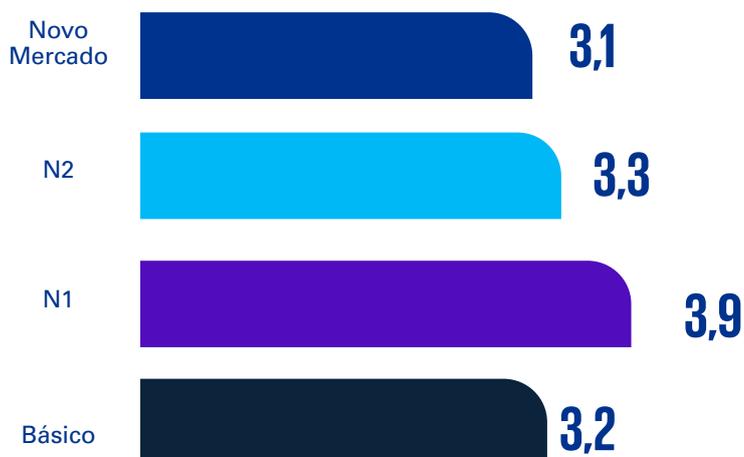
Evolução na quantidade de empresas que têm comitê de auditoria



Evolução da porcentagem de empresas com comitê de auditoria

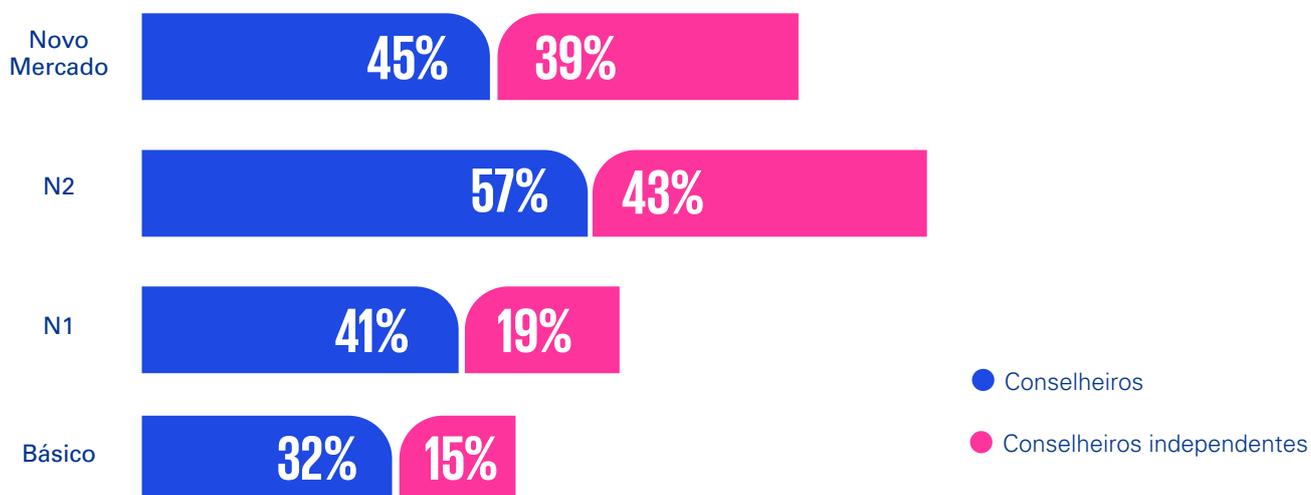


Quantidade de membros no comitê de auditoria, por segmento de listagem



3,2 é a média de membros nos comitês de auditoria. A média se manteve estável em relação ao ano anterior.

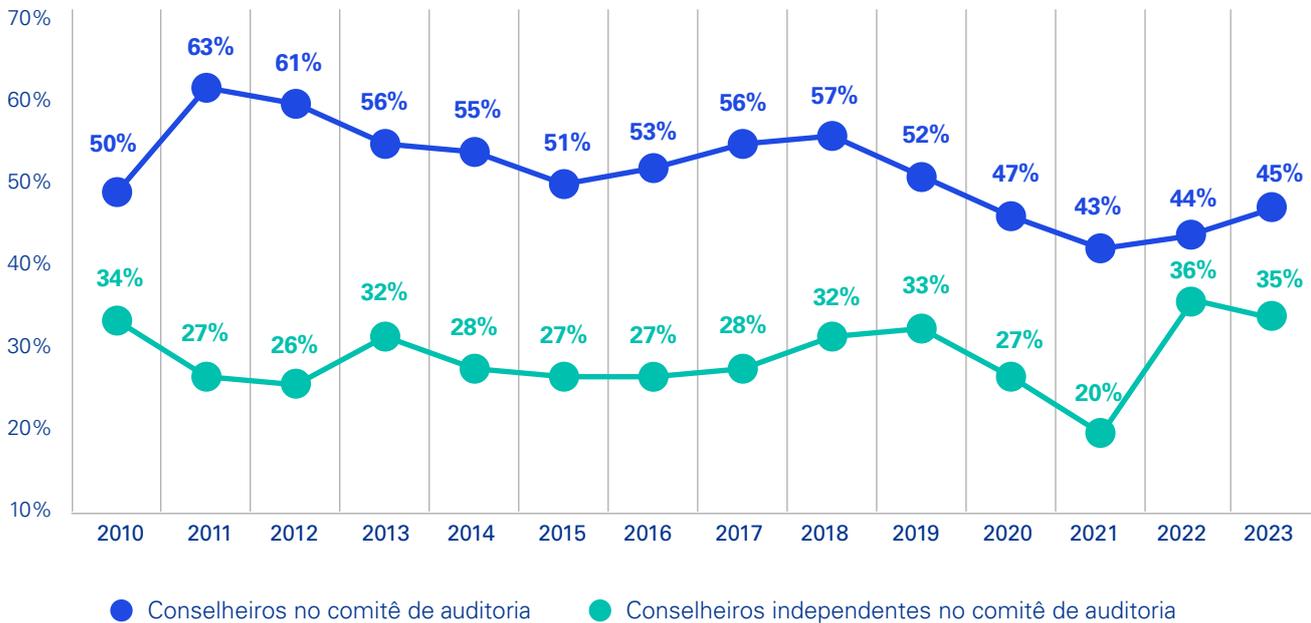
Porcentagem de conselheiros de administração em relação ao total de membros nos comitês de auditoria, por segmento de listagem



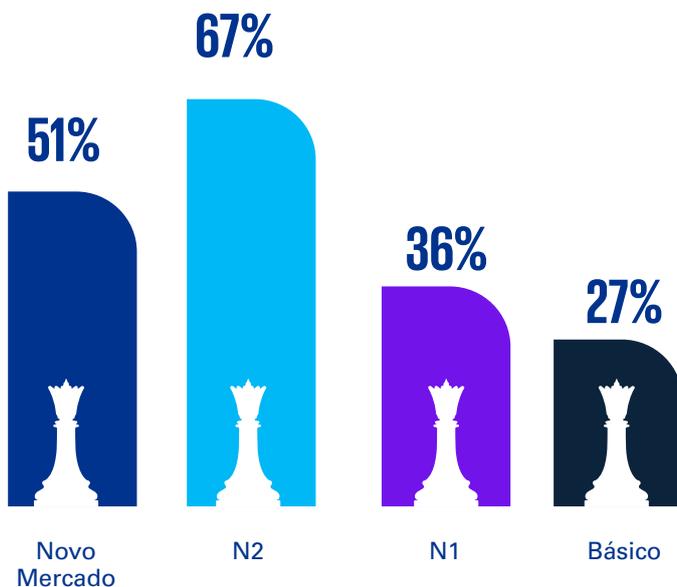
● Conselheiros

● Conselheiros independentes

Evolução da porcentagem de conselheiros de administração nos comitês de auditoria



Porcentagem de empresas nas quais o comitê de auditoria é coordenado por um conselheiro de administração independente, por segmento de listagem



48% das empresas que divulgaram a informação têm um conselheiro independente como coordenador do comitê de auditoria.

Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 54

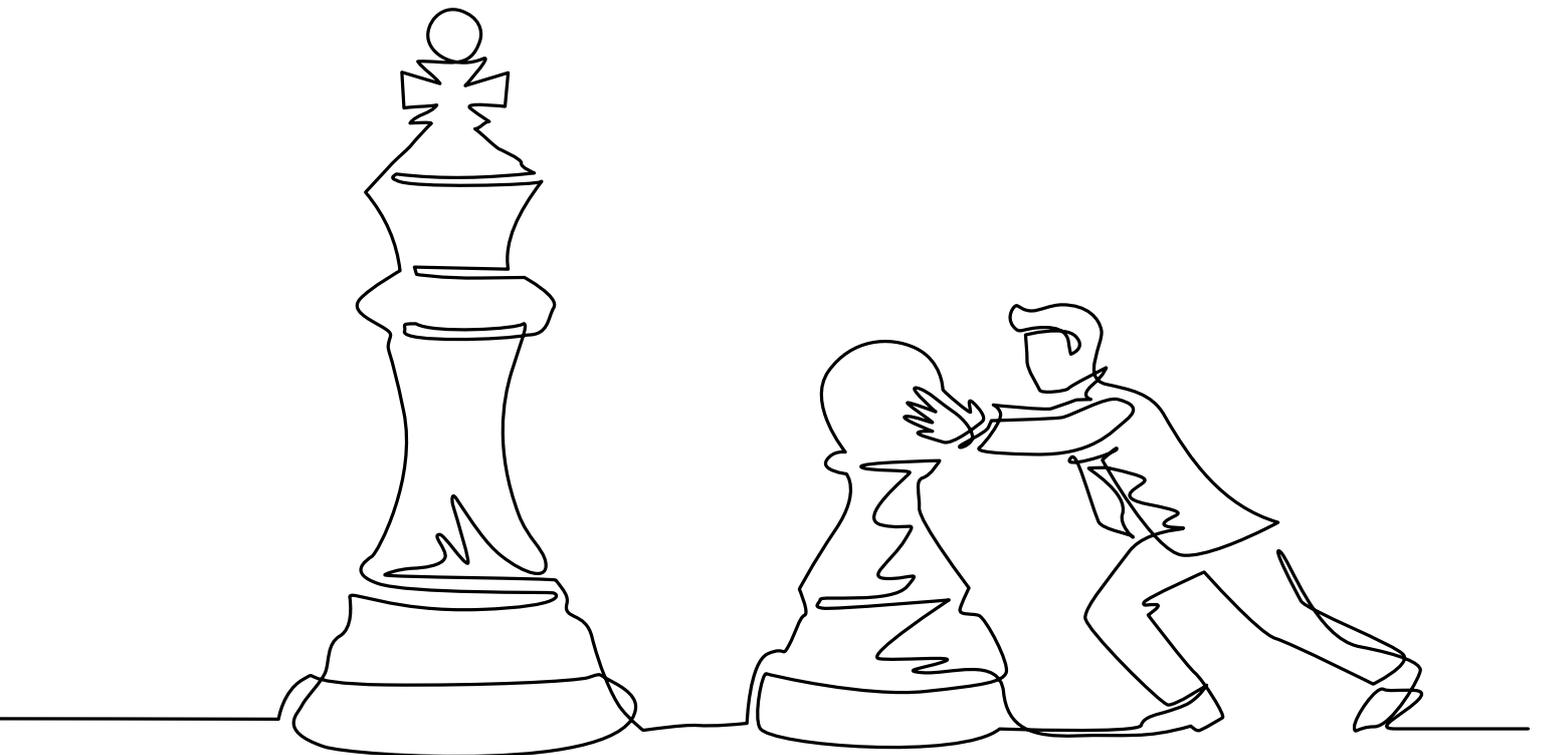
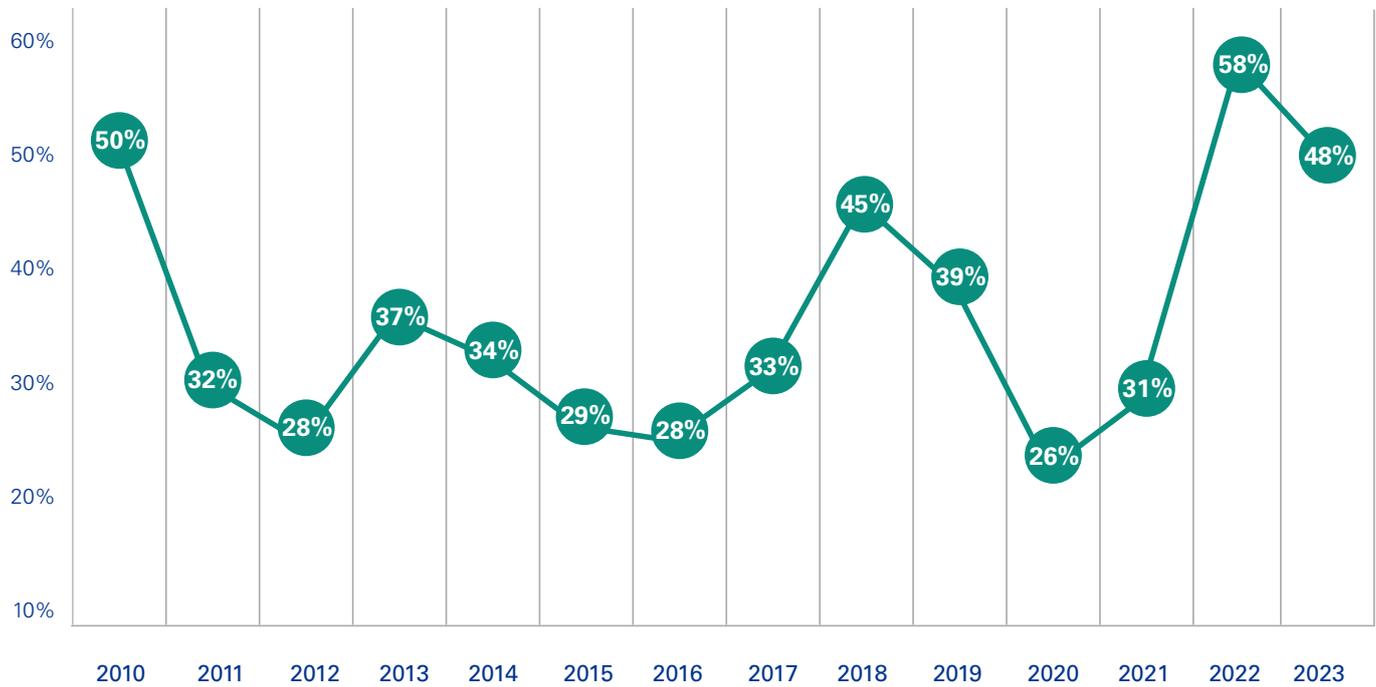
N2: 10

N1: 4

Básico: 6

Total: 74

Evolução da porcentagem de empresas nas quais o comitê de auditoria é coordenado por um conselheiro de administração independente





Comitês de capital humano

À medida que questões relacionadas à gestão de pessoas e talentos tornam-se mais complexas e deixam de ser um tema somente operacional, o conselho de administração passa a endereçar o assunto de forma estratégica. Com isso, cada vez mais conta com o apoio de um comitê específico para endereçar esse assunto.

Comitês de capital humano abordam o tema de forma estratégica e mais detalhada junto da gestão e trazem recomendações para o conselho de administração sobre como endereçar questões do capital humano na estratégia do negócio. Além disso, abordam temas de interesse do próprio conselho, como sucessão e nomeação.

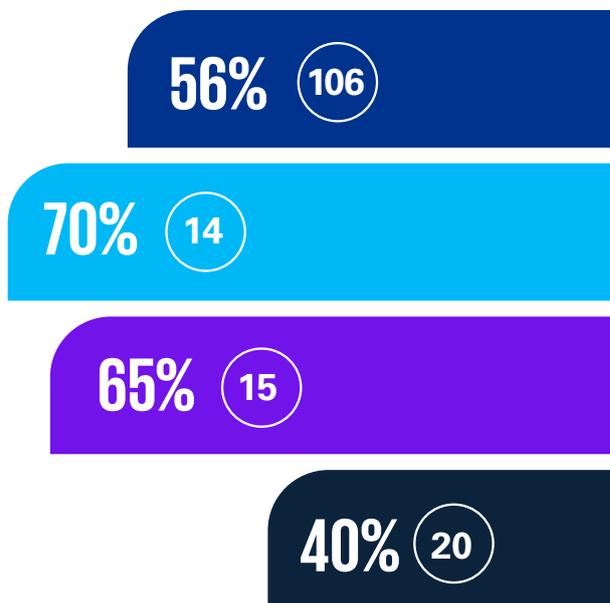
Para o nosso estudo, assim como na edição anterior, classificamos como comitê de capital humano os comitês de assessoramento ao

conselho com funções de gestão de pessoas, talentos, remuneração e com nomenclaturas e funções similares.

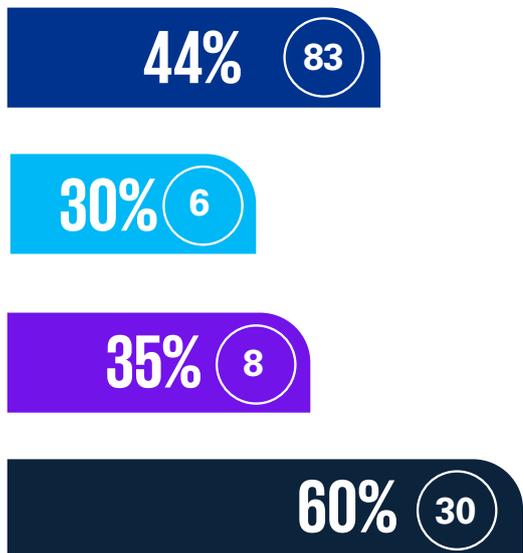
Das empresas analisadas, 155 (55%) contam com um comitê desse tipo – uma diminuição de 7 pontos percentuais com relação à edição anterior. Destaque para o Novo Mercado, em que 56% das companhias do segmento (106 empresas) contam com esse comitê. O segmento também é o mais significativo entre as empresas que contam com essa estrutura: 68% das companhias com comitê de capital humano são do Novo Mercado.

Assim como no último ano, os comitês de RH/pessoas/gente são os mais representativos entre os comitês de capital humano. Ocorrem em 53% das empresas do estudo, seguido pelo comitê de remuneração (32%).

Empresas com comitê de capital humano, por segmento de listagem



Empresas que não divulgam se há ou não um comitê de capital humano



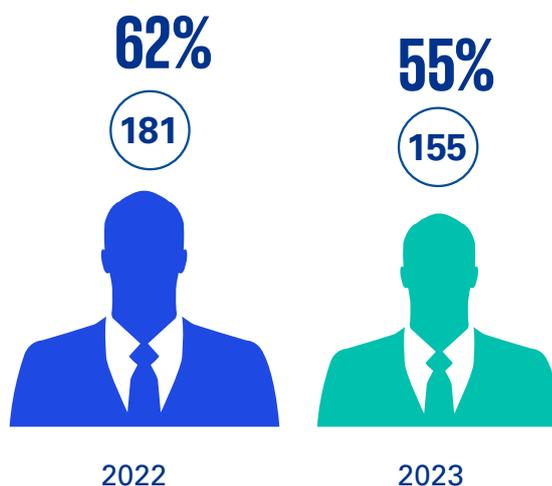
155 empresas (55%) têm comitê de capital humano.

127 empresas (45%) não divulgam se há ou não um comitê de capital humano.

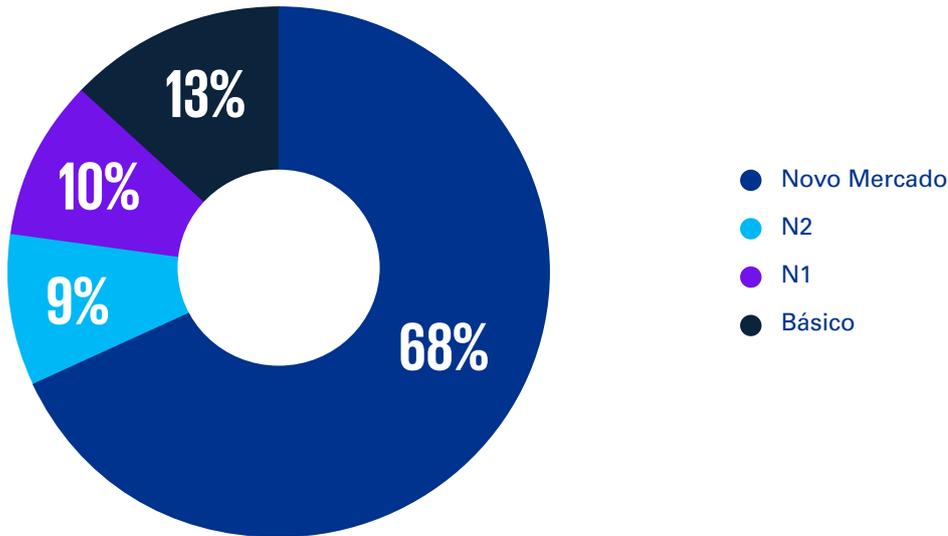
● Novo Mercado ● N2 ● N1 ● Básico ● (xx) Empresas

Para a apresentação do resultado consolidado acima, foi considerado apenas um comitê que se enquadra como comitê de capital humano por empresa para cada segmento.

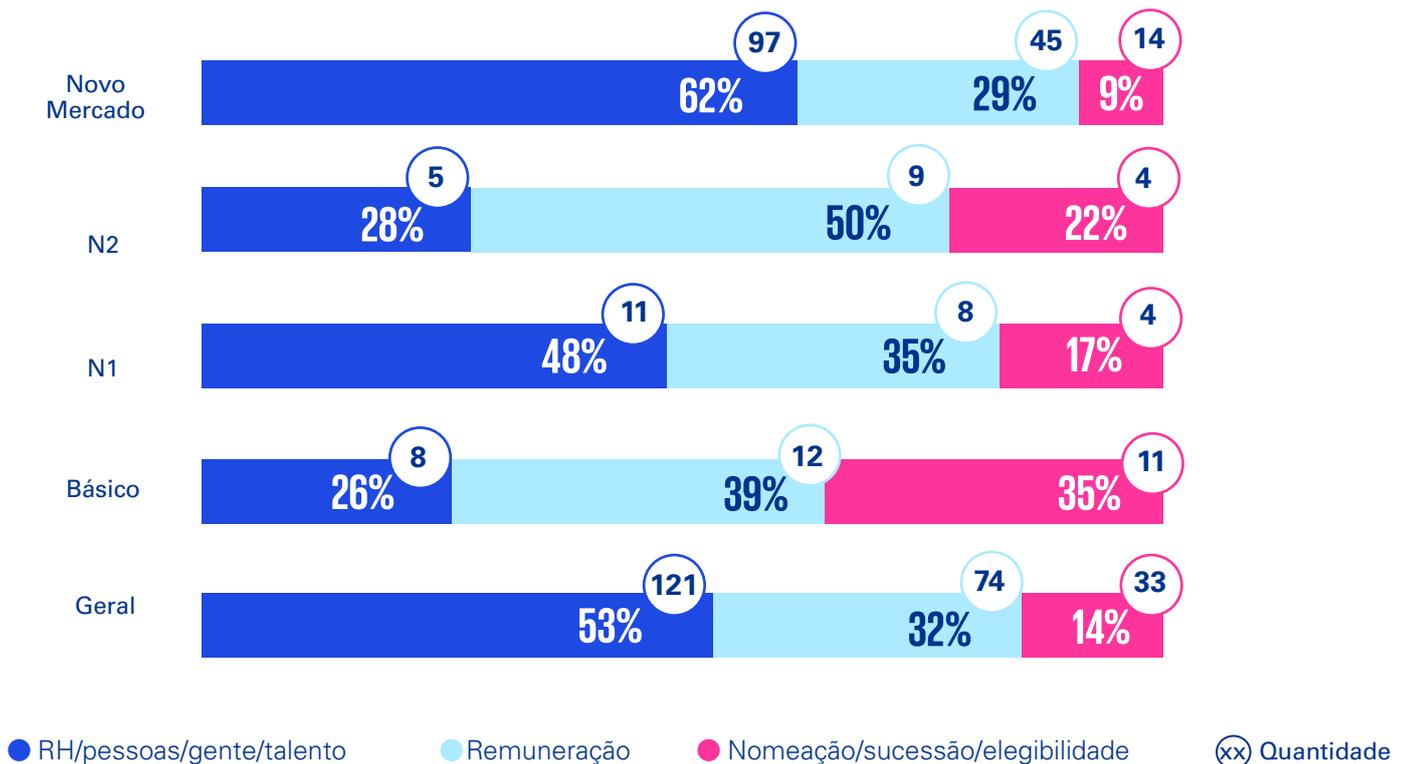
Evolução das empresas em que há comitê de capital humano (esse item passou a ser analisado em 2022)



Composição dos segmentos de listagem de empresas onde há comitê de capital humano



Composição do comitê de capital humano, por segmento de listagem



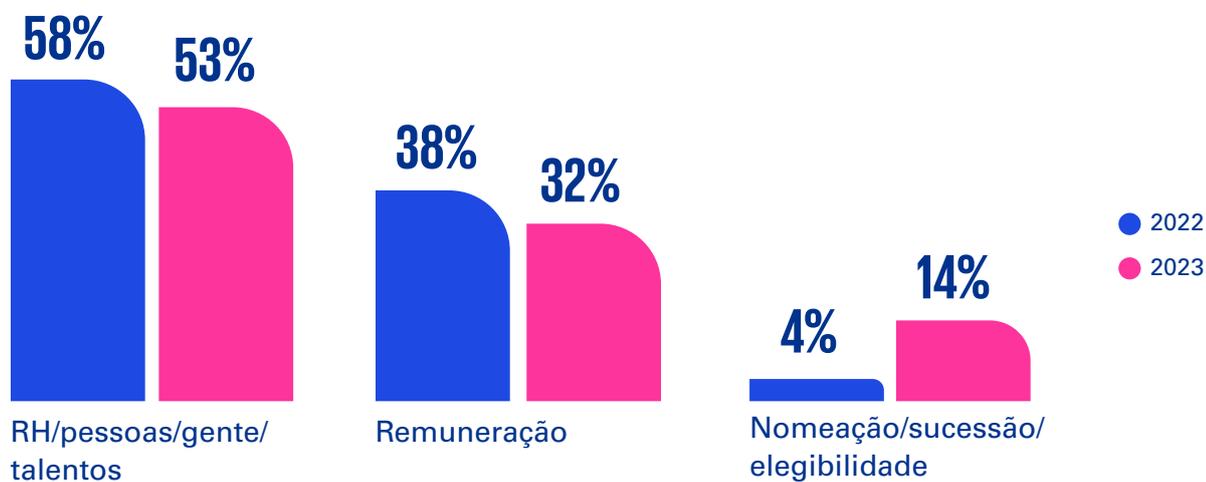
● RH/pessoas/gente/talento

● Remuneração

● Nomeação/sucessão/elegibilidade

⊗ Quantidade

Para a apresentação do resultado detalhado da composição dos comitês de capital humano, foram considerados todos os comitês divulgados por cada empresa. Algumas empresas divulgam a existência de mais de um comitê considerado como comitê de capital humano (por exemplo, um comitê de pessoas e um comitê de remuneração). Por isso, a soma da quantidade de cada comitê considerado por segmento de listagem ultrapassa o número total de empresas do segmento com comitê de capital humano (dado consolidado).

Evolução da composição dos comitês de capital humano (esse item passou a ser analisado em 2022)

Comitê de remuneração

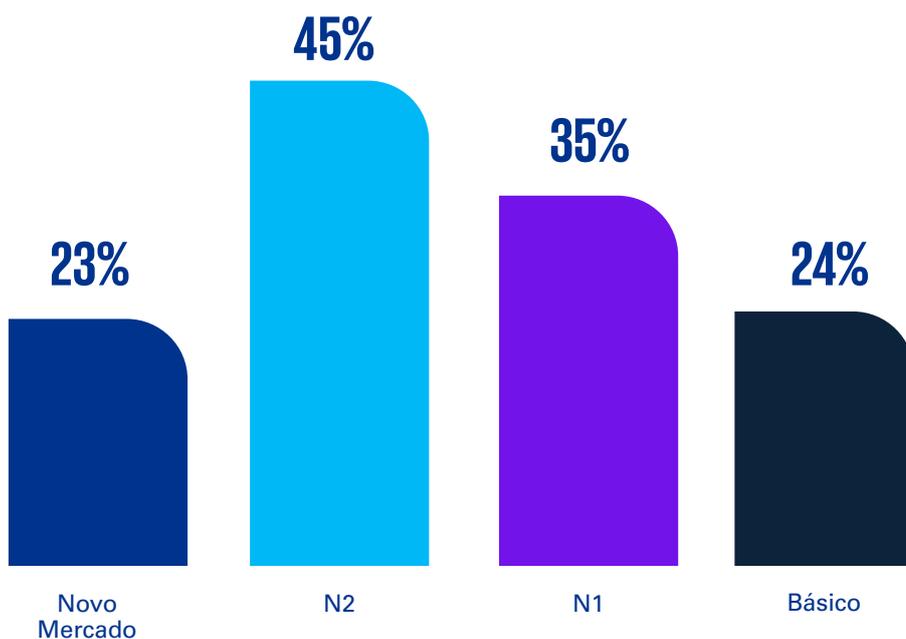
Com o aumento do escrutínio e das pressões por mais transparência sobre a remuneração, incluindo debates cada vez mais intensos sobre a composição dos pacotes de remuneração, esses comitês vêm ganhando um papel fundamental no suporte ao conselho de administração no direcionamento da estratégia corporativa sobre o assunto.

Assim como na edição de 2022, os comitês de remuneração são o segundo mais representativo entre os comitês de capital humano, presentes em 26% de todas as companhias abertas analisadas. Considerando apenas as empresas que possuem um comitê de capital humano, 48% delas têm um comitê de remuneração.

Em média, esse comitê é composto por 3,7 membros. Entre eles, 61% também são conselheiros de administração e 28% são membros independentes. O Nível 2, com 77% de conselheiros no comitê de remuneração e 37% de conselheiros independentes, é o segmento que mais se destaca.

Ainda sobre a presença de conselheiros no comitê de remuneração, 31% das empresas divulgam que o coordenador do comitê é um membro independente. Entre os segmentos, o Nível 2, com 43%, é o que apresenta maior percentual.

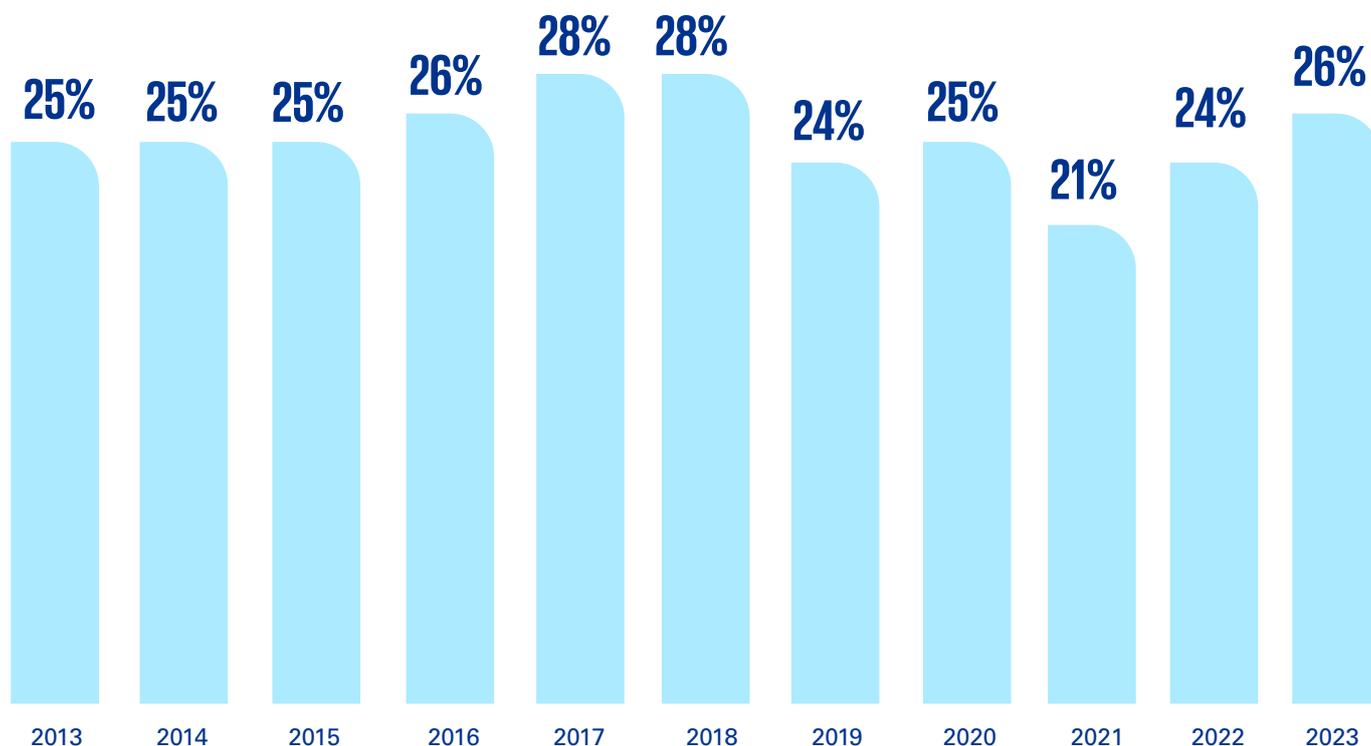
Porcentagem de empresas onde há comitê de remuneração do conselho de administração, por segmento de listagem



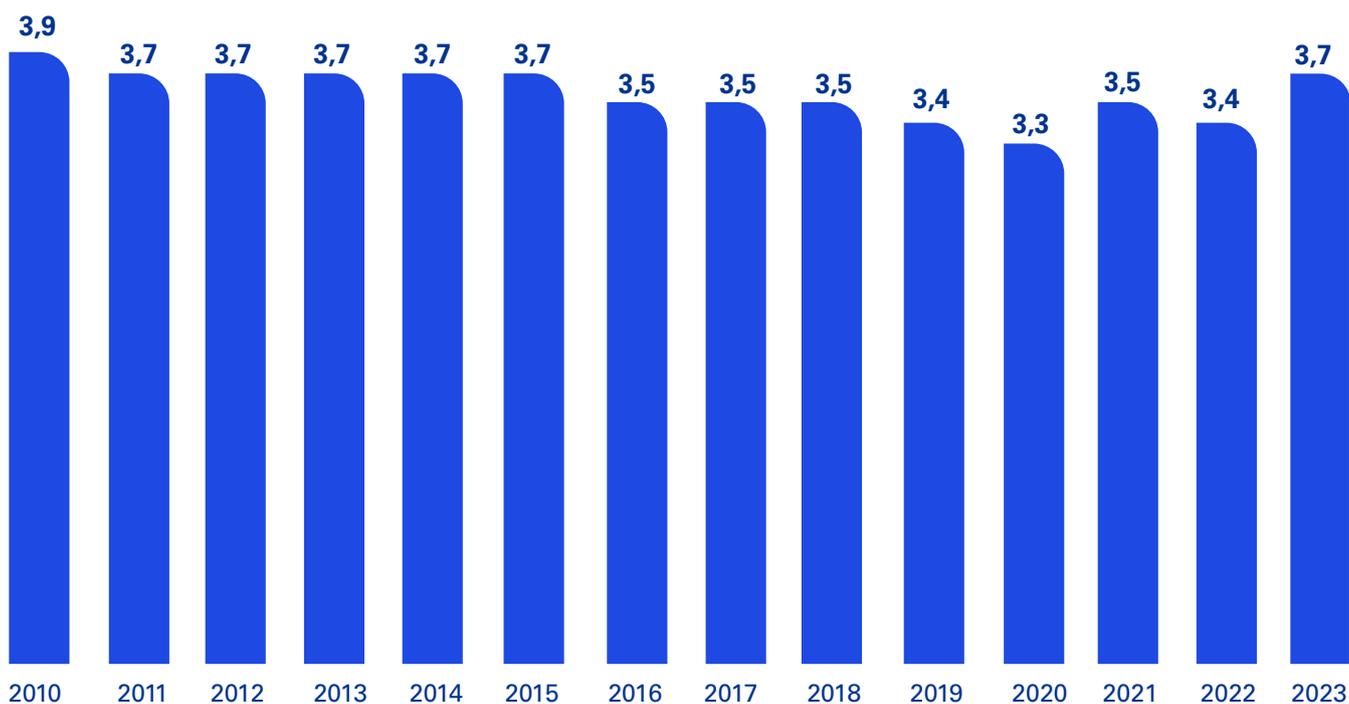
26% das empresas contam com comitê de remuneração, dois pontos percentuais a mais do que na edição anterior.



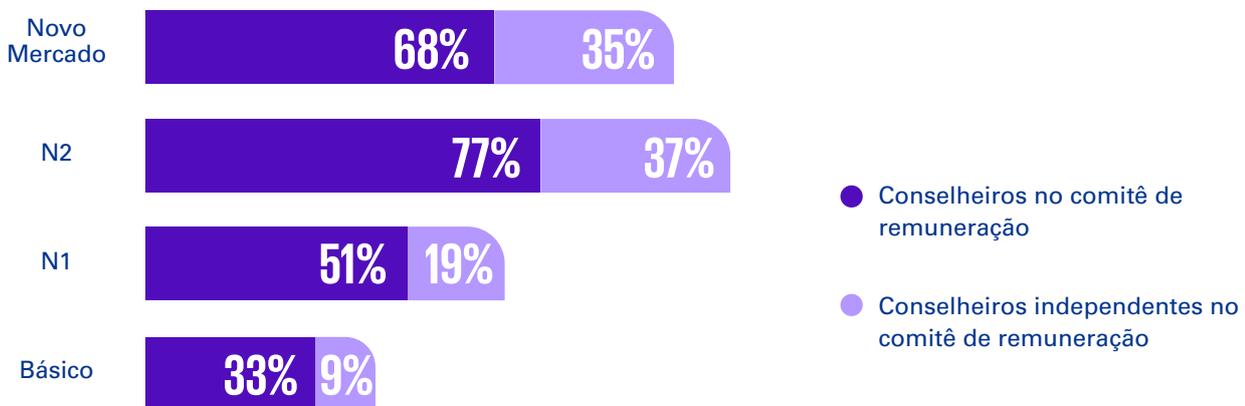
Evolução da porcentagem das empresas nas quais há comitê de remuneração (esse item passou a ser analisado a partir de 2013)



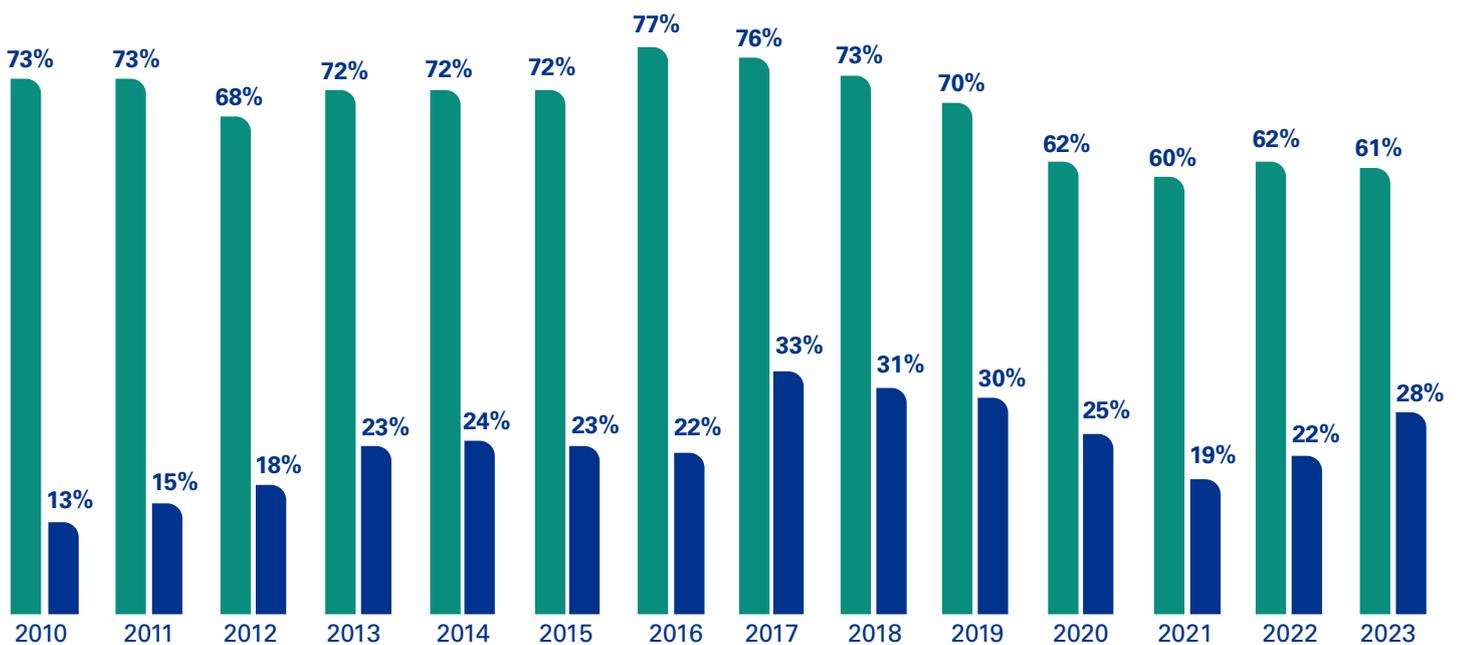
Evolução na quantidade média de membros no comitê de remuneração, por ano



Porcentagem de conselheiros de administração no comitê de remuneração, por segmento de listagem



Evolução da porcentagem de conselheiros de administração no comitê de remuneração

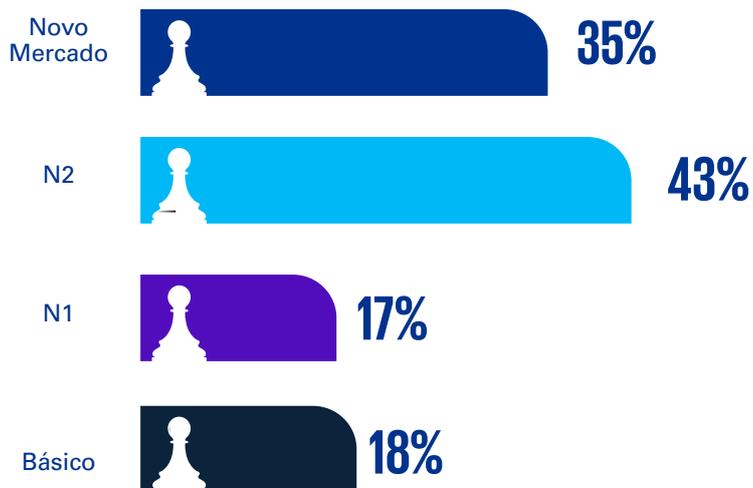


- Conselheiros no comitê de remuneração
- Conselheiros independentes no comitê de remuneração

61% dos membros do comitê de remuneração também atuam no conselho de administração e 28% são conselheiros independentes. Em 2022 eram 62% e 22%, respectivamente.



Empresas nas quais o comitê de remuneração é coordenado por um conselheiro independente, por segmento de listagem



31% das empresas têm um conselheiro de administração independente como coordenador do comitê de remuneração.

Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 11

N2: 2

N1: 2

Básico: 1

Total: 16

Conselho fiscal

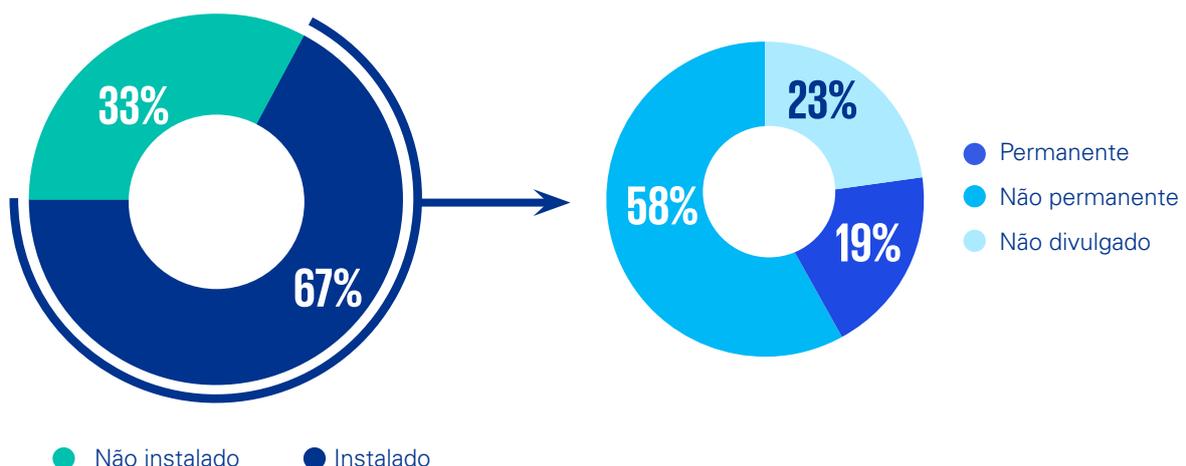
O conselho fiscal (CF) é um órgão independente, responsável por fiscalizar os atos dos administradores, com verificação dos seus deveres legais e estatutários. O conselho fiscal pode ter funcionamento permanente ou apenas nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas, devendo estar disposto no estatuto. É uma estrutura fiscalizadora importante para os acionistas, principalmente aos minoritários, garantindo a efetividade e proteção da companhia.

Nesta edição, das 282 empresas analisadas, 67% possuem CF instalado, dos quais 58%

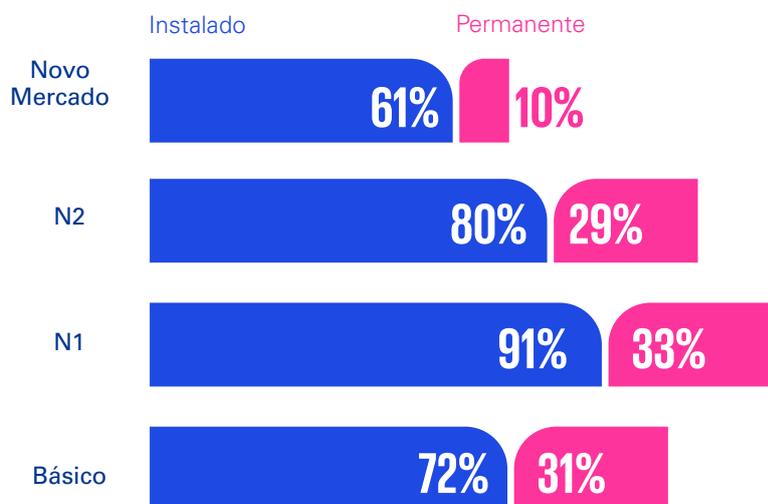
são de funcionamento não permanente. O segmento N1 é o que apresenta a maior porcentagem de empresas com CF instalado (91%) e permanente (33%).

Quanto à composição do CF, 42% são membros indicados pelos acionistas minoritários. O Novo Mercado, com 49%, é o segmento com mais conselheiros fiscais indicados por acionistas minoritários. Com relação ao número de membros, nesta edição, a média de membros se manteve estável (3,5) e o Nível 1 obteve a maior média, com 4,5 membros.

Relação de conselho fiscal permanente entre as empresas que têm conselho fiscal instalado



Porcentagem de empresas que têm conselho fiscal instalado e conselho fiscal permanente, por segmento de listagem



184 empresas com conselho fiscal instalado.



36 empresas com conselho fiscal permanente.

O novo formulário da CVM retirou o antigo item 12.1 (c), em que as empresas eram obrigadas a indicar se possuíam conselho fiscal instalado e, se fosse o caso, se seu funcionamento era permanente ou não. Com isso, deixou de ser obrigatória a divulgação explícita do funcionamento permanente ou não permanente do conselho fiscal. Por isso, neste ano, constatamos que muitas empresas não divulgaram o tipo de funcionamento do CF.

..... Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 19

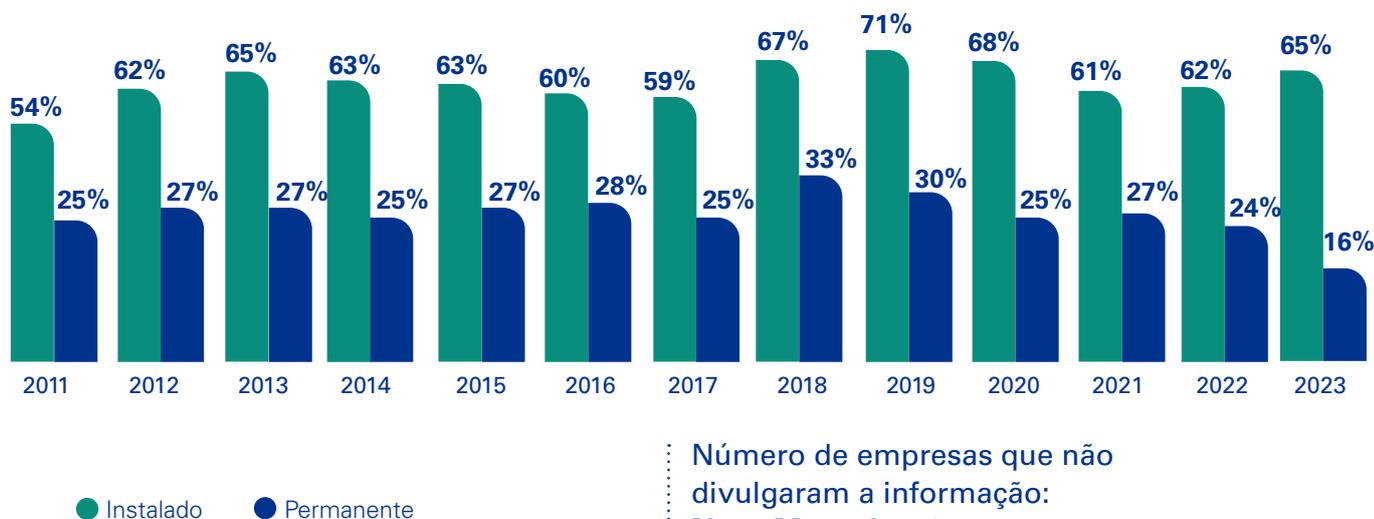
N2: 3

N1: 8

Básico: 16

Total: 46

Evolução na porcentagem de empresas com conselho fiscal permanente e instalado (esse item passou a ser analisado a partir de 2011)



● Instalado ● Permanente

..... Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 19

N2: 3

N1: 8

Básico: 16

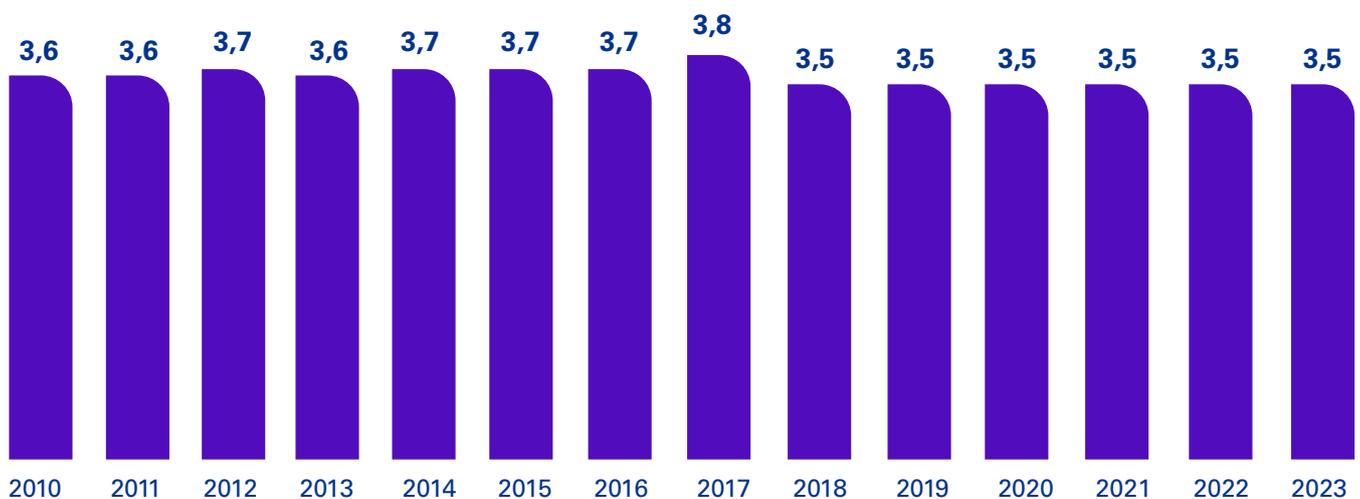
Total: 46

Quantidade média de membros no conselho fiscal, por segmento de listagem

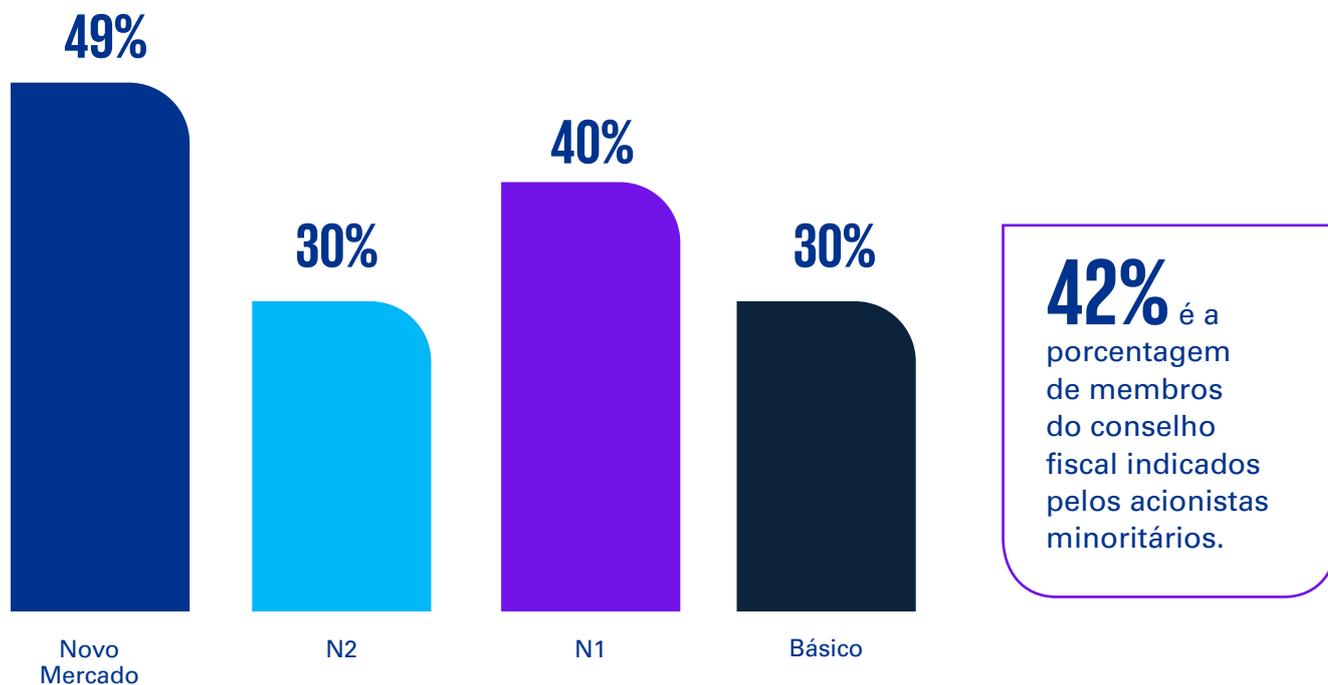


3,5 é a média dos membros nos conselhos fiscais, mantendo-se a mesma média desde 2018. Lembrando que, quando existente, o conselho fiscal deve ter 3 ou 5 membros titulares.

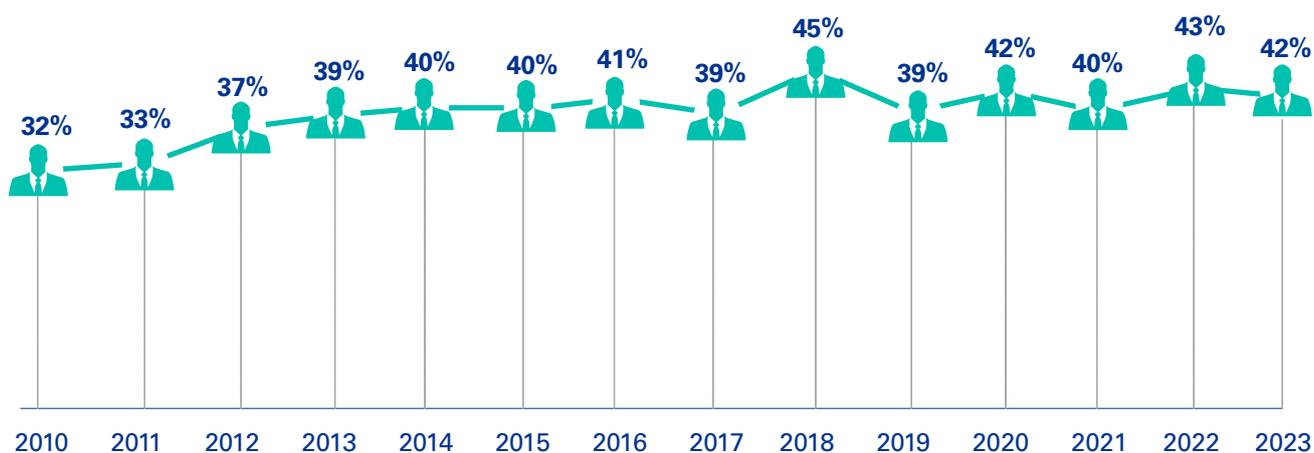
Evolução da quantidade média de membros no conselho fiscal



Porcentagem de membros do conselho fiscal indicados pelos acionistas minoritários, por segmento de listagem



Evolução na porcentagem de membros do conselho fiscal indicados pelos acionistas minoritários



Remuneração dos administradores e do conselho fiscal

A atenção à remuneração dos administradores e do conselho fiscal por reguladores e *stakeholders* é crescente. Com a revisão e atualização do formulário de referência, a divulgação dessas informações passa a ser mais detalhada. Entre as alterações estão a inclusão dos principais indicadores de desempenho considerados na composição da remuneração e o reporte dos indicadores ambientais, sociais e de governança considerados.

Nesta edição do estudo, 29 empresas não divulgaram a informação sobre a remuneração do conselho de administração (17 a mais do que na edição anterior); 31 da diretoria (23 a mais na comparação com o estudo de 2022) e 22 do conselho fiscal (o dobro da edição anterior). Entre as demais que divulgaram informações sobre remuneração, 88 informaram ter membros da administração não remunerados - o Novo Mercado é o segmento com mais casos do tipo: 36%.

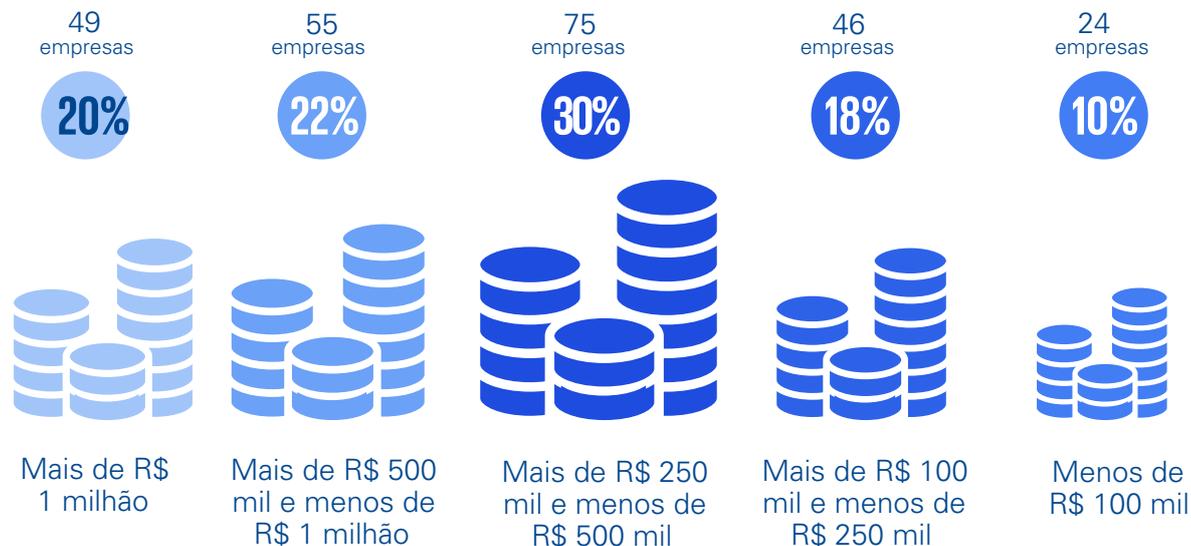
A remuneração média anual e individual do conselho de administração foi de R\$ 982 mil e 43% das empresas divulgaram que os membros recebem remuneração variável, que corresponde a 21% da remuneração média anual e individual. Para a diretoria estatutária, a remuneração anual e individual ficou em R\$ 3,8 milhões, sendo que o Novo Mercado foi o que reportou a maior média para os

diretores: R\$ 4,2 milhões. A remuneração variável corresponde a 49% da remuneração da diretoria estatutária e 97% das empresas divulgaram que os diretores recebem algum tipo de remuneração variável. No caso dos conselhos fiscais, a média da remuneração anual e individual foi de R\$ 125 mil, um valor abaixo do reportado na edição anterior (R\$ 151 mil).

Quanto à composição da remuneração, 33% das empresas divulgaram os principais indicadores de desempenho considerados, quando aplicável, para a remuneração variável, como: EBTIDA; resultados operacionais; lucro líquido; satisfação do cliente; nível de qualidade; entre outros.

Adicionalmente, no primeiro ano de vigência do novo modelo do formulário de referência, 65% companhias divulgaram que consideram indicadores ESG na composição da remuneração, com destaque para o Nível 2 em que 83% das companhias que divulgaram a informação disseram que consideram ao menos um indicador ambiental, social e/ou de governança atrelado à remuneração de administradores. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, as metas da Agenda 2030, Índice de Sustentabilidade e metas de diversidade, bem-estar dos colaboradores e relacionadas às emissões de CO2 foram alguns dos indicadores ESG mencionados.

Média de remuneração anual e individual dos membros do conselho de administração



Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 16

N2: 1

Básico: 12

Total: 29

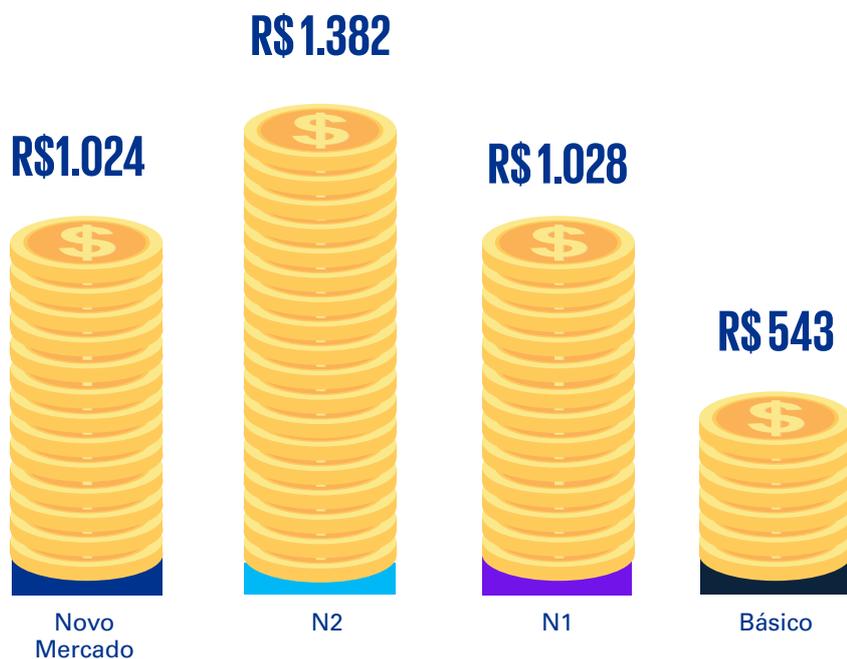
Número de empresas que divulgaram não remunerar membros do conselho de administração:

Novo Mercado: 1

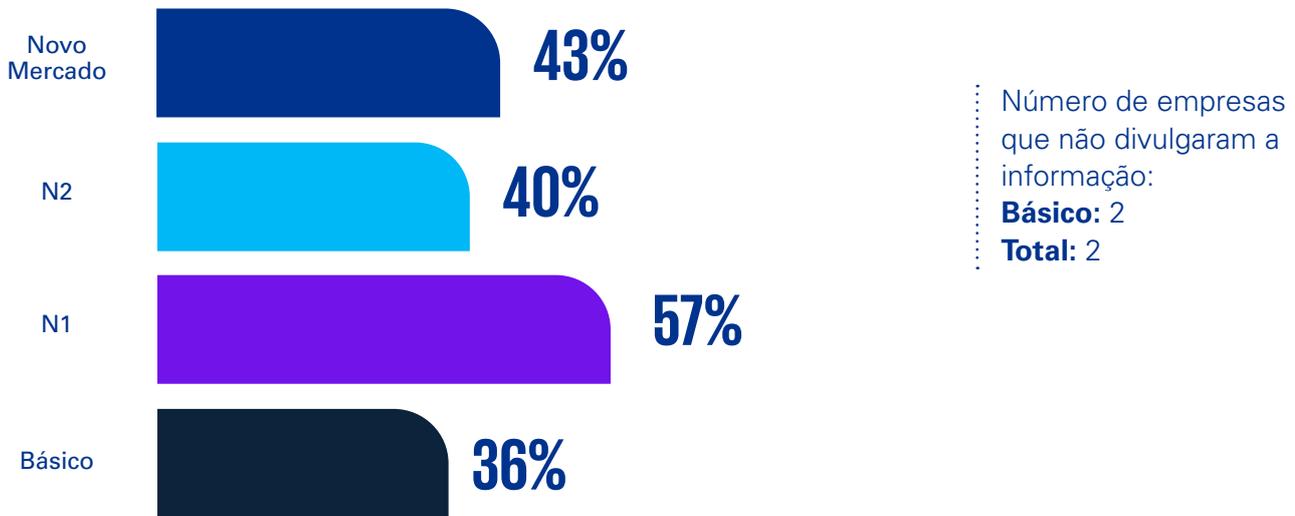
Básico: 3

Total: 4

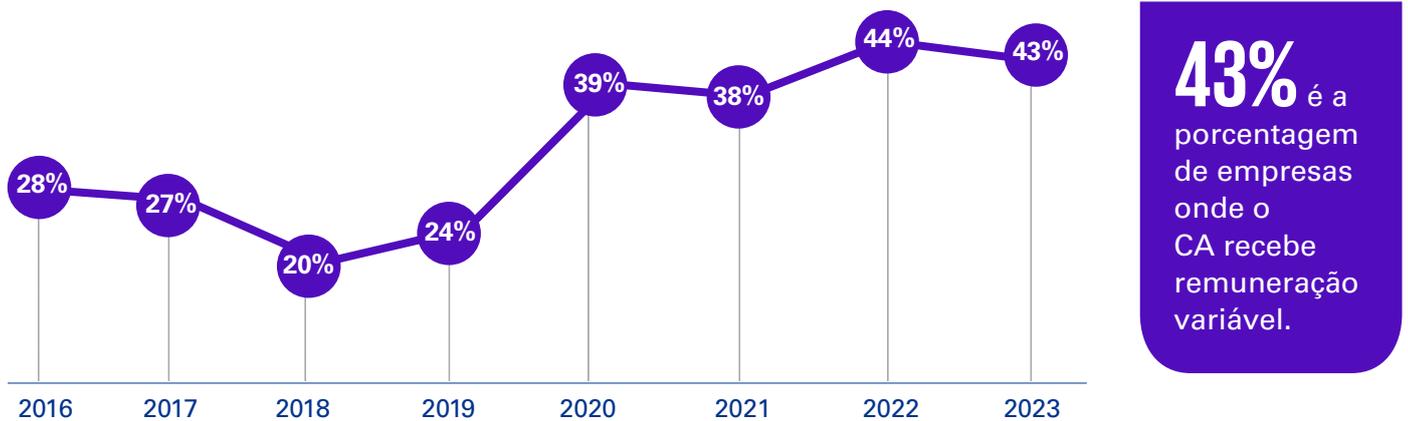
Média de remuneração anual e individual dos membros do conselho de administração, por segmento de listagem, em milhares de reais



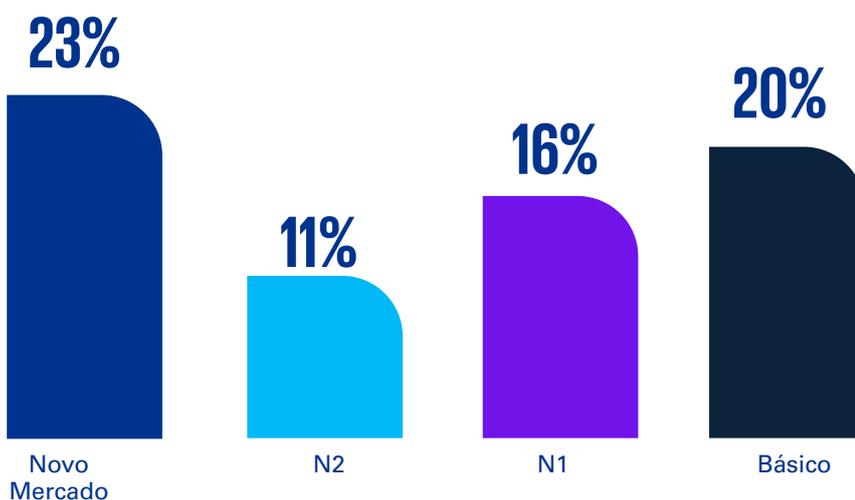
Empresas nas quais o conselho de administração recebe algum tipo de remuneração variável, por segmento de listagem



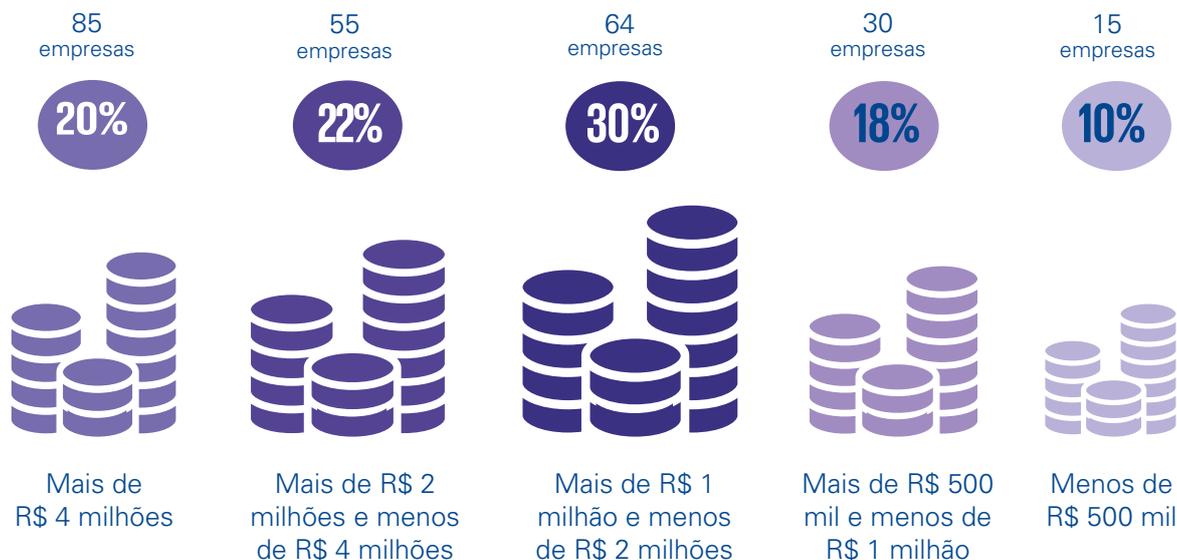
Evolução na porcentagem de empresas nas quais o conselho de administração recebe algum tipo de remuneração variável (esse item passou a ser analisado a partir de 2016)



Proporção da remuneração variável dos membros do conselho de administração em relação a sua remuneração total, nas empresas onde existe essa forma de remuneração, por segmento de listagem



Média de remuneração anual e individual dos membros da diretoria executiva



Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 17

N2: 2

Básico: 12

Total: 31

Número de empresas que

divulgaram não remunerar membros da diretoria executiva:

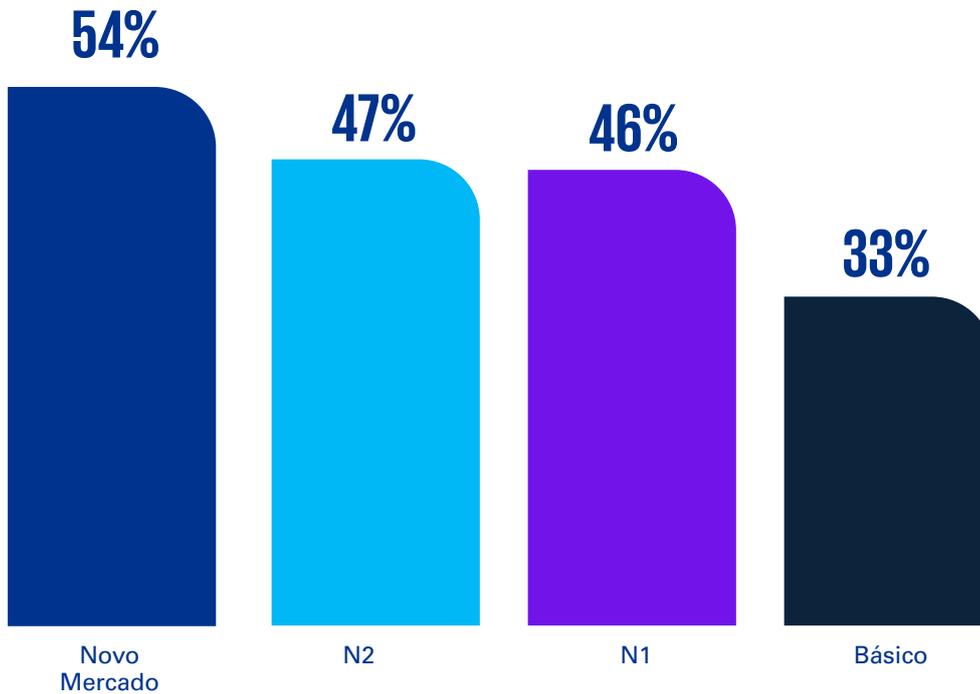
Básico: 2

Total: 2

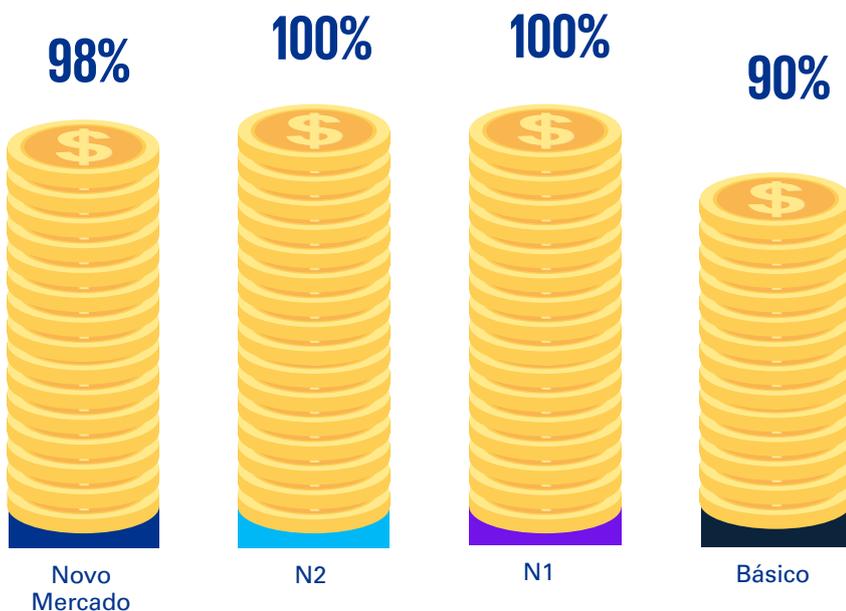
Média de remuneração anual e individual dos membros da diretoria executiva, por segmento de listagem, em milhares de reais



Porcentagem da remuneração variável (bônus, ações e outros) dos membros da diretoria executiva em relação à sua remuneração total, por segmento de listagem

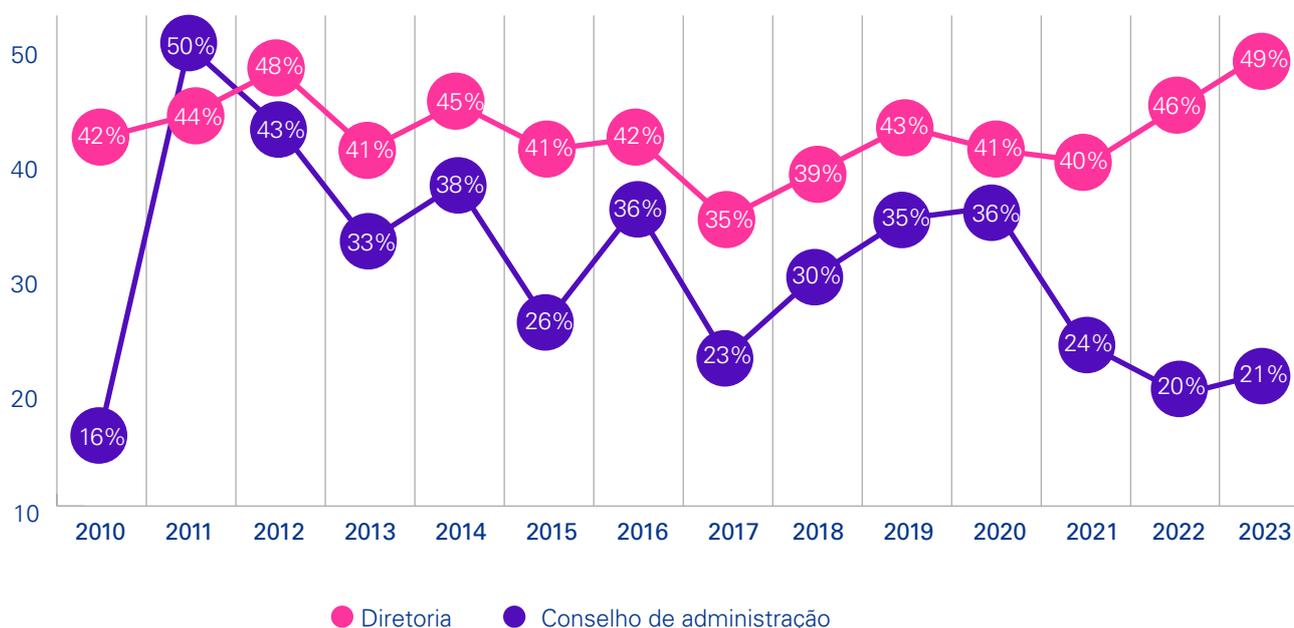


Porcentagem de empresas nas quais a diretoria executiva recebe algum tipo de remuneração variável, por segmento de listagem

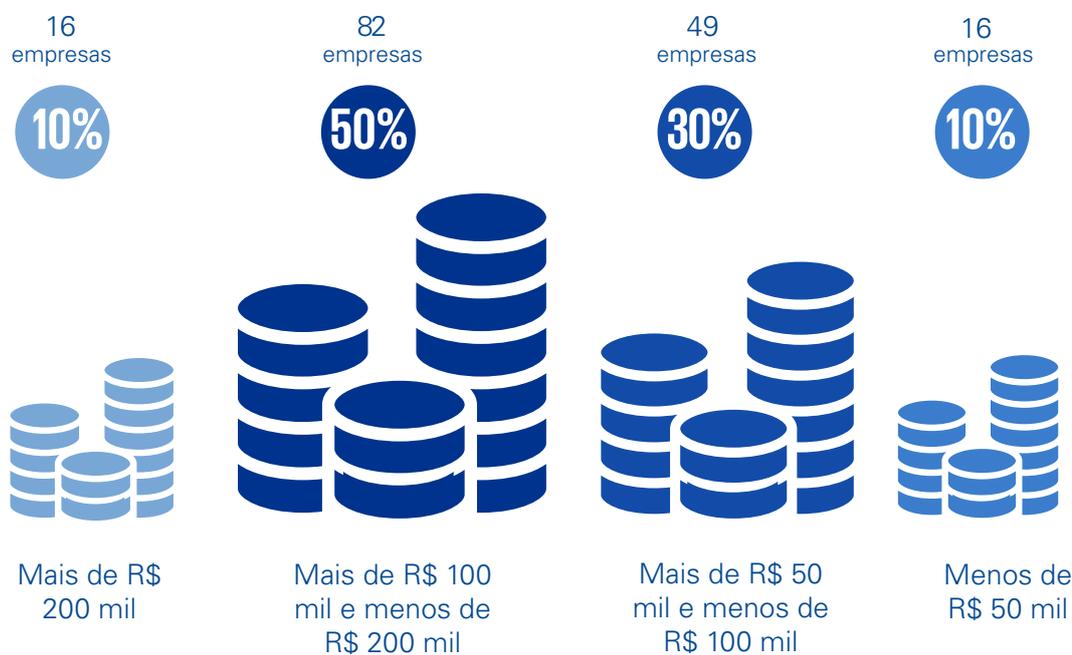


97% é a porcentagem de empresas em que a diretoria recebe remuneração variável.

Evolução na proporção da remuneração variável da diretoria executiva e do conselho de administração em relação à remuneração total



Média de remuneração anual e individual dos membros do conselho fiscal



Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 11

N2: 2

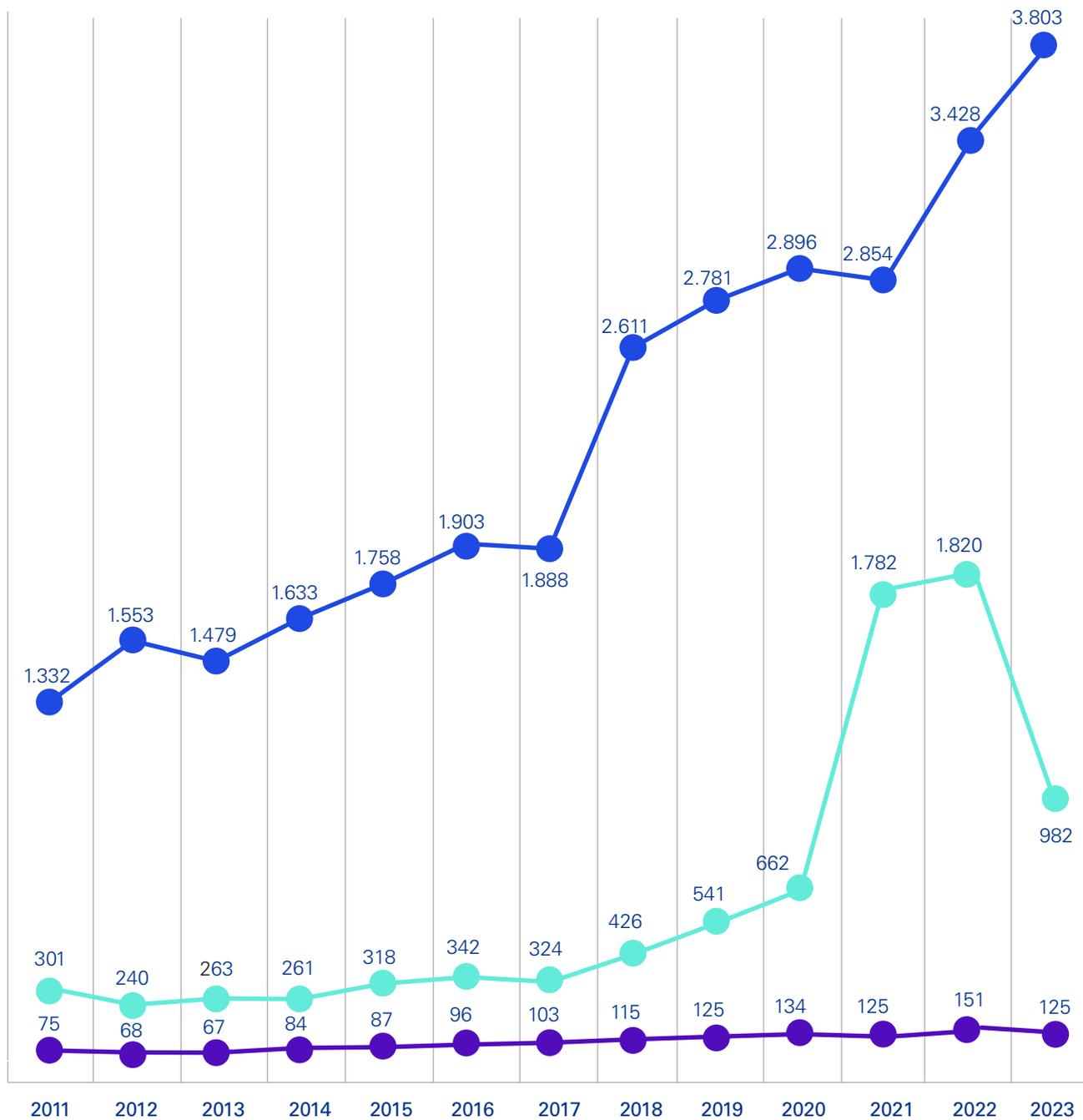
Básico: 9

Total: 22

Média de remuneração anual e individual dos membros do conselho fiscal, por segmento de listagem, em milhares de reais

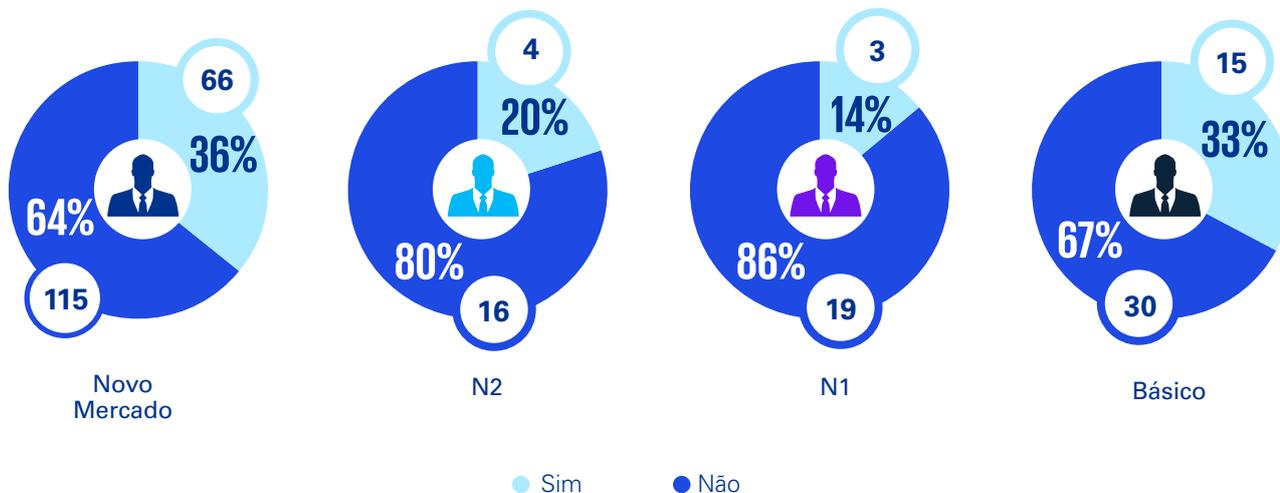


Evolução da remuneração média anual dos membros da diretoria executiva, do conselho de administração e do conselho fiscal, em milhares de reais (esse item passou a ser analisado a partir de 2011)



- Diretoria
- Conselho de administração
- Conselho fiscal

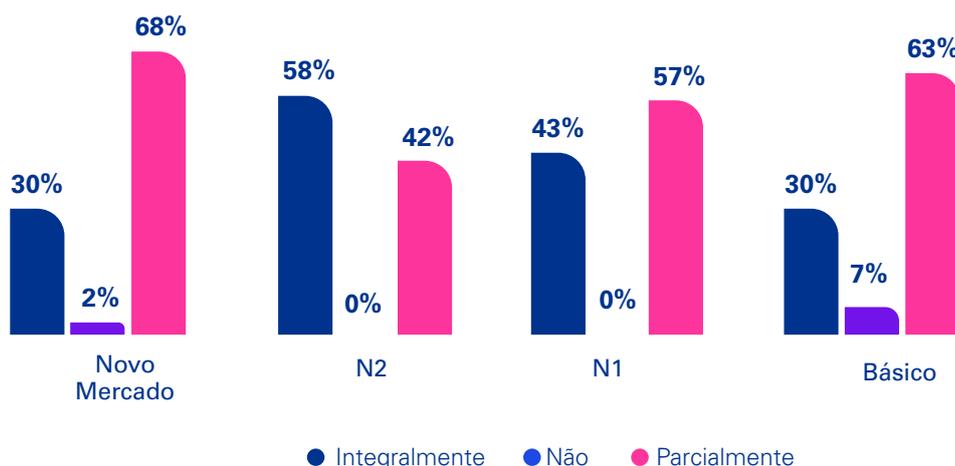
Empresas nas quais há membros da administração não remunerados



33% divulgam ter membros da administração não remunerados.

Número de empresas que não divulgaram a informação:
Novo Mercado: 8
N2: 0
N1: 1
Básico: 5
Total: 14

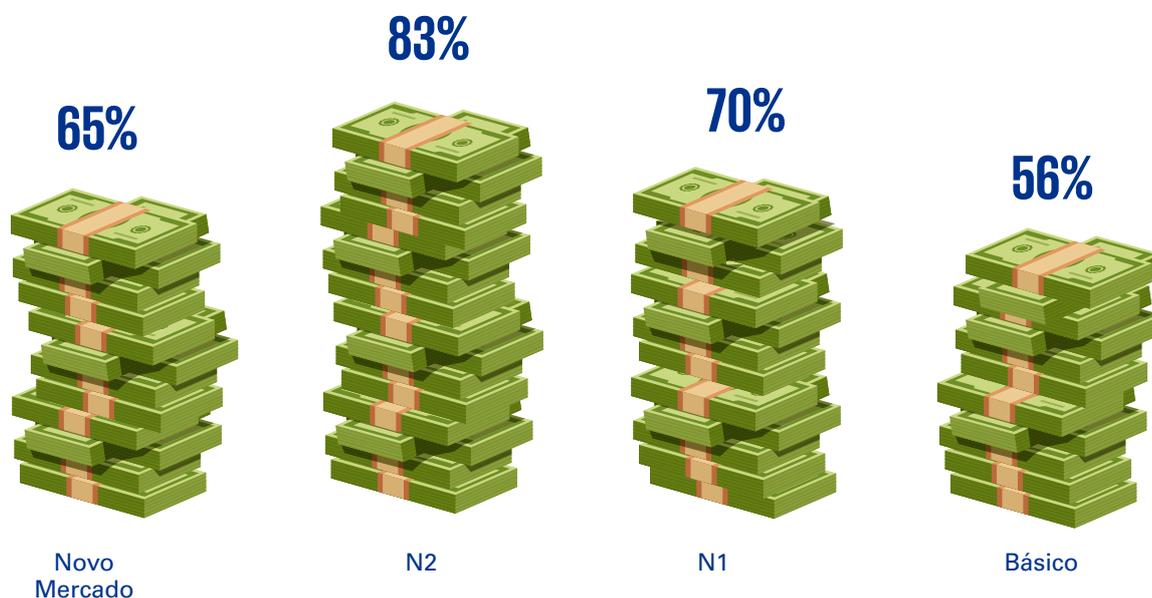
Empresas que divulgam indicadores de desempenho para a composição da remuneração variável, por segmento de listagem



33% divulgam integral ou parcialmente os indicadores considerados para a composição da remuneração variável.

Consideramos como “parcialmente” as empresas que divulgaram atrelar indicadores de desempenho na remuneração variável sem citar e/ou detalhar quais são esses indicadores. Em “integralmente”, são contabilizadas as empresas que não apenas divulgaram adotar indicadores de desempenho, como também descreveram quais são.

Empresas que divulgam considerar indicadores ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) na composição da remuneração dos administradores



65% das empresas consideram algum indicador ESG na composição da remuneração dos administradores.

Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 111

N2: 12

N1: 13

Básico: 27

Total: 163



Seguro D&O e outras formas de reembolso

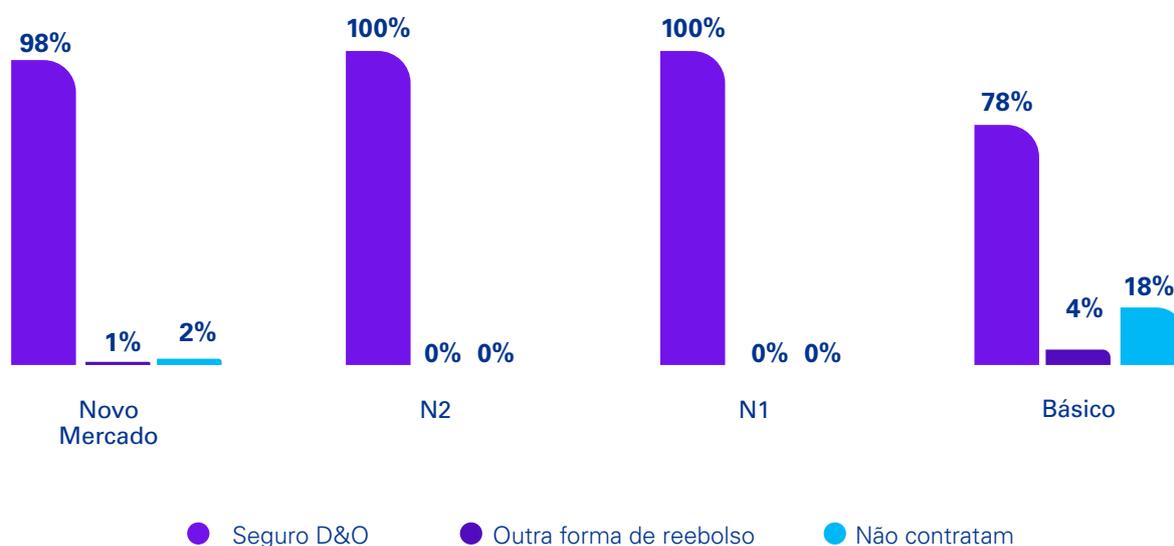
Em um ambiente de escrutínio cada vez mais rigoroso por parte de *stakeholders* e reguladores é crescente a pressão de responsabilização de diretores e conselheiros por meio de litígios ou processos, quando se sentem prejudicados por conta da sua gestão. Nesse sentido, a Resolução CVM 59 passou a exigir que as companhias realizem uma avaliação de todos os fatores de risco, incluindo aqueles relacionados aos administradores.

Assim como nas edições anteriores do estudo, é possível observar que a minoria das empresas se arrisca em dispensar um seguro D&O (*Directors & Officers*), ou outro mecanismo de defesa equivalente para seus administradores, visando proteger o patrimônio caso sejam responsabilizados judicialmente ou no âmbito administrativo por decisões

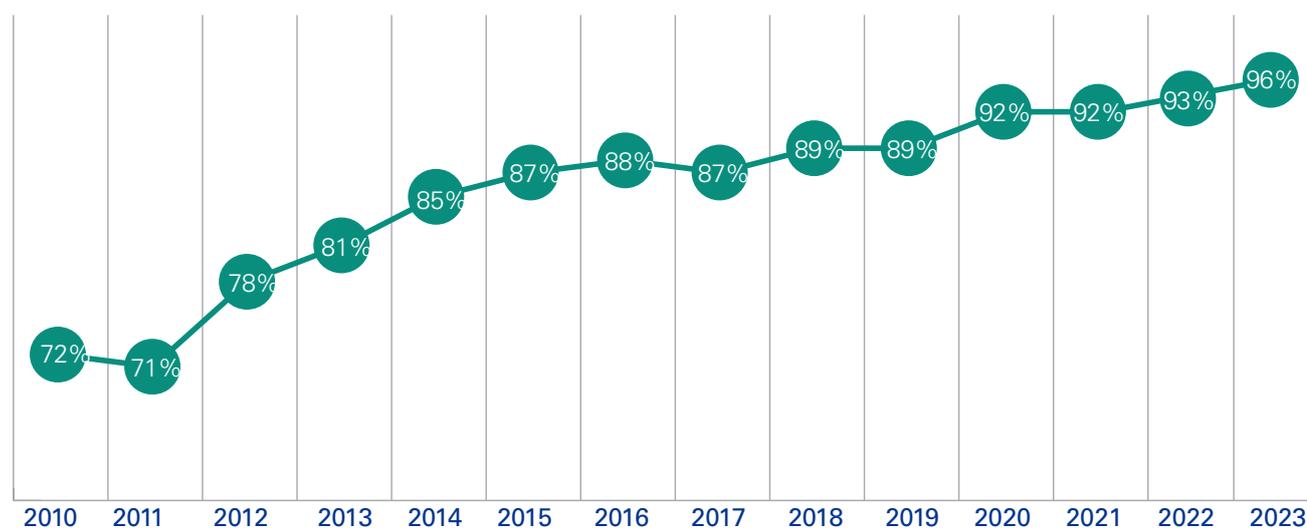
que causem danos a terceiros. Na edição deste ano, 96% das empresas analisadas divulgam contratar seguro D&O ou equivalente, representando um crescimento de 3 pontos percentuais em comparação ao estudo de 2022. Destaque para os segmentos N2 e N1, em que 100% das empresas optam pelo seguro D&O.

O novo modelo do formulário de referência também pede às empresas que divulguem com detalhes de quais processos não sigilosos relevantes fazem parte e qual o valor total provisionado, se houver. O segmento N1 é o que apresenta a maior média do valor provisionado, com R\$ 160 milhões. Entre as empresas analisadas, 101 divulgam não ter valores provisionados. Entre elas, 74 do Novo Mercado (39% do segmento); 3 do N2 (15%); 2 do N1 (9%); e 22 do Básico (44%).

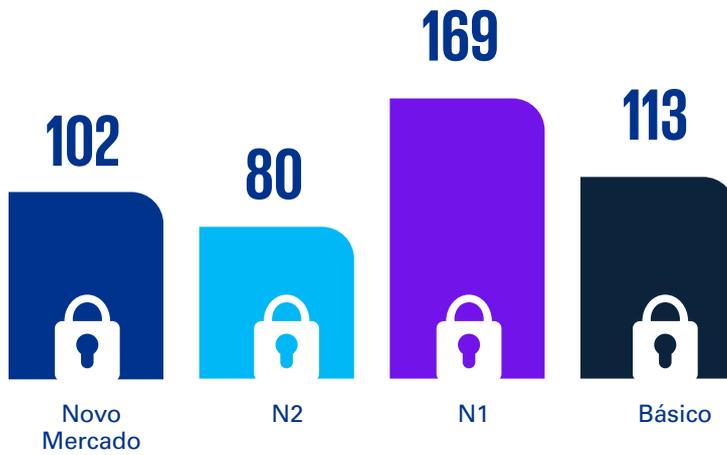
Porcentagem de empresas que contratam seguro D&O para seus administradores ou preveem outra forma de reembolso de despesas de processos administrativos ou judiciais decorrentes do exercício de suas funções



Evolução da porcentagem de empresas que contratam seguro D&O para seus administradores ou preveem outra forma de reembolso de despesas de processos administrativos ou judiciais decorrentes do exercício de suas funções



Valor médio por empresa, do seguro D&O, em milhões de reais, por segmento



Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo mercado: 16

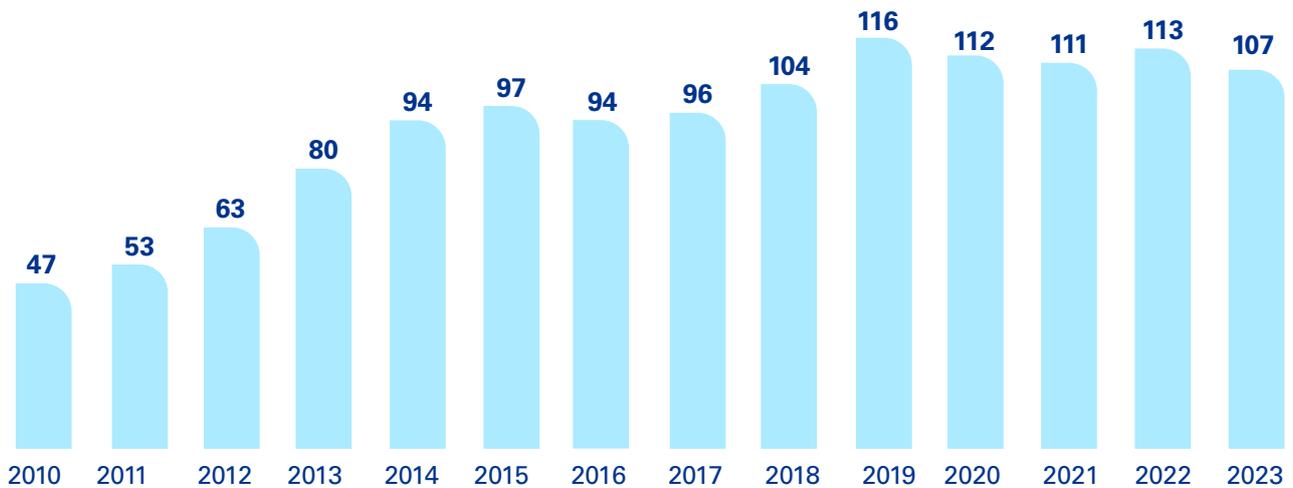
N2: 3

N1: 4

Básico: 15

Total: 38

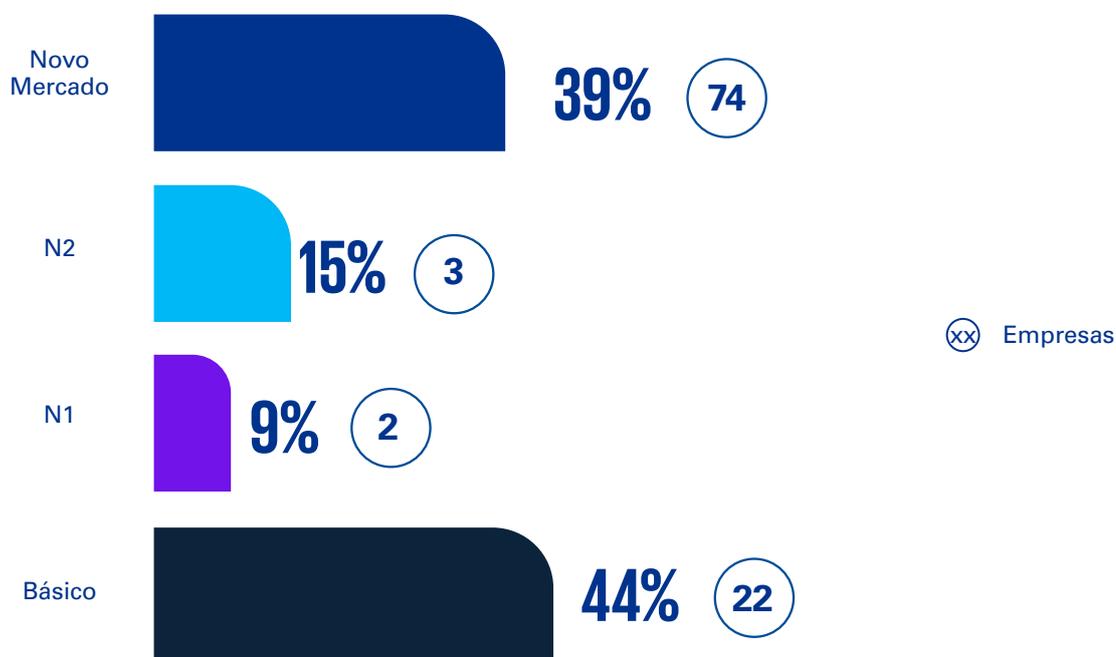
Evolução do valor médio do seguro D&O, em milhões de reais



Média do valor total provisionado por empresa dos processos não sigilosos relevantes, em milhões de reais, por segmento de listagem



Empresas que não têm valor provisionado de processos não sigilosos relevantes, por segmento de listagem



Gerenciamento de riscos

Apesar do fim da pandemia de Covid-19, o mercado global continua instável, principalmente em razão de conflitos de guerra; alta da inflação, polarização política e problemas climáticos. Em meio a esse cenário, o estudo mostra que mais empresas reportam uma expectativa de aumento da exposição aos seus riscos relevantes, de 19% para 22%, em relação ao ano anterior.

Em paralelo, as empresas estão se organizando cada vez mais para responder aos desafios: 82% das organizações analisadas contam com uma área para o gerenciamento de riscos e 91% afirmam ter uma política corporativa de riscos formalizada. O Novo Mercado é o segmento que mais se destaca (99%) em relação a ter políticas formalizadas.

Acompanhando as exigências atuais dos *stakeholders*, o novo formulário de referência

demanda, no item 5.3.c, que as empresas divulguem o “número de casos confirmados nos últimos 3 exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas”. Das 282 empresas analisadas, apenas 9 empresas relatam casos de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos, enquanto 216 dizem não haver casos desse tipo e 57 não informaram.

Sendo as questões climáticas, um dos principais fatores de risco, o estudo deste ano destaca dados específicos sobre seu gerenciamento, outra exigência adicional do formulário de referência atualizado. Das empresas analisadas, 69% informam o papel dos órgãos da administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionadas ao clima.

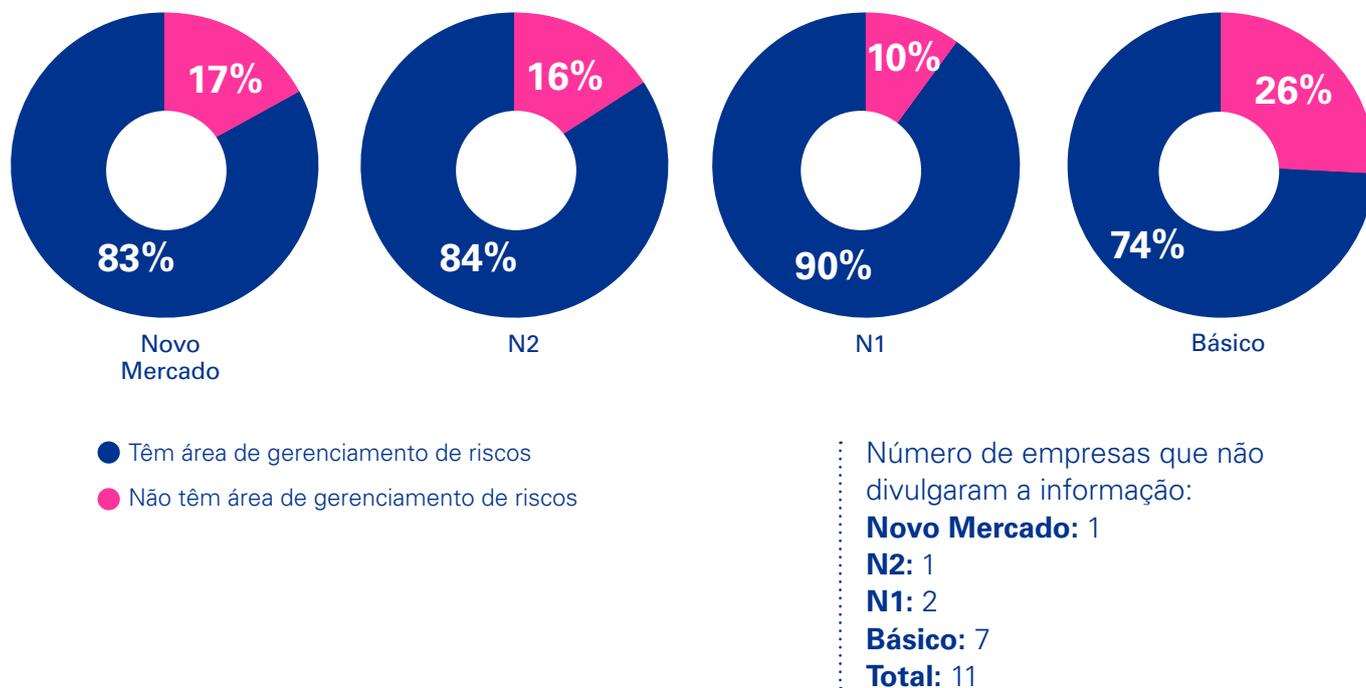
Os cinco principais fatores de riscos divulgados pelas empresas

Riscos	Nº de empresas	%
Riscos financeiros e de caixa	132	47%
Condições políticas, econômicas e de mercado	109	39%
Riscos operacionais	101	36%
Riscos de <i>cybersecurity</i>	80	29%
Riscos associados à execução da estratégia de negócios e/ou plano de investimentos	68	24%

Além do reporte usual dos riscos aos quais a companhia está exposta e a descrição desses fatores de risco, o modelo atualizado do formulário de referência exige que as empresas divulguem, no novo item 4.2, os cinco principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos. Comparativamente, todos os riscos mencionados entre os cinco principais também estão entre os 10 mais citados na oitava edição do estudo “[Gerenciamento de Riscos](#)”, do ACI Institute e do Board Leadership Center da KPMG no Brasil⁵.

⁵Gerenciamento de Riscos: os principais fatores de risco divulgados pelas empresas abertas brasileiras – 8ª edição. ACI Institute e Board Leadership Center, KPMG no Brasil, 2023.

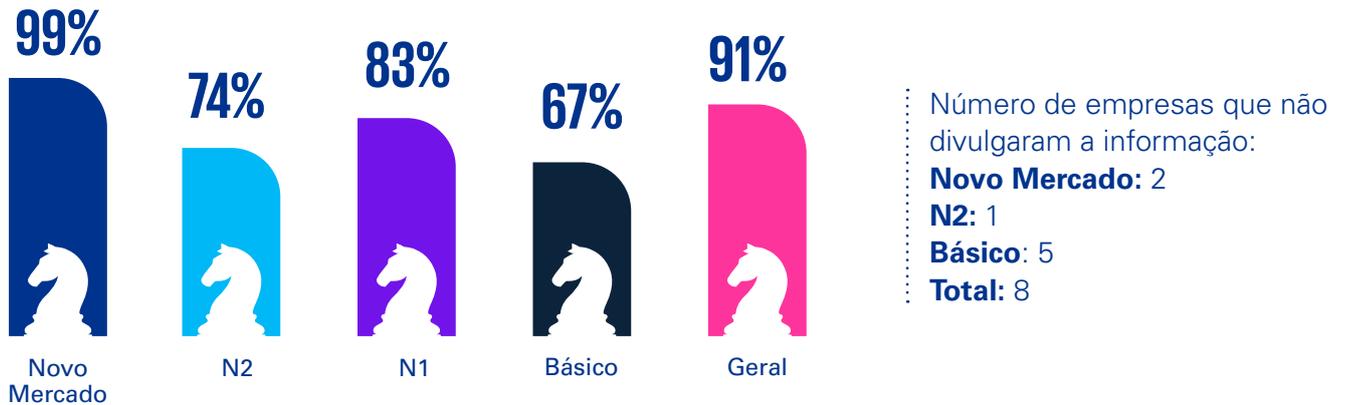
Empresas que têm, dentro de sua estrutura organizacional, uma área específica destinada ao gerenciamento de riscos, por segmento de listagem



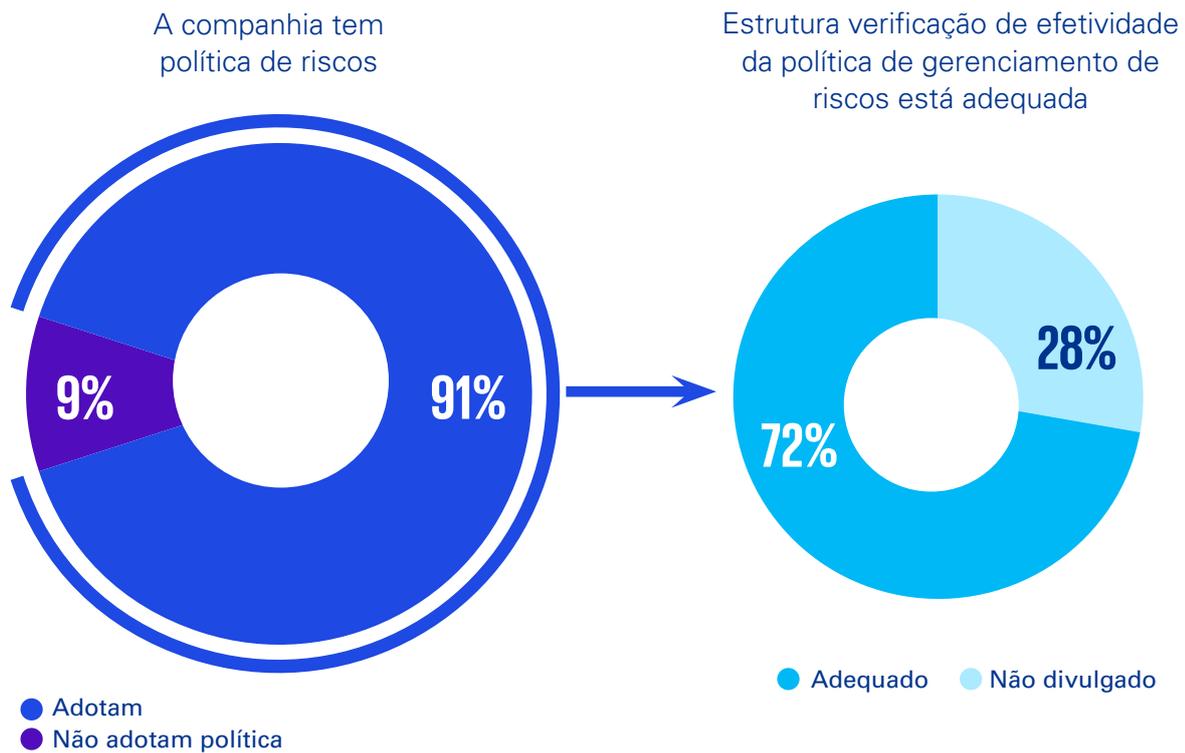
Evolução na porcentagem de empresas que têm uma área específica para o gerenciamento de riscos



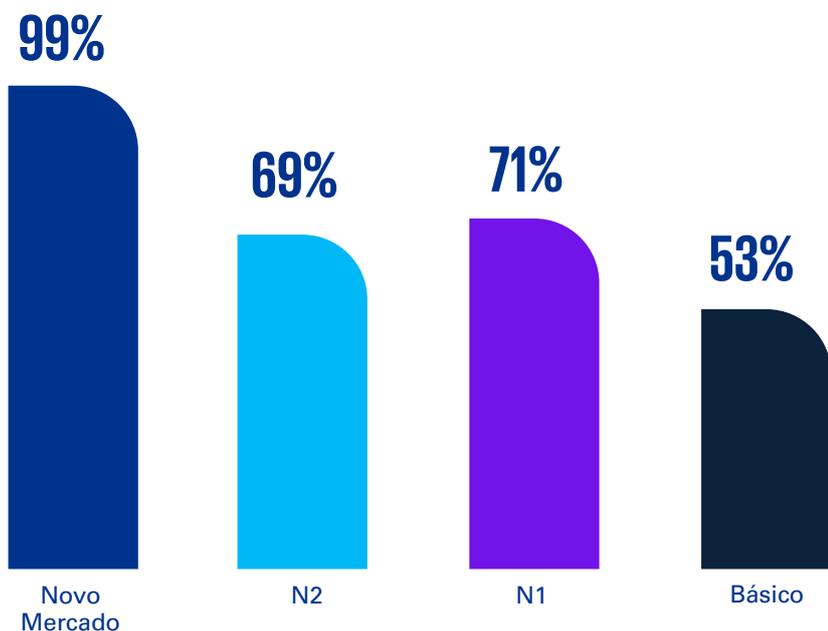
Empresas que informam ter políticas formalizadas, por segmento de listagem



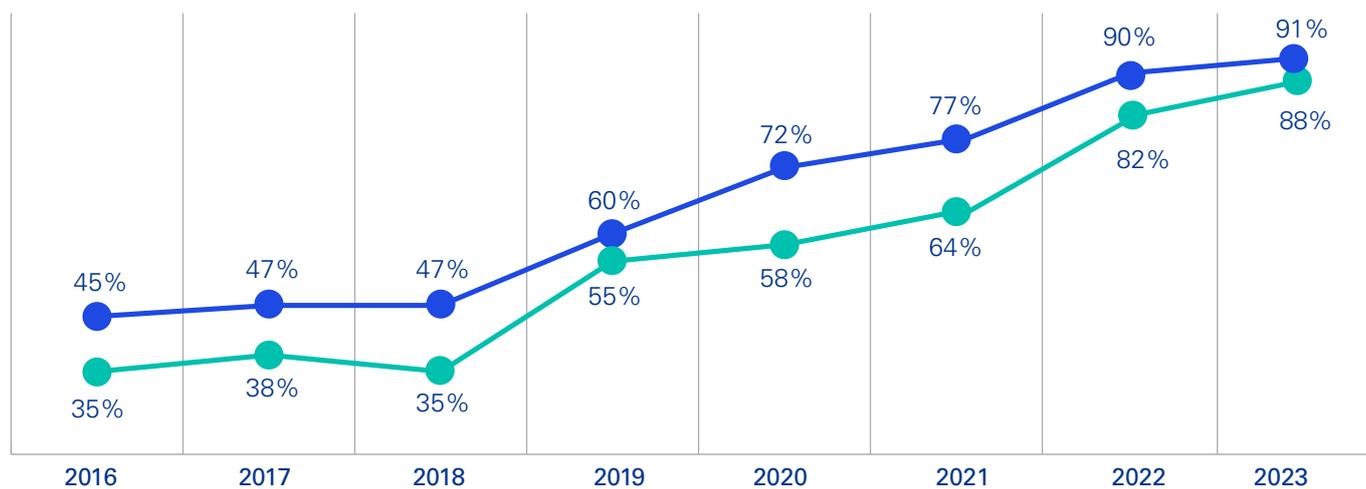
Empresas que divulgam que o controle de verificação de efetividade da política de gerenciamento de riscos está adequado



Empresas que divulgam que o controle de verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos está adequado, por segmento de listagem



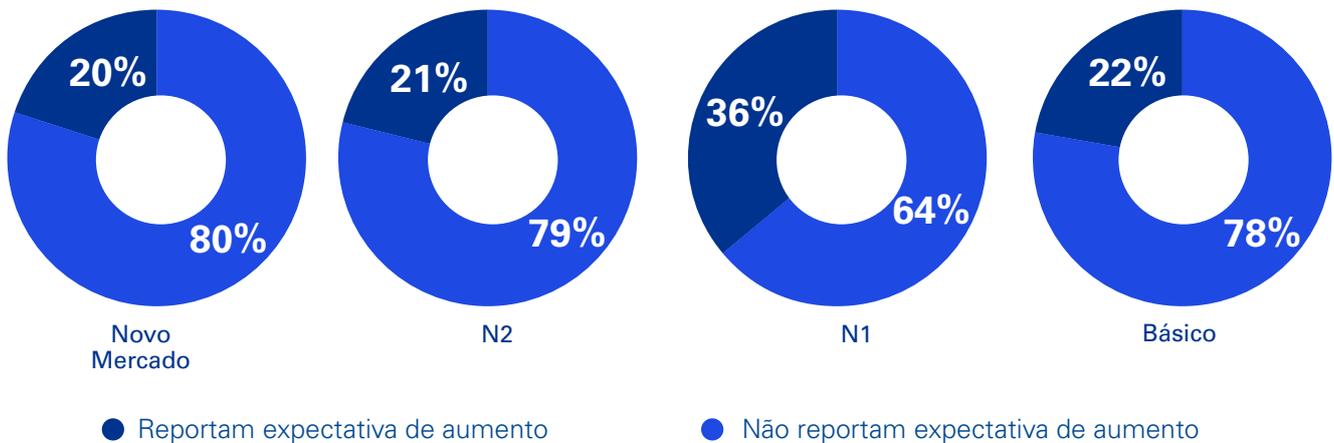
Evolução das empresas que adotam política de gerenciamento de riscos formalizada e que divulgam que o controle de verificação de efetividade da política de gerenciamento de riscos está adequado



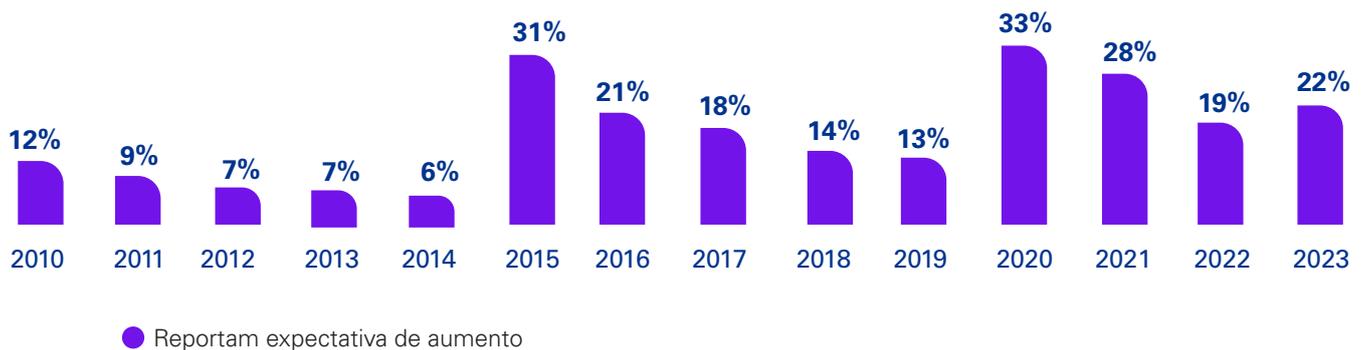
- Empresas que informam ter política formalizada de gerenciamento de riscos
- Empresas que divulgam que o controle de verificação de efetividade da política de gerenciamento de riscos está adequado



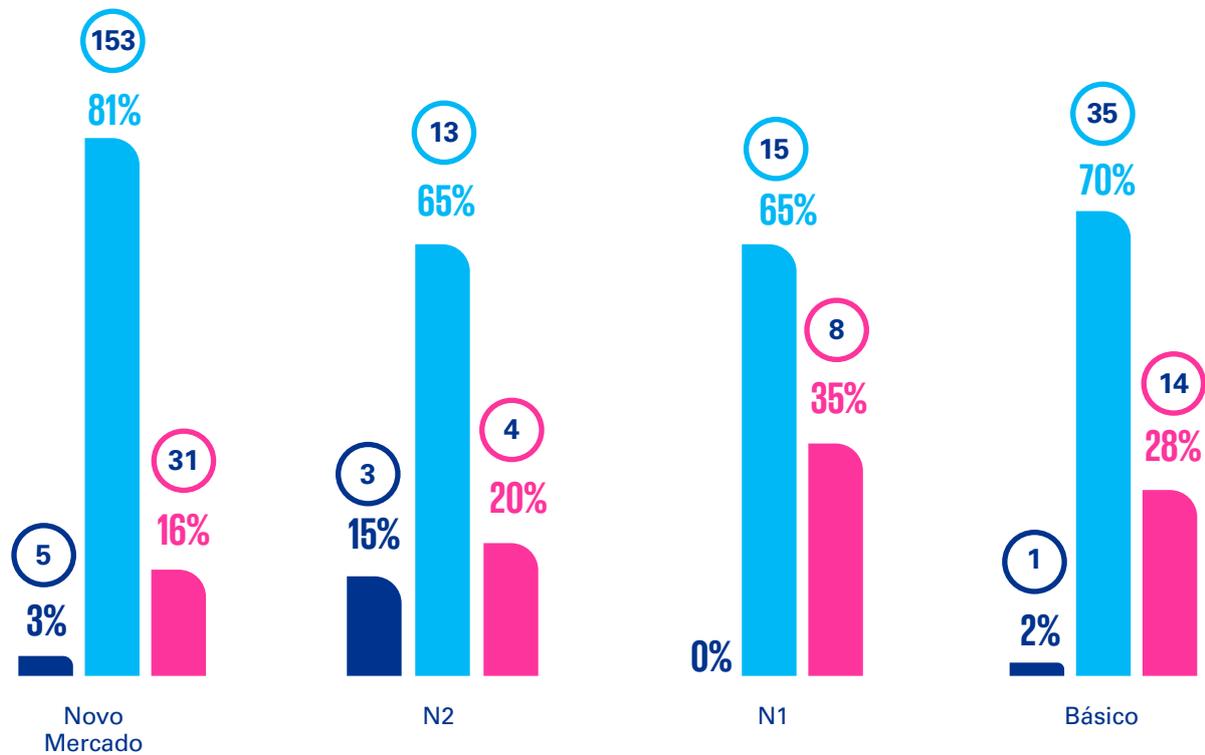
Porcentagem de empresas que reportaram uma expectativa de aumento da exposição aos seus riscos relevantes em relação ao ano anterior, por segmento de listagem



Evolução da porcentagem de empresas que reportaram uma expectativa de aumento da exposição aos seus riscos relevantes, em relação ao ano anterior



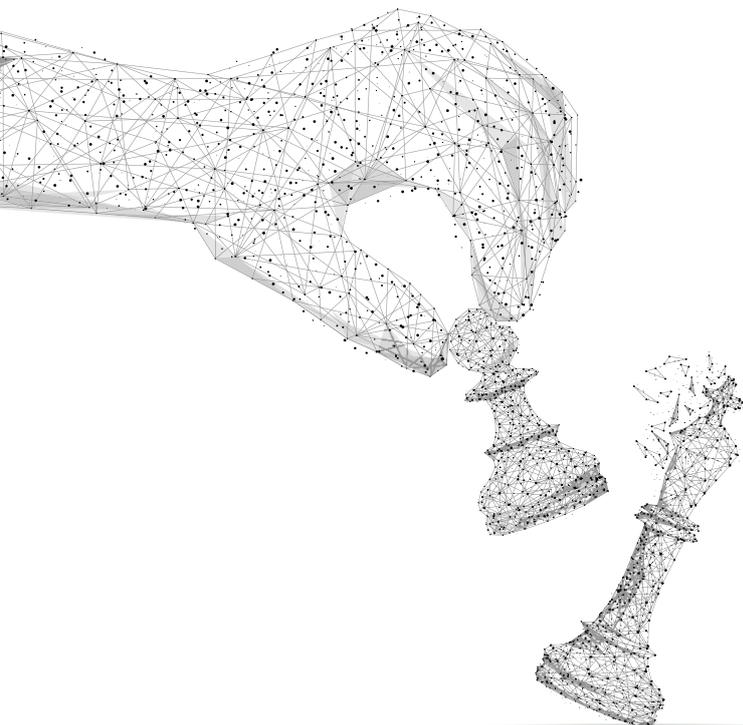
Casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública



Total de empresas: 9 216 57

● Tiveram casos confirmados ● Não tiveram casos confirmados ● Não divulgaram a informação* (xx) Empresas

* Empresas que não divulgaram a informação (nem que tiveram casos, nem que não tiveram casos)



4% das empresas que divulgaram a informação relataram ter casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos (9 companhias).

96% das empresas que divulgaram a informação relataram não ter casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos (216 companhias).

Empresas que adotaram medidas corretivas após identificarem casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, por segmento de listagem



● Adotaram medidas corretivas

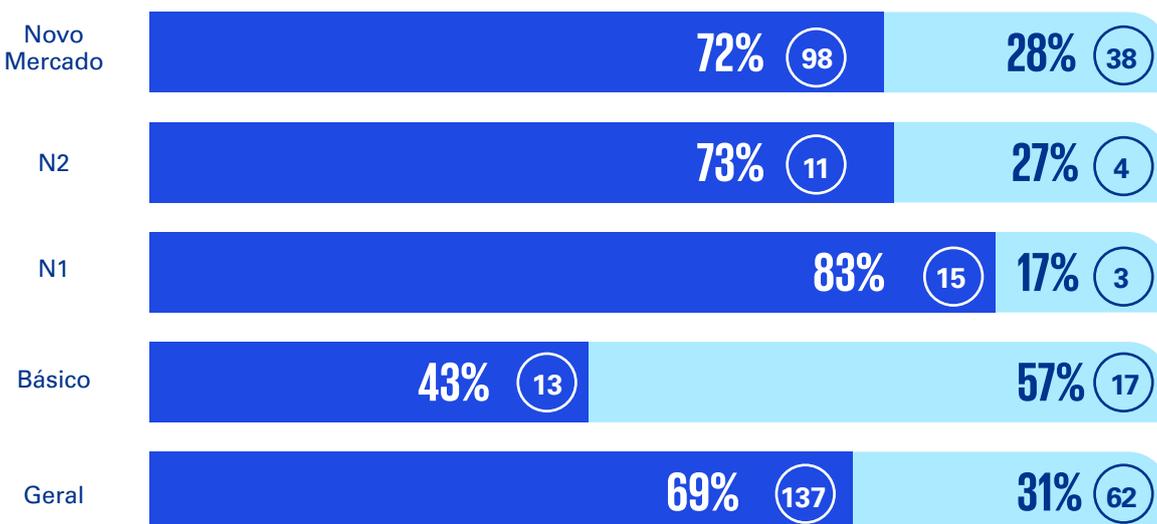
ⓧ Empresas

● Não informaram sobre medidas corretivas

ⓧ Empresas que divulgaram casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos

67% das empresas que divulgaram casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos divulgaram medidas corretivas.

Empresas que informam o papel dos órgãos da administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionadas ao clima, por segmento de listagem



⋮ Número de empresas que não divulgaram a informação:

Novo Mercado: 18

N2: 5

N1: 4

Básico: 13

Total: 40

● Informam ● Não informam

ⓧ empresas

Auditoria Interna

A auditoria interna tem a função de testar o desenho e a efetividade dos controles internos, bem como das normas e procedimentos que as formalizam, além de identificar riscos e recomendar controles para mitigá-los. As organizações podem optar por uma auditoria interna própria ou terceirizada (total ou parcialmente).

O formulário de referência da CVM não pede para as empresas divulgarem se há, ou não, uma auditoria interna instalada, mas a cada ano aumenta a quantidade de empresas que voluntariamente informam a sua existência, como peça importante na sua governança.

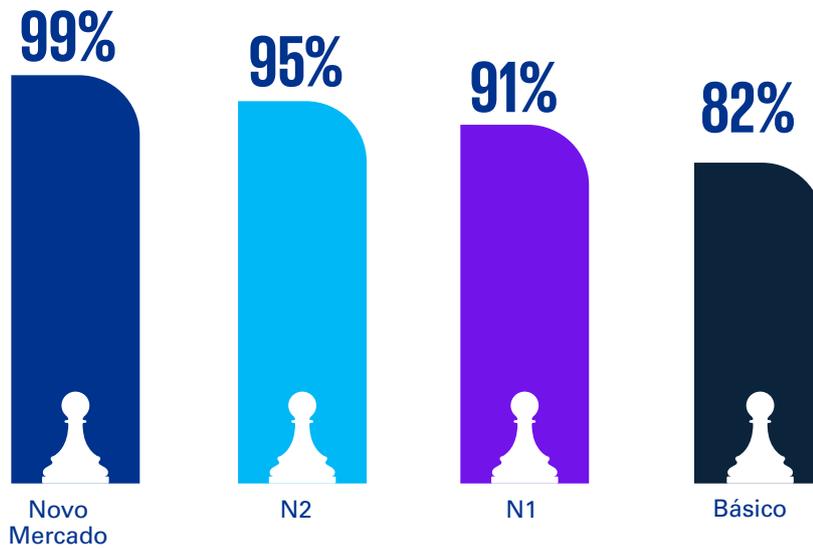
Há cinco anos consecutivos o percentual de empresas que contam com auditoria interna aumenta.

Em 2019, 80% das empresas analisadas disseram ter auditoria interna, em 2021, 88%, em 2022, 94%, e em 2023, o percentual chegou a 95%. O Novo Mercado, com 99%, é o segmento em que mais empresas informam contar com uma área de auditoria interna.

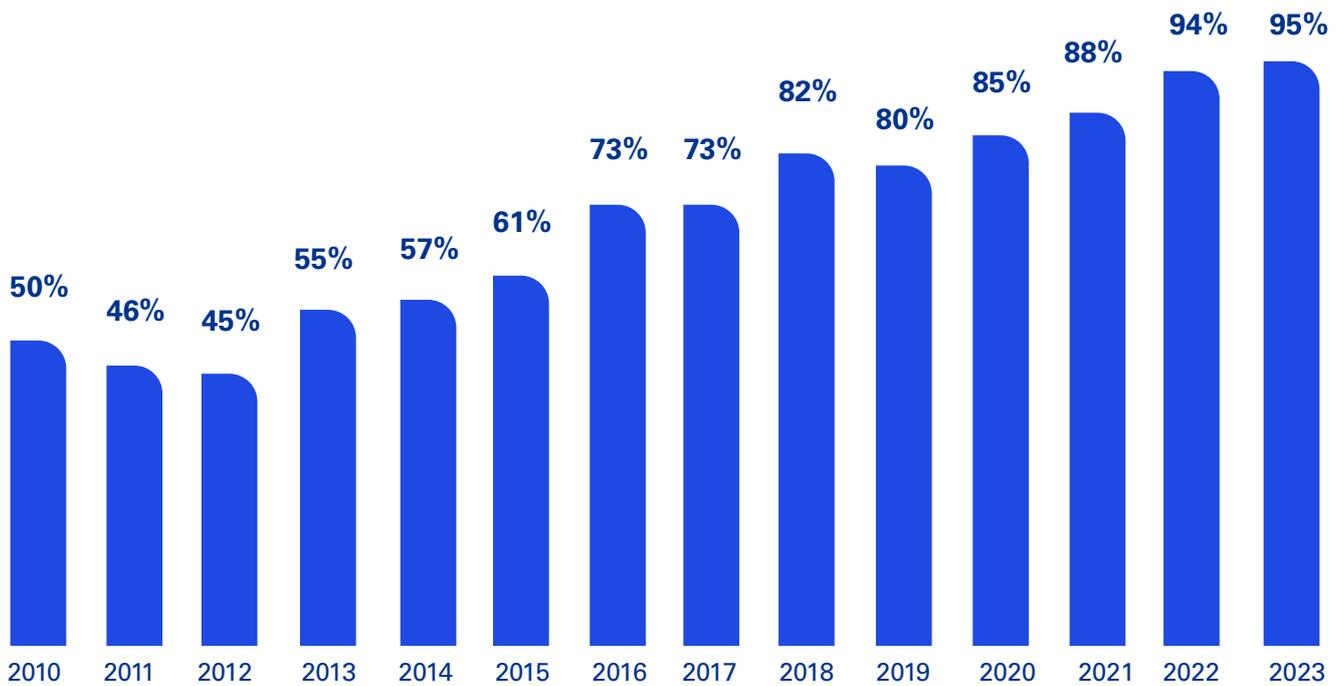
Nas empresas em que há auditoria interna, 91% se reportam ao conselho de administração, uma redução de 5 pontos percentuais em relação ao ano passado.



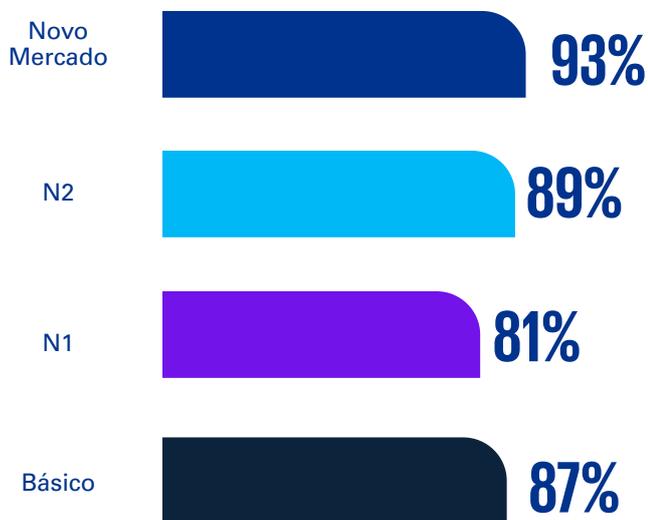
Empresas que divulgam a existência de auditoria interna, por segmento de listagem



Evolução da porcentagem de empresas que divulgam a existência de auditoria interna



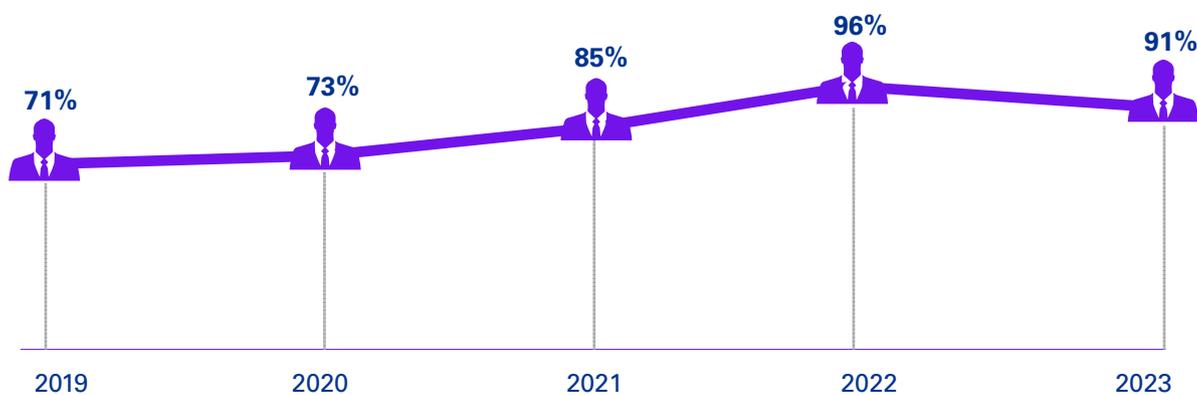
Porcentagem de empresas cuja auditoria interna se reporta ao conselho de administração, por segmento de listagem



91% das empresas divulgam em seus formulários de referência que a auditoria interna se reporta ao conselho de administração.

Ao preencherem o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, as empresas devem divulgar, no item 4.4.1, se a área de auditoria interna está vinculada diretamente ao conselho de administração. Essa informação é coletada e validada com base no que é divulgado no formulário de referência e no informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Evolução da porcentagem de empresas cuja auditoria interna se reporta ao conselho de administração (esse item passou a ser analisado a partir de 2019)



Auditoria Independente

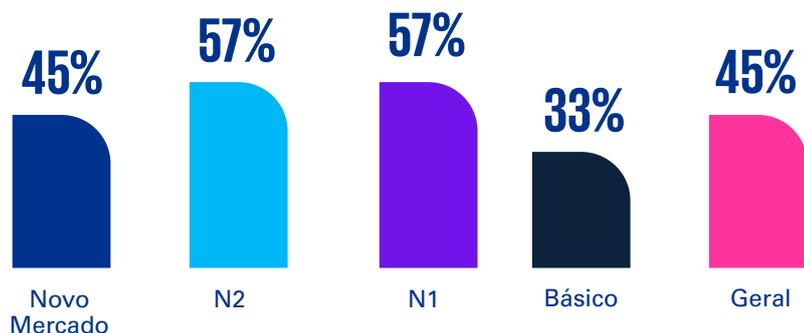
Nesta edição, 45% das 282 companhias afirmaram contratar outros serviços das empresas de auditoria independente, além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Encerrando, assim, uma tendência consecutiva de alta, que vinha ocorrendo desde 2018. Em 2021, a porcentagem era de 54%, e em 2022, de 55%.

A maioria das empresas analisadas (98%) afirma que seus controles internos são eficientes. O segmento Novo Mercado é o que apresenta o maior índice: 99% das 189 empresas consideram seus controles internos eficientes.

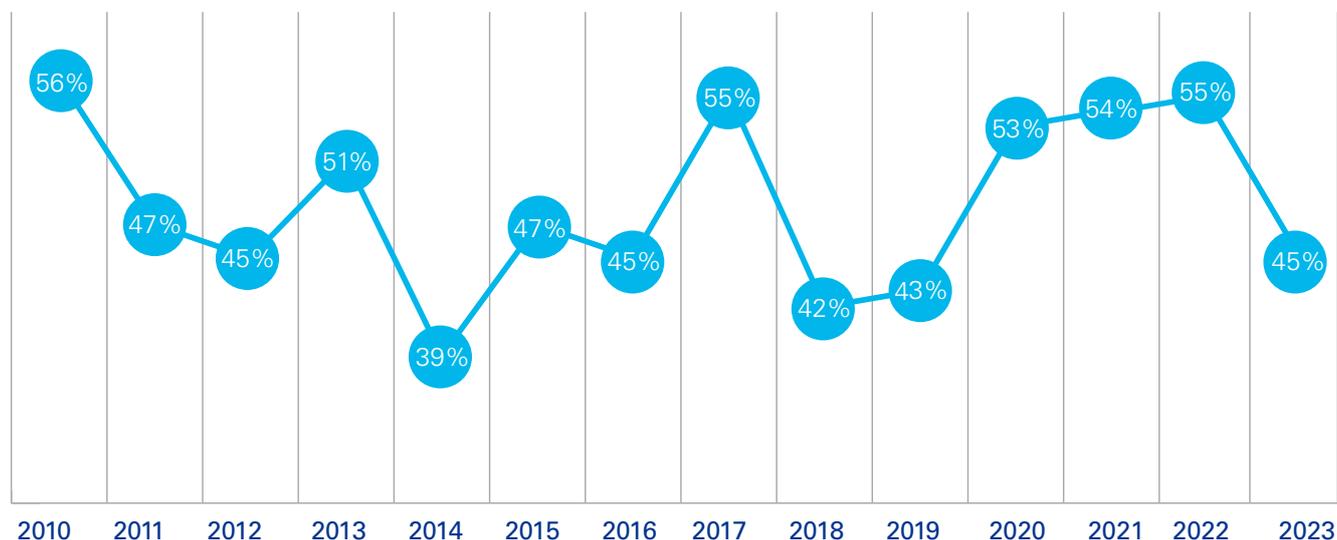
Ainda sobre controles internos, houve um aumento de 35% (95 empresas) para 37% (99 empresas) em relação às empresas que divulgam haver deficiências significativas ou recomendações* sobre os controles internos reportados pelos auditores independentes. Das 99 companhias que tiveram deficiências ou recomendações apontadas pelo auditor independente, 72 afirmaram ter o sistema de controles internos adequados, 4 disseram não estar adequado, 22 não divulgaram se está adequado e 1 empresa divulgou não ter políticas para avaliar a efetividade dos controles internos.

*O item 5.3 do formulário de referência pede que as empresas divulguem as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles – indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las –, bem como a eficiência desses controles e se houve deficiências e recomendações apontadas pelo auditor independente sobre os controles internos.

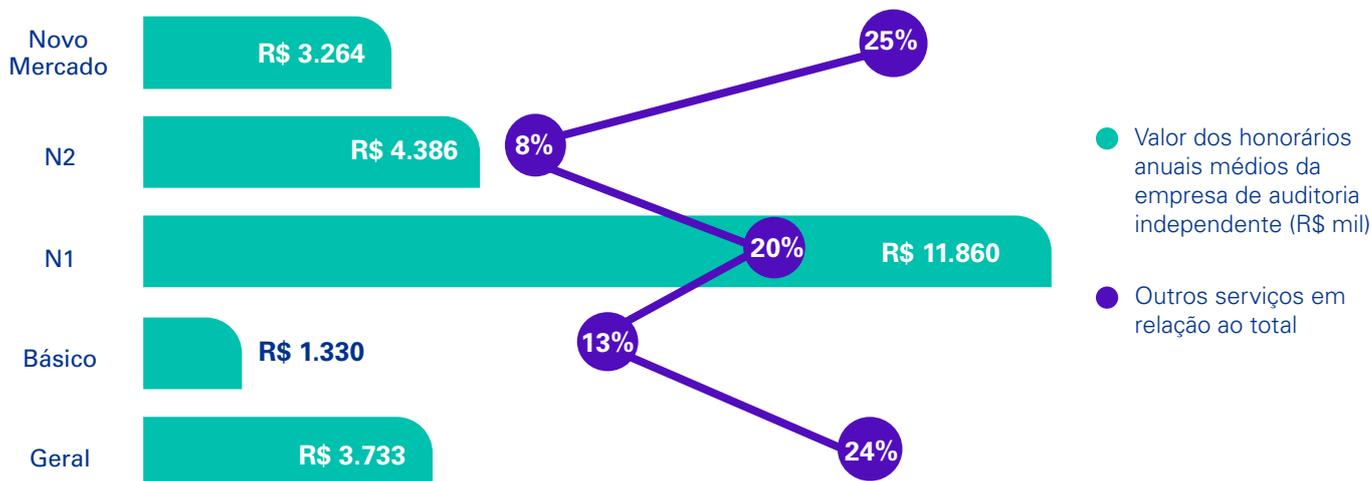
Porcentagem de companhias que contratam outros serviços da empresa de auditoria independente, além daqueles relacionados à auditoria externa, por segmento de listagem



Evolução da porcentagem de companhias que contratam outros serviços da empresa de auditoria independente, além daqueles relacionados à auditoria externa



Média dos honorários da auditoria independente, por segmento de listagem



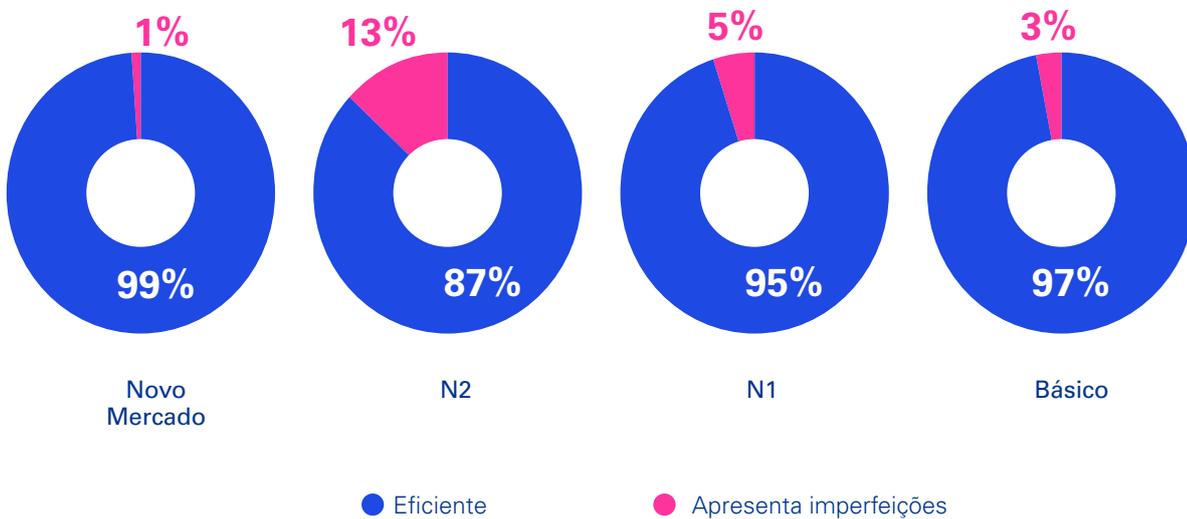
Evolução dos honorários anuais* da empresa de auditoria independente, em milhares de reais



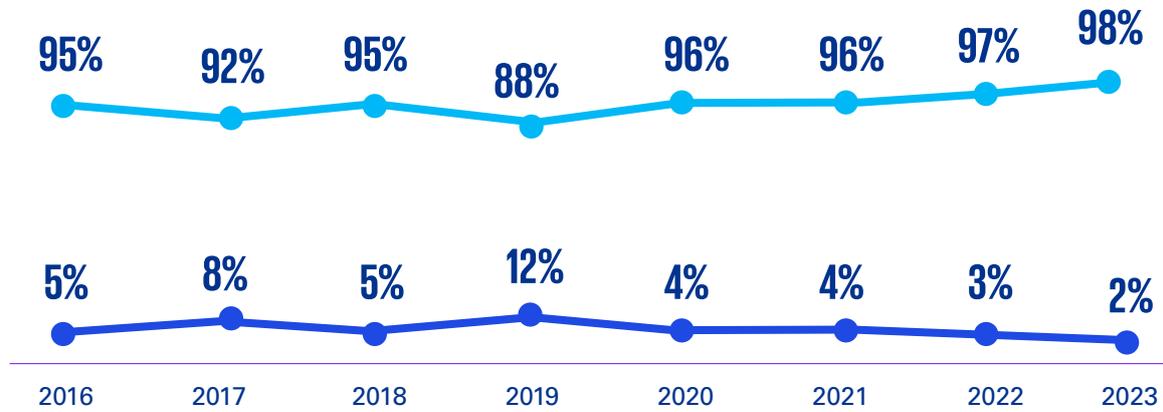
—●— Valores dos honorários anuais médios da empresa de auditoria independente

*média total

Informação sobre o grau de eficiência dos controles internos da empresa



Evolução do grau de eficiência dos controles internos da empresa (esse item passou a ser analisado a partir de 2016)



- Eficiente
- Apresenta imperfeições

Número de empresas que não divulgaram claramente a informação sobre o grau de eficiência dos controles internos:

Novo Mercado: 45

N2: 4

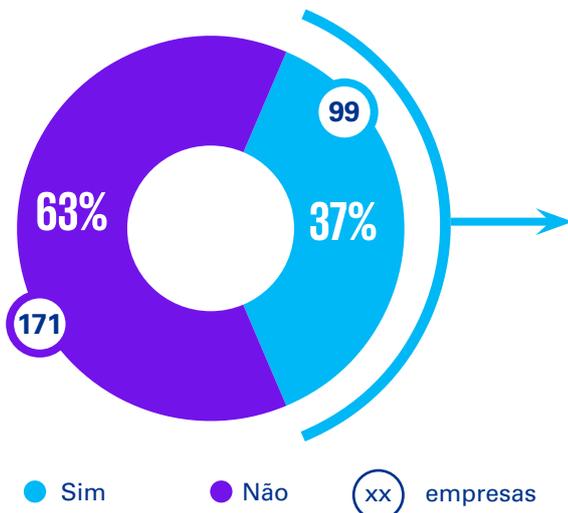
N1: 9

Básico: 118

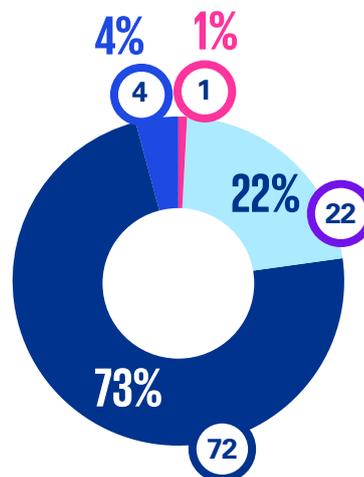
Total: 76

Empresas onde houve deficiências ou recomendações sobre os controles internos (apontadas pelo auditor independente) e o que elas divulgaram com relação a eficiência dos seus controles internos

Houve deficiência ou recomendação



Controles internos



- Adequados
- Não adequados
- Não divulgados
- Não tem política para avaliar a eficiência dos controles internos

Número de empresas que não divulgaram a informação:

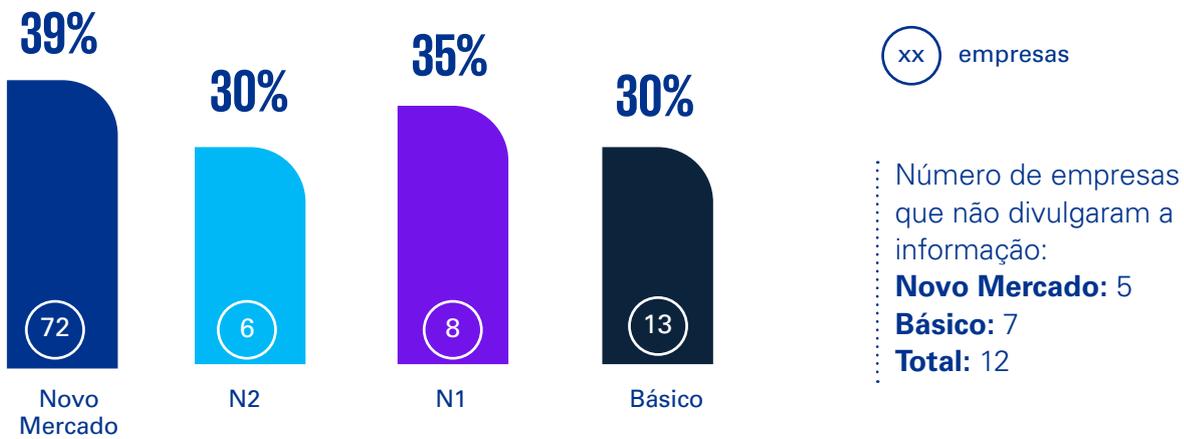
Novo Mercado: 16

N2: 1

Básico: 5

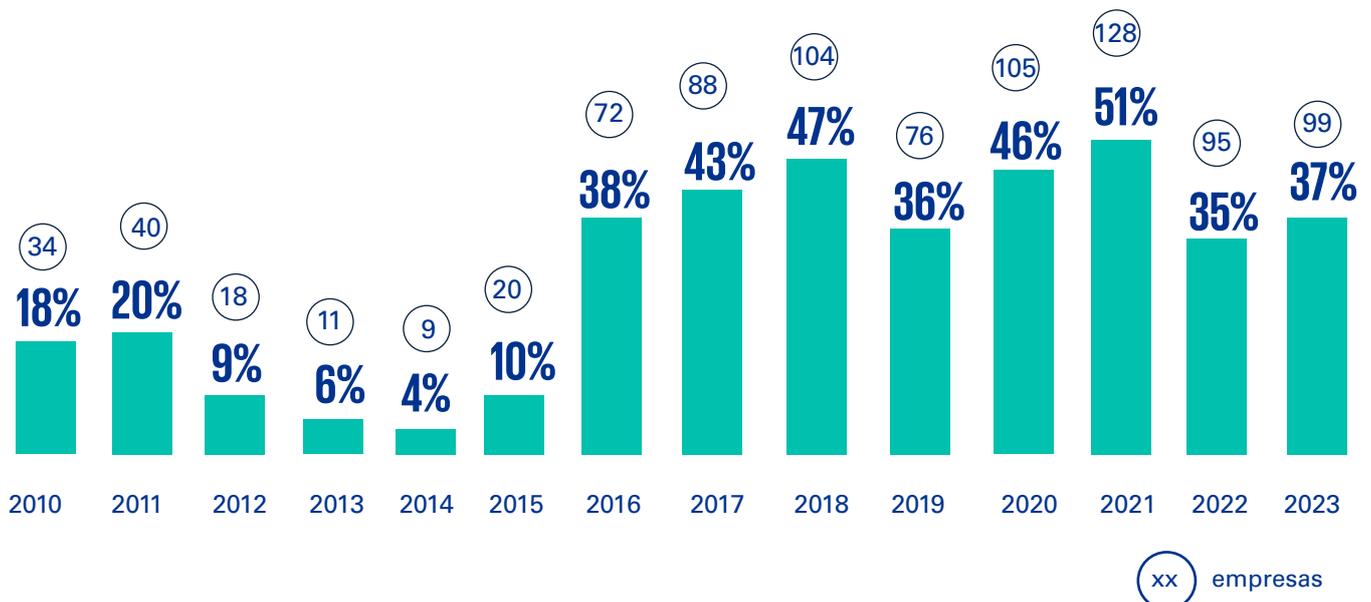
Total: 22

Empresas onde houve deficiências ou recomendações* sobre os controles internos apresentadas pelo auditor independente, por segmento



* A informação sobre as principais práticas de controles internos, o grau de eficiência de tais controles e se houve deficiências e recomendações apontadas pelo auditor independente sobre os controles internos encontra-se no item 5.3 do formulário de referência.

Evolução de empresas em que houve deficiências ou recomendações sobre os controles internos



Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG)

Entre as principais mudanças da CVM para o formulário de referência está o maior destaque para as informações de sustentabilidade, englobando de maneira ampla as divulgações ambientais, sociais e de governança. Com isso, o mercado brasileiro acompanha a tendência global de maior preocupação com essas questões, evidenciada também na revisão dos princípios de governança corporativa do G20 e da OCDE⁶, que inclui um novo capítulo focado em sustentabilidade, e as regulações específicas para divulgação climática como as da SEC⁷ (*U.S. Securities and Exchange Commission*) ou da União Europeia⁸.

Para a divulgação das informações ESG, anteriormente denominadas informações socioambientais no formulário de referência, as companhias tiveram que adotar o modelo “pratique ou explique”, de modo a alcançar maior transparência sobre as informações divulgadas ou o motivo para não publicá-las, além de permitir maior comparabilidade e consistência entre as informações.

Na edição deste ano, 76% das empresas divulgaram informações ESG em seus formulários de referência, um aumento de 12 pontos percentuais com relação à última edição. Esse aumento pode ser um indício da maior preocupação das companhias com a transparência de seus compromissos socioambientais e de governança e também a expansão regulatória sobre o tema. Destaque também para o aumento contínuo da porcentagem de empresas que têm suas informações ESG auditadas ou revisadas por entidade independente. Em 2019, eram 43% e, na edição atual, chegaram a 57%.

Entre as diretrizes mais adotadas para o reporte das informações, as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) se destacam: 96% das companhias abertas brasileiras seguem essas recomendações, em linha também com o resultado de uma pesquisa global da KPMG⁹ que aponta que essa é a metodologia mais utilizada globalmente.

⁶ *G20/OECD Principles of Corporate Governance 2023: VI. Sustainability and resilience*. OCDE, 2023.

⁷ *Enhancement and Standardization of Climate-Related Disclosures*. U.S. Securities and Exchange Commission (SEC).

⁸ *CSRD: Corporate sustainability reporting*. Comissão Europeia.

⁹ *Grandes Mudanças, Pequenos Passos – Pesquisa Global de Relatórios de Sustentabilidade 2022*. KPMG, 2023.

Seguindo o novo modelo do formulário de referência, as companhias devem divulgar no item 1.9:

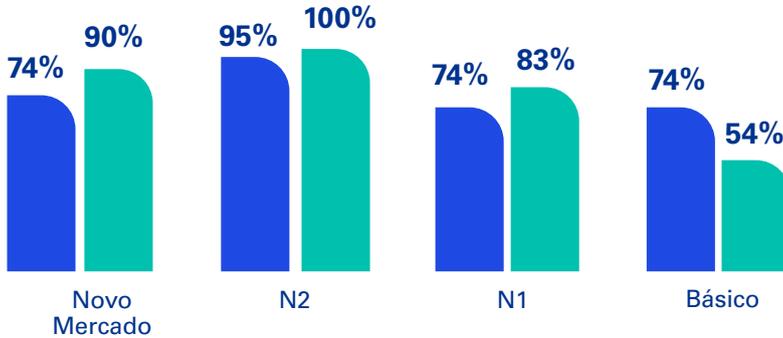
- a. se o emissor divulga informações ESG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade
- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento
- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso
- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado
- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG, e quais são os indicadores materiais para o emissor
- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor
- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas
- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas
- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:
 - i.i. a não divulgação de informações ESG
 - i. ii. a não adoção de matriz de materialidade
 - i. iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ESG
 - i. iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
 - i. v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ESG divulgadas
 - vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Linha do tempo da regulação sobre aspectos do ESG no mercado brasileiro¹⁰



¹⁰ Fonte: CVM.

Empresas que divulgam informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) ou explicam o motivo de não fazê-lo (modelo “pratique ou explique”), por segmento de listagem



76%
das empresas divulgaram informações ESG em 2023.

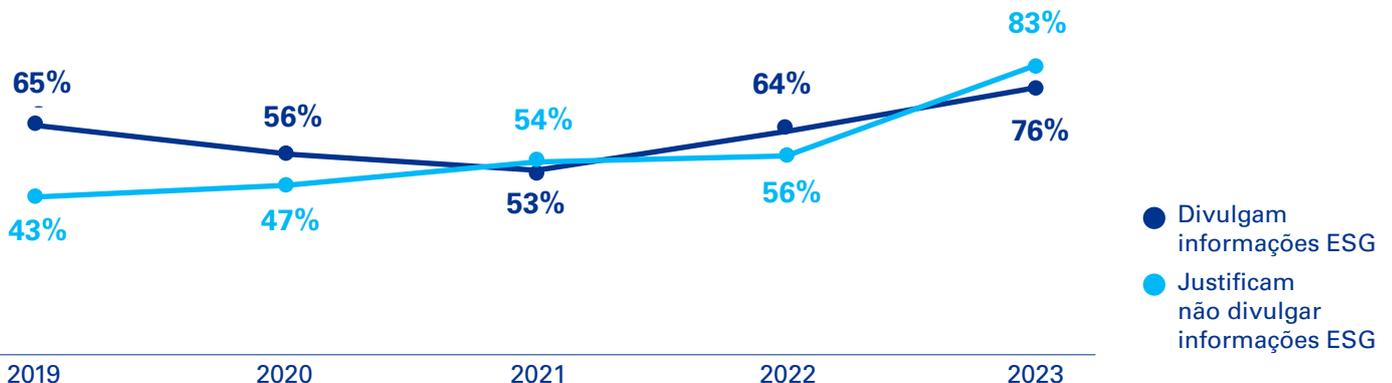
- Divulgam informações ESG
- Justificam não divulgar informações ESG

Número de empresas que não divulgaram a informação (informações ESG):
N1: 1
Básico: 3
Total: 4

Número de empresas que não divulgaram a informação (justificativa):
Novo Mercado: 4
N1: 1
Básico: 6
Total: 11

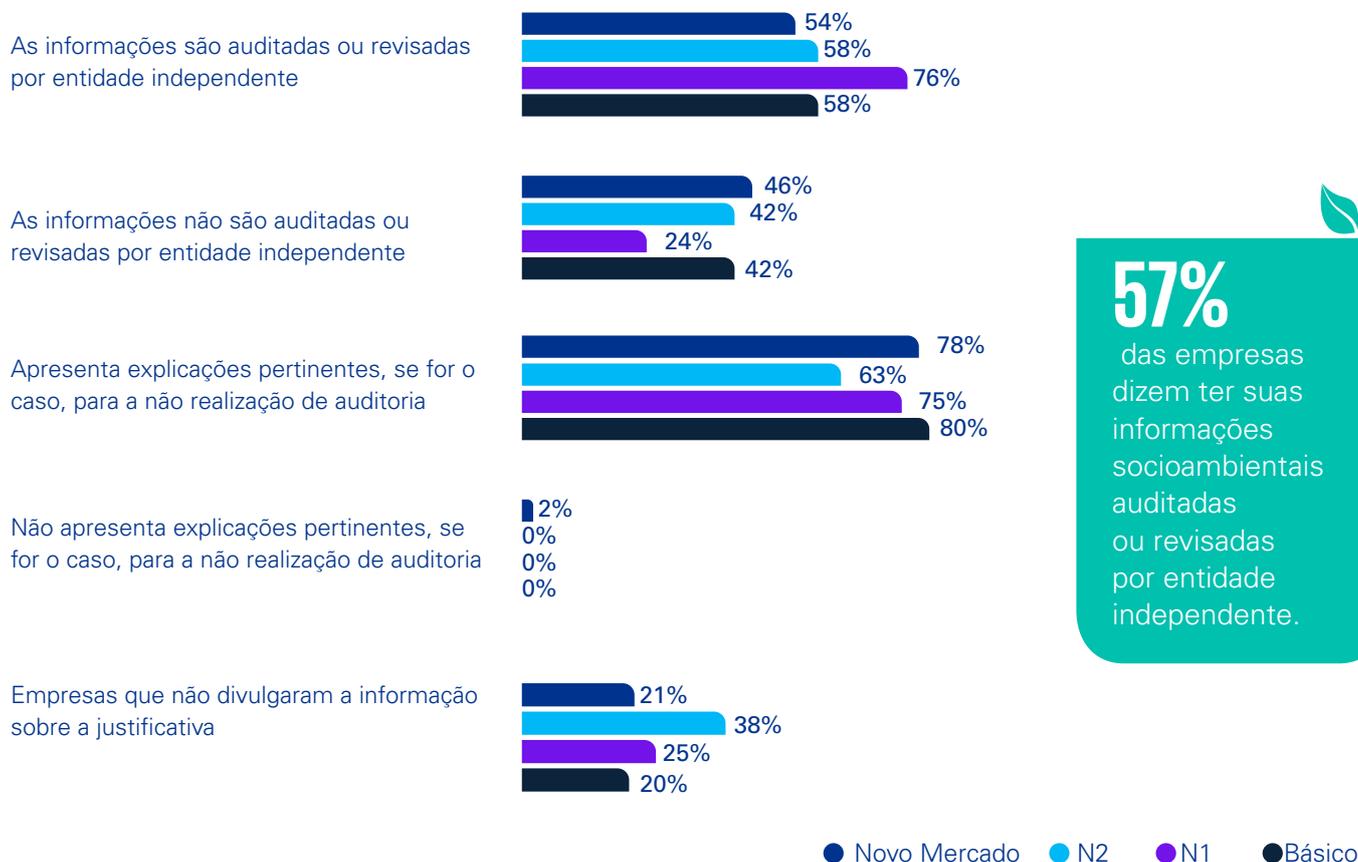
Seguindo a alteração da nomenclatura no formulário de referência, passamos a denominar “informações socioambientais” (anterior) como “informações ESG”. Os gráficos comparativos já existentes de informações socioambientais foram mantidos com nova nomenclatura por não ter havido alteração substancial nas informações divulgadas.

Evolução das empresas que divulgam informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) ou apresentam justificativa para não fazê-lo, por ano (esse item passou a ser analisado a partir de 2019)



Com relação à justificativa para a não divulgação de informações socioambientais/ESG entre 2019 e 2022, foram consideradas as divulgações apresentadas no Informe do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Empresas que divulgam ter suas informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) auditadas ou revisadas por entidade independente ou explicam o motivo para não fazê-lo (modelo “pratique ou explique”), por segmento de listagem



57%

das empresas dizem ter suas informações socioambientais auditadas ou revisadas por entidade independente.

Número de empresas que não divulgaram a informação (informações ESG auditadas ou revisadas):

Novo Mercado: 2

N1: 1

Básico: 5

Total: 8

Número de empresas que não divulgaram a informação (justificativa):

Novo Mercado: 15

N2: 3

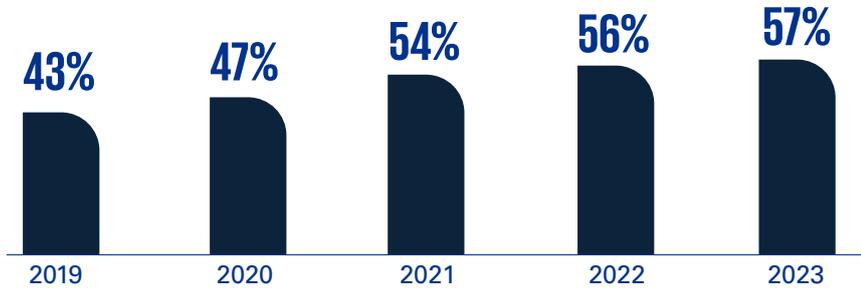
N1: 1

Básico: 4

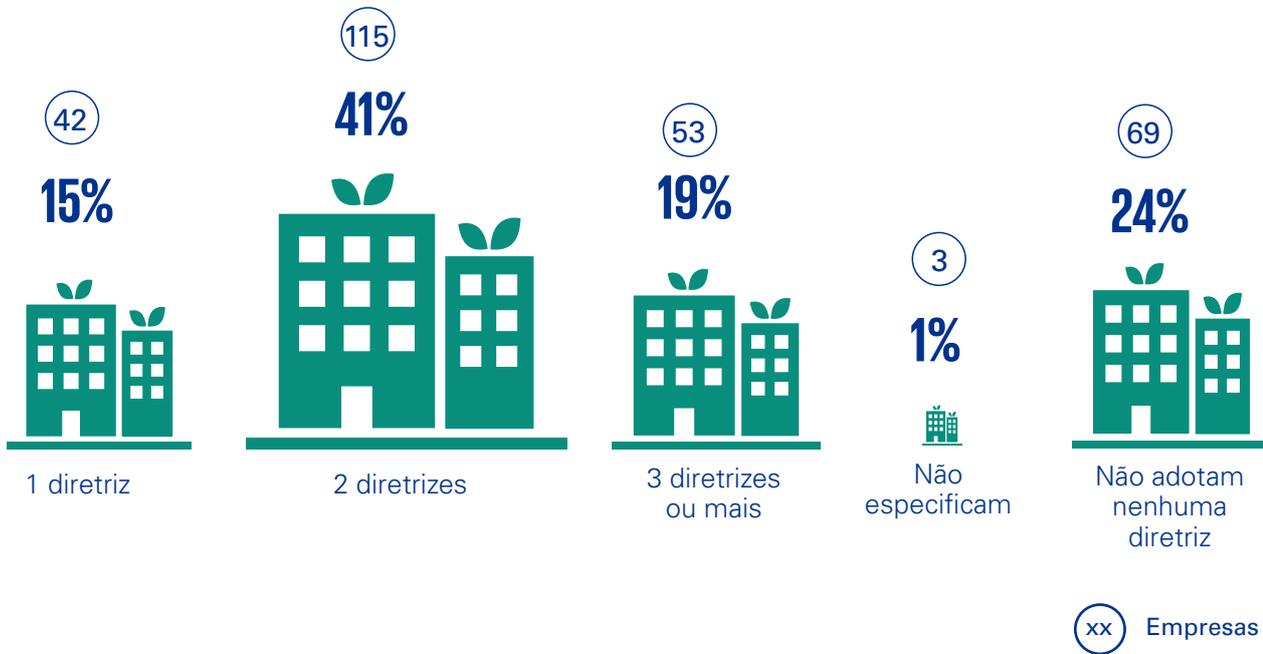
Total: 23

Entre as empresas analisadas, 64 informam não divulgar informações ESG, portanto, não foram consideradas no cálculo das empresas que informam ter essas divulgações auditadas ou revisadas (Não Aplicado).

Evolução das empresas que dizem ter suas informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) auditadas ou revisadas por entidade independente (esse item passou a ser analisado a partir de 2019)

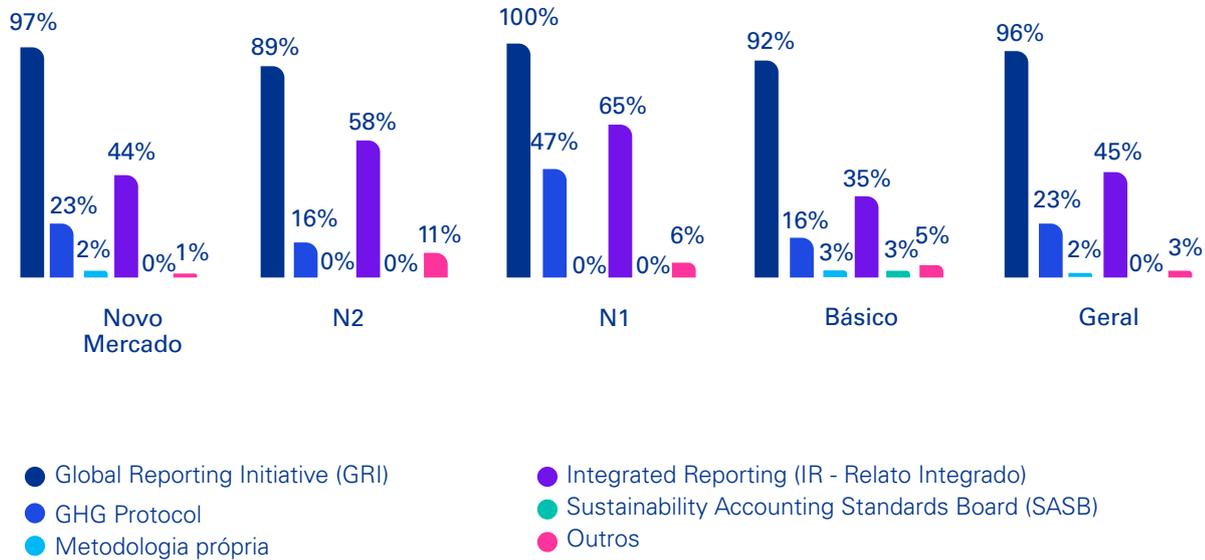


Empresas que divulgam diretrizes para reporte das informações ESG, por segmento de listagem



# Diretrizes	Novo Mercado	N2	N1	Básico	Geral
1 diretriz	32	3	1	6	42
2 diretrizes	74	11	8	22	115
3 ou mais diretrizes	32	5	8	8	53
Não especificam	2	0	0	1	3
Não adotam nenhuma diretriz	49	1	6	13	69

Diretrizes para reporte mais utilizadas para divulgar as informações ESG, por segmento de listagem (em alguns casos, mais de uma diretriz é citada)



Entre as informações novas exigidas pelo formulário de referência, destaca-se a divulgação da realização, ou não, de inventário de gases do efeito estufa (GEE), os tópicos de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG e a consideração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

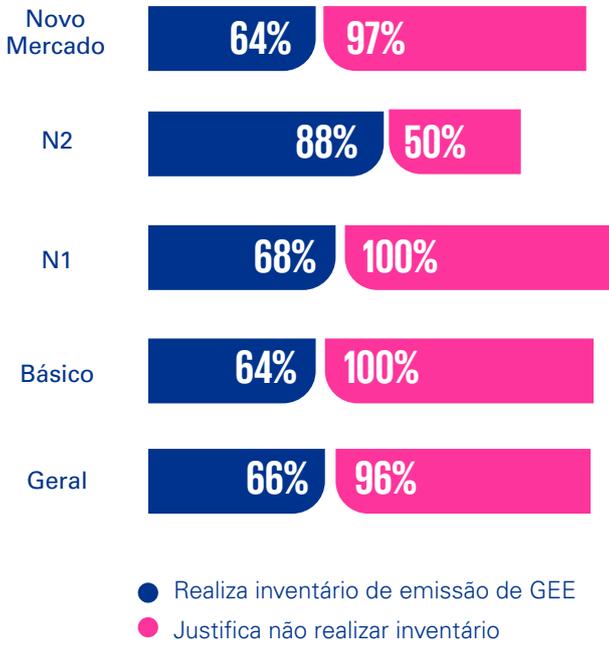
Entre as empresas analisadas nesta edição, 66% realizaram inventário de suas emissões de GEE – com destaque para o Novo Mercado, em que 64% das empresas fazem esse acompanhamento. Quanto à matriz de materialidade e indicadores-chave

de desempenho, 94% das empresas que divulgam informações socioambientais consideram esses aspectos em seus relatórios.

Os ODS também são bastante relevantes nas divulgações: 96% das empresas que publicam informações ESG consideram ao menos um dos Objetivos em sua estratégia. Apesar da nítida preocupação com a inclusão dessas metas nos planos e nas políticas de sustentabilidade, um relatório da ONU¹¹ mostrou que as ações implementadas ainda não são suficientes e nenhum dos ODS está no ritmo certo para ser alcançado globalmente até 2030.

¹¹ [Sustainable Development Report: At the midpoint of the 2030 Agenda, all of the SDGs are seriously off track](#). ONU, 2023.

Empresas que fazem inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE) ou explicam o motivo de não fazê-lo (modelo “pratique ou explique”), por segmento de listagem

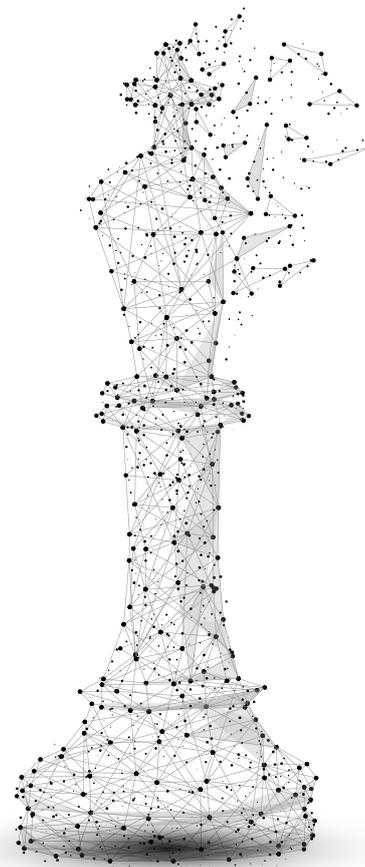


66% das empresas realizam inventários de emissão de gases do efeito estufa (GEE).

96% das empresas que não realizam inventários, divulgam uma justificativa para não fazê-lo.

..... Número de empresas que não divulgaram a informação (divulgação de matriz de materialidade e/ou indicadores-chave):
Novo Mercado: 8
N2: 3
N1: 1
Básico: 5
Total: 17

..... Número de empresas que não divulgaram a informação (justificativa):
Novo Mercado: 5
N1: 1
Básico: 3
Total: 9

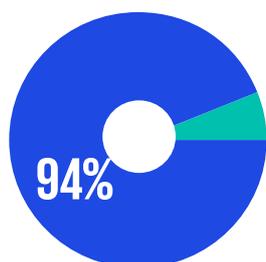


Para o gráfico a seguir, foram consideradas apenas as empresas que divulgam informações ESG.

Informações sobre a adoção de matriz de materialidade ou indicadores-chave do ESG, divulgação dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consideração de recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou apresentação de justificativa (modelo “pratique ou explique”)

● Sim ● Não

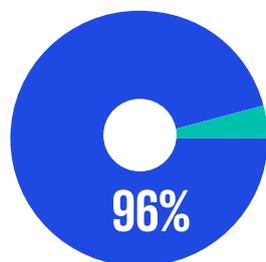
● Justificam ● Não justificam



Divulgam uma matriz de materialidade ou indicadores-chave do ESG



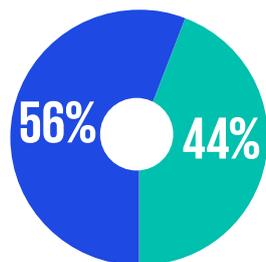
Justificam a não adoção de matriz de materialidade ou indicadores-chave do ESG



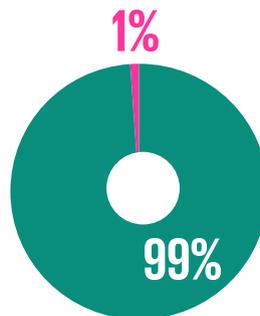
Divulgam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas



Justificam a não consideração dos ODS



Considera recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD)



Justificam a não adoção de recomendações da TCFD



Informações de diversidade

Além das informações ESG de modo amplo e como estão incorporadas em diferentes áreas do negócio (remuneração e riscos, por exemplo), o novo formulário de referência estabelece um novo parâmetro de divulgação para informações de diversidade. Com foco no pilar social do ESG, as companhias também devem descrever a composição dos órgãos da administração, conselho fiscal e quadro de funcionários quanto à diversidade com base em autodeclaração.

A partir dos dados apresentados, é possível traçar um retrato, ao menos com relação ao gênero e cor/raça, do perfil dos membros da alta liderança das empresas abertas

brasileiras. De todos os membros da administração (diretoria executiva, conselho de administração) e conselho fiscal, 79% são homens e 81% brancos – 4% dos membros declararam que preferem não responder sobre gênero e 11% sobre cor ou raça.

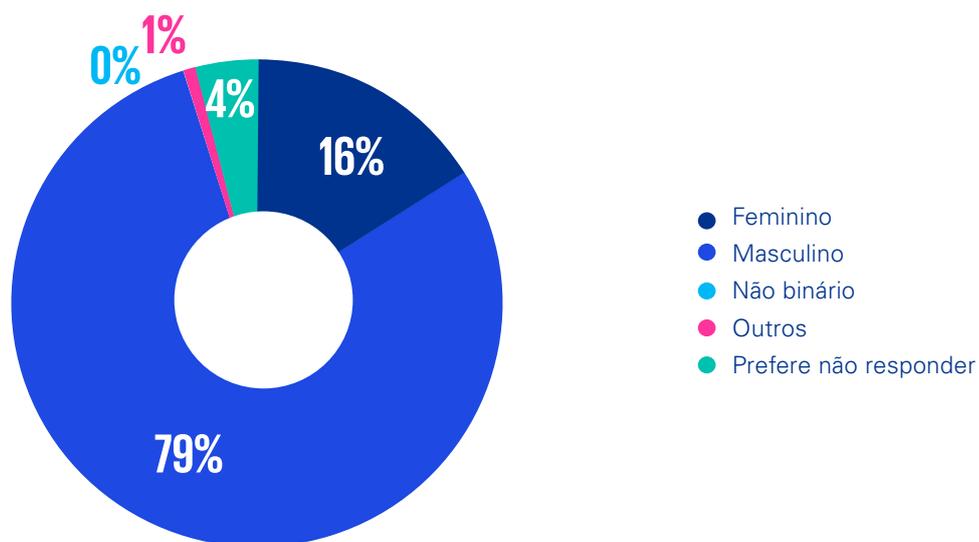
O segmento Básico, com 19% dos membros do conselho de administração que se autodeclararam como mulheres, é o segmento com maior participação de mulheres nesse órgão, seguido do Novo Mercado (17%). Considerando a composição do conselho fiscal, o segmento que se destaca é o Nível 2, com 21% de membros que se autodeclararam do gênero feminino.



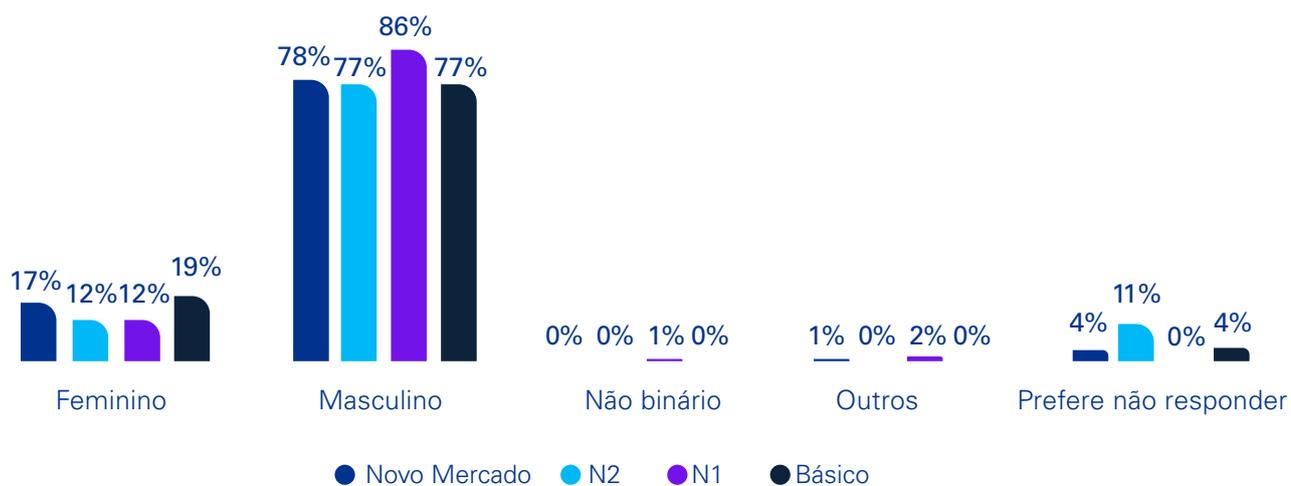
Em 2023, a CVM aprovou novas regras de diversidade contidas no Anexo ASG¹². As medidas visam aumentar a diversidade de gênero e de minorias sub-representadas em cargos de alta liderança, além do reporte transparente dessas informações no modelo “pratique ou explique” no formulário de referência. As novas regras entrarão em vigor a partir de 2025 e, de acordo com o aprovado, as companhias devem eleger ao menos uma mulher e um membro de um grupo sub-representado (pessoas pretas, pardas ou indígenas, integrantes da comunidade LGBTQIA+ ou pessoas com deficiência) para o conselho de administração ou diretoria estatutária em até dois anos a partir da vigência das novas regras. Outra medida diz respeito às políticas de indicação das companhias que deverão contemplar critérios de diversidade (gênero, orientação sexual, cor ou raça, faixa etária ou inclusão de pessoa com deficiência) como requisitos para a eleição de membros do conselho de administração e diretoria estatutária.

¹² Anexo ASG. B3, 2023.

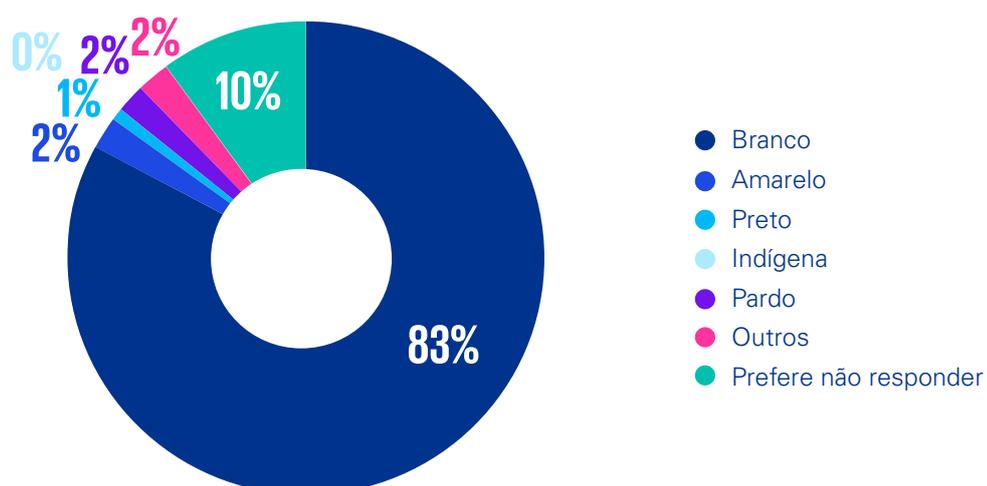
Composição do conselho de administração por autodeclaração de gênero



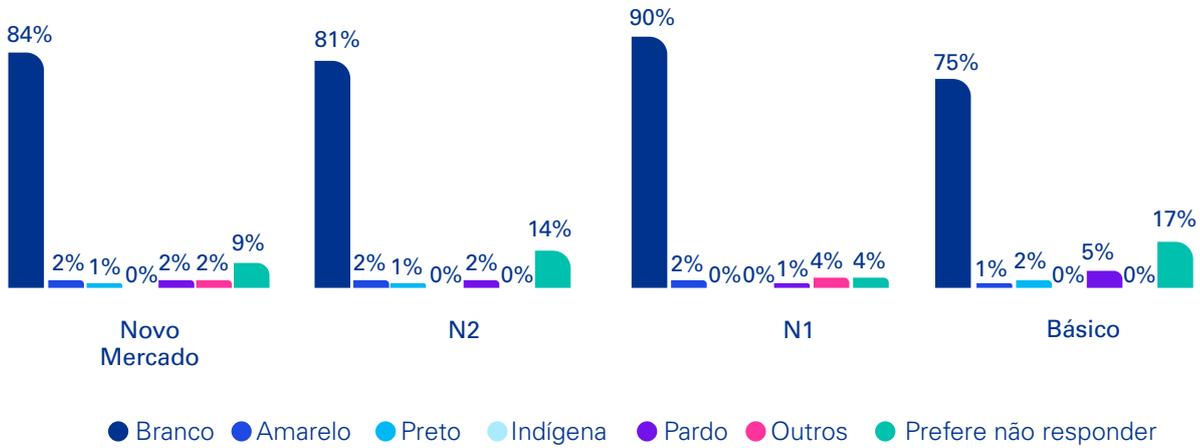
Composição do conselho de administração por autodeclaração de gênero, por segmento de listagem



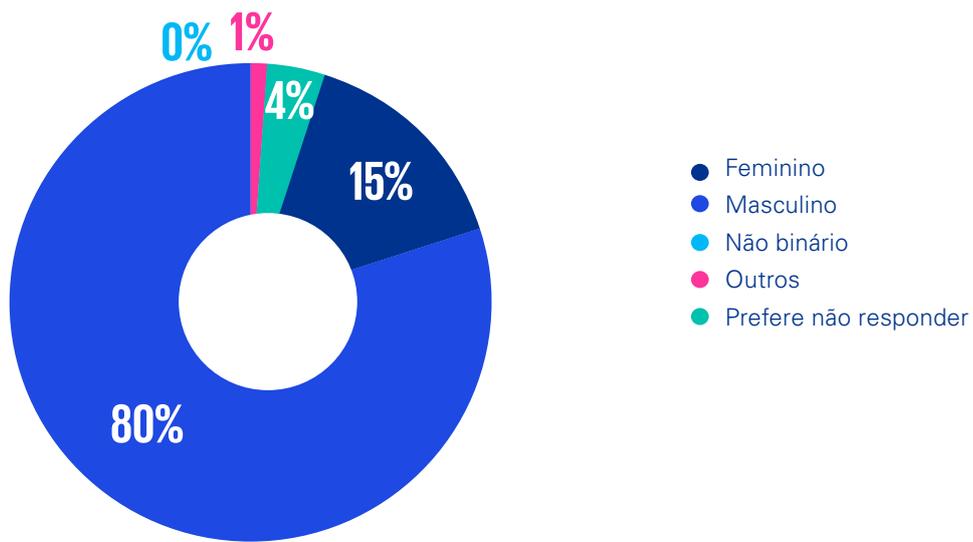
Composição do conselho de administração por autodeclaração de cor ou raça



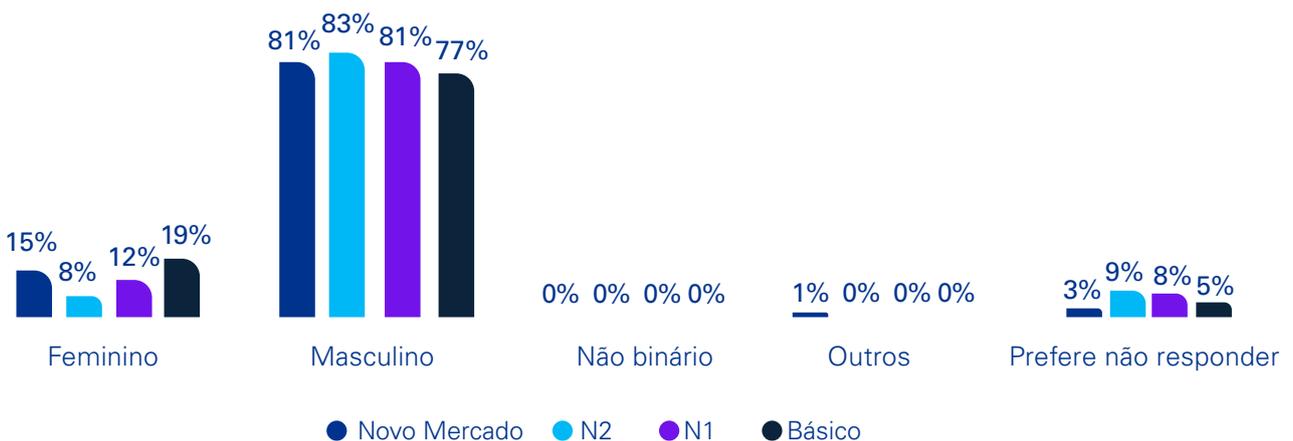
Composição do conselho de administração por autodeclaração de cor ou raça, por segmento de listagem



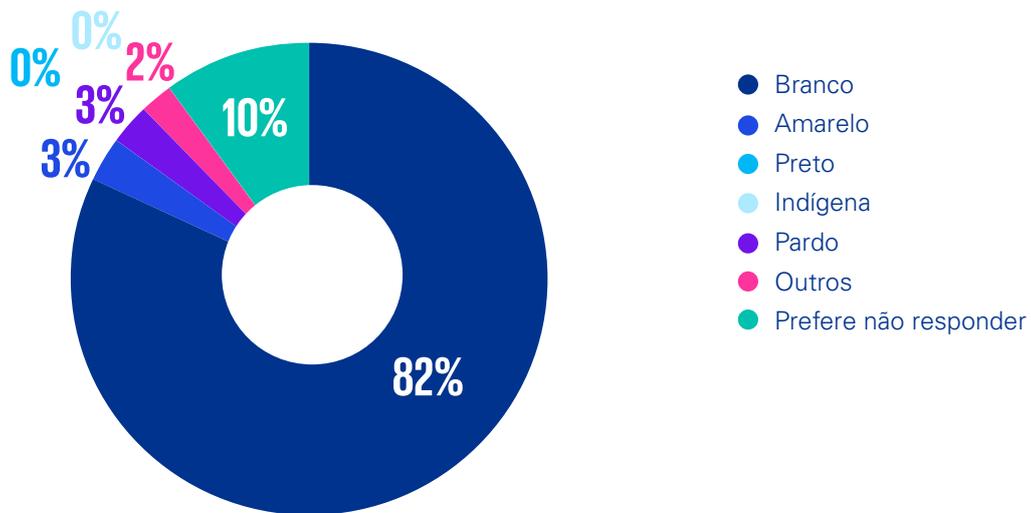
Composição da diretoria executiva por autodeclaração de gênero



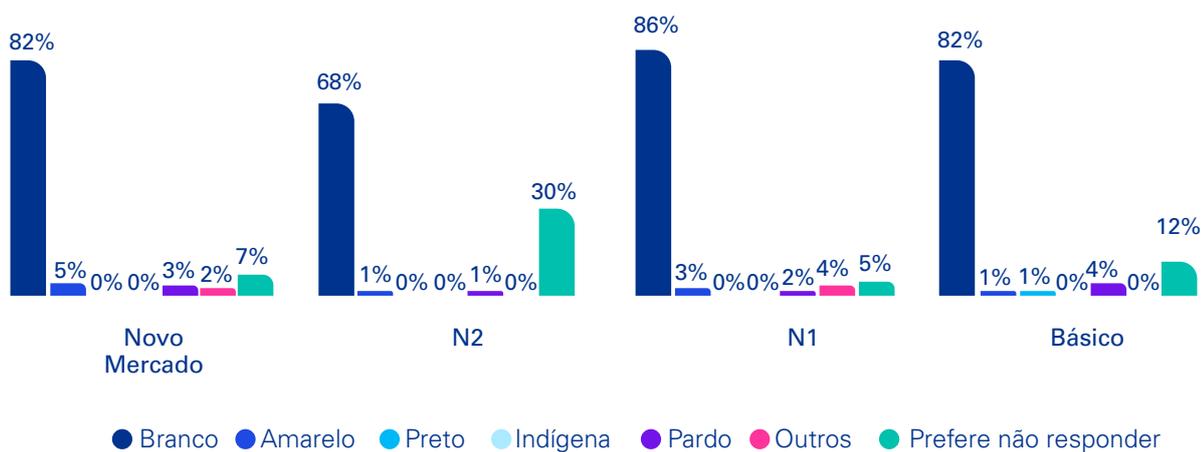
Composição da diretoria executiva por autodeclaração de gênero, por segmento de listagem



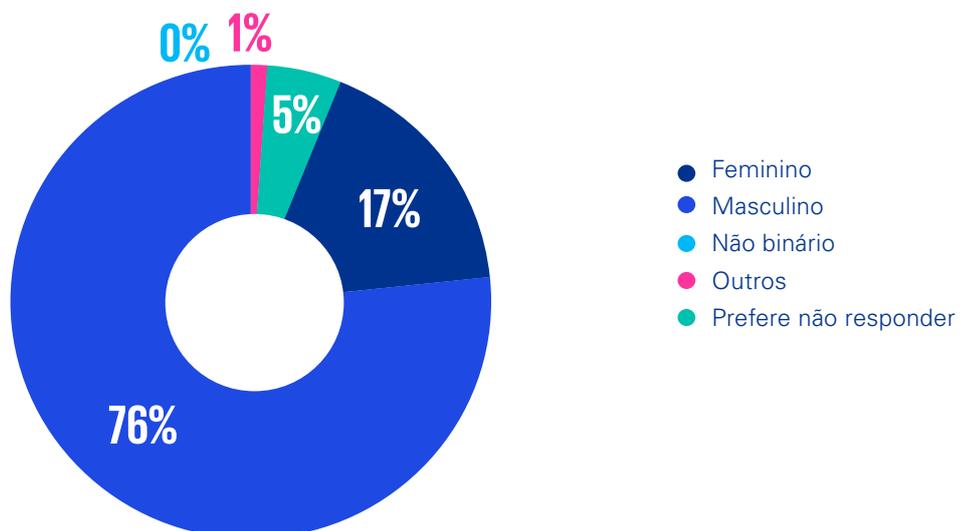
Composição da diretoria executiva por autodeclaração de cor ou raça



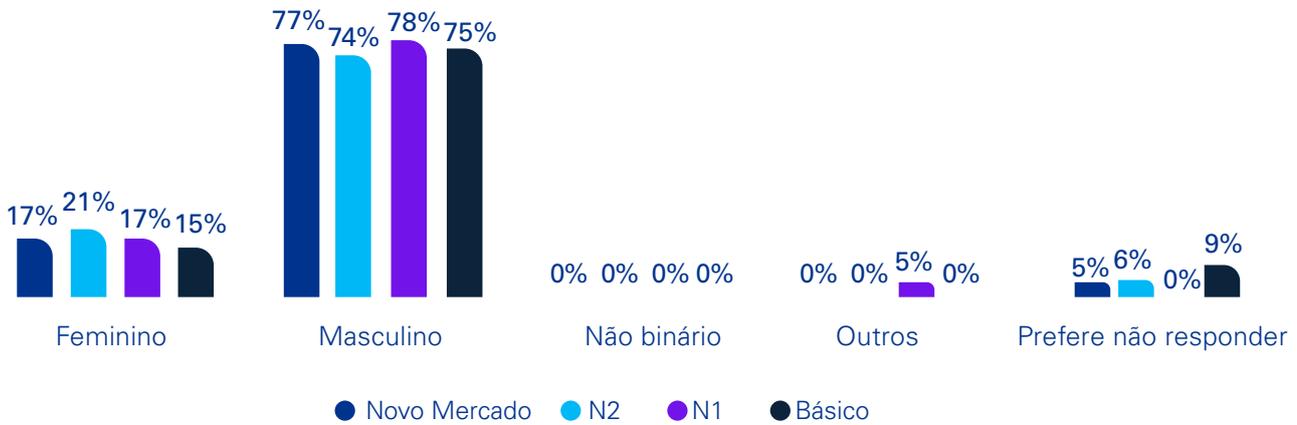
Composição da diretoria executiva por autodeclaração de cor ou raça, por segmento de listagem



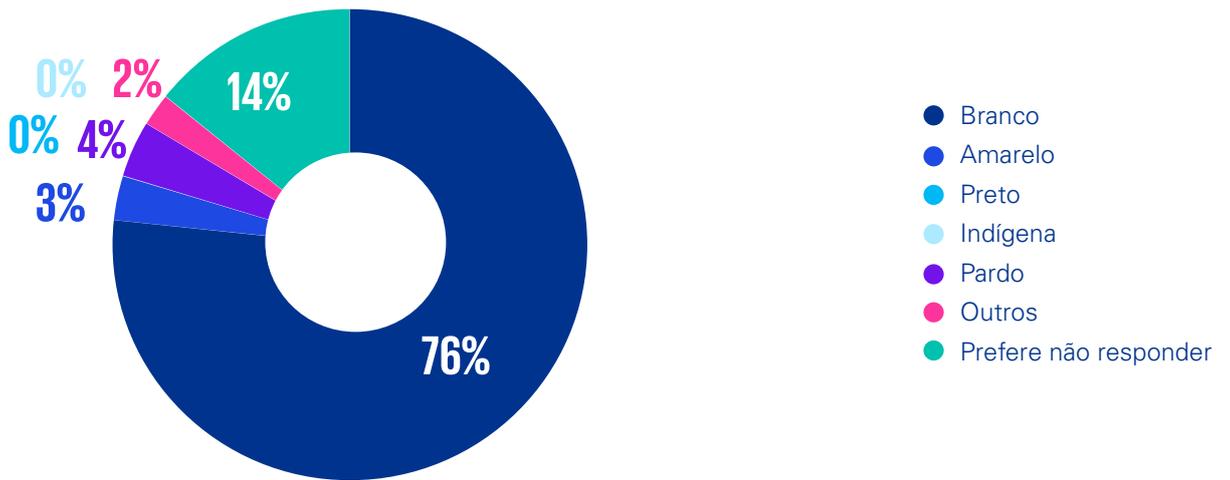
Composição do conselho fiscal por autodeclaração de gênero



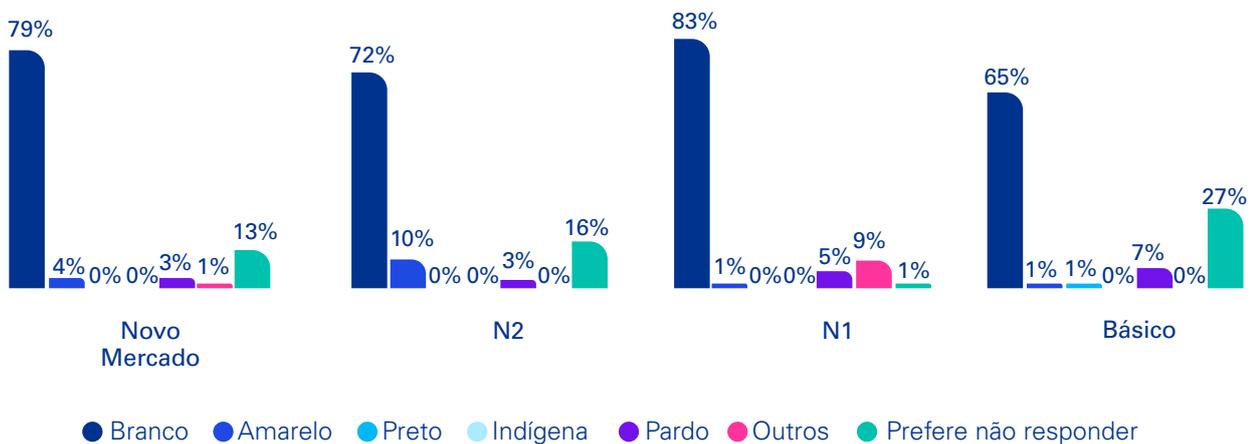
Composição do conselho fiscal por autodeclaração de gênero, por segmento de listagem



Composição do conselho fiscal por autodeclaração de cor ou raça



Composição do conselho fiscal por autodeclaração de cor ou raça, por segmento de listagem

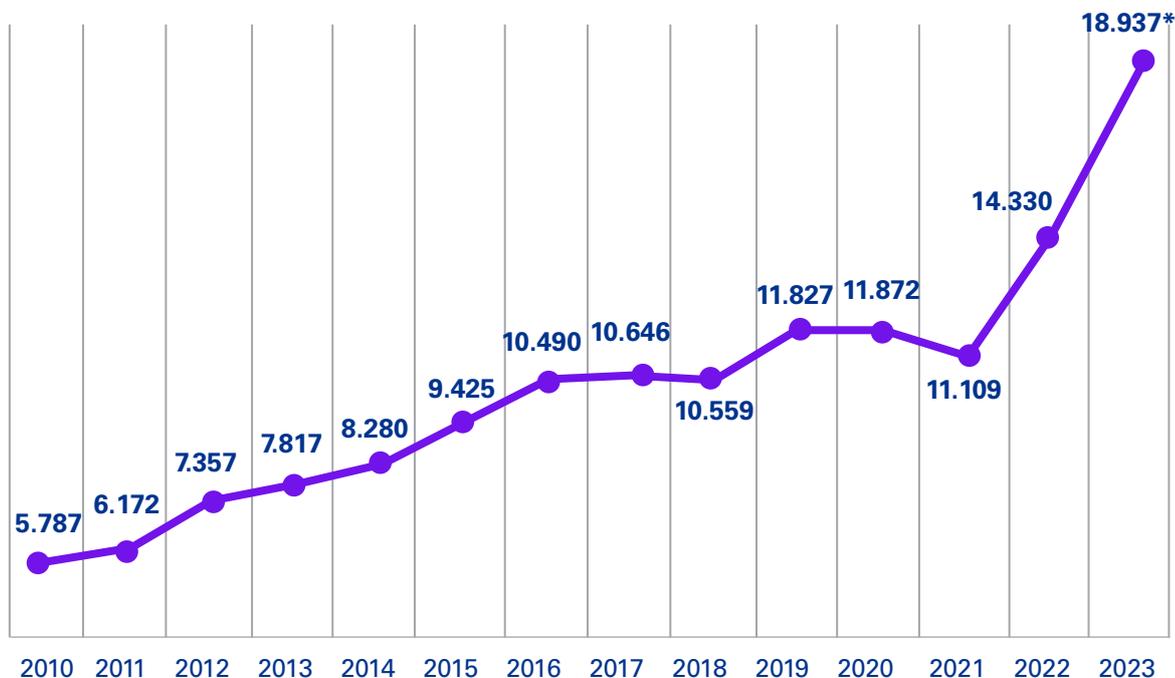


Perfil das empresas analisadas

Receita líquida média e anual, em milhões de reais, por empresa, por segmento de listagem

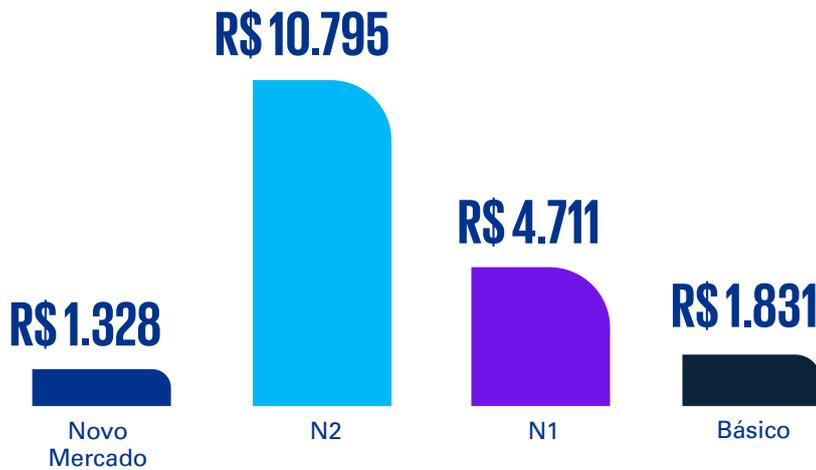


Evolução das médias anuais da receita líquida, por empresa, em milhões de reais



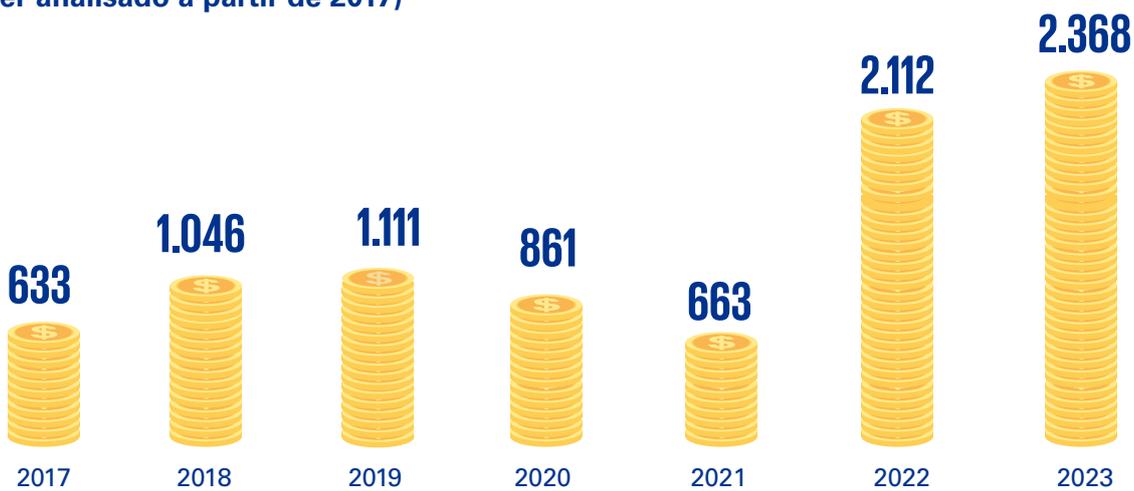
*A alta desse valor se deve à duas empresas que divulgaram receitas acima de R\$ 300 bilhões referente à 2022.

Lucro líquido médio e anual das empresas* de cada segmento, em milhões de reais

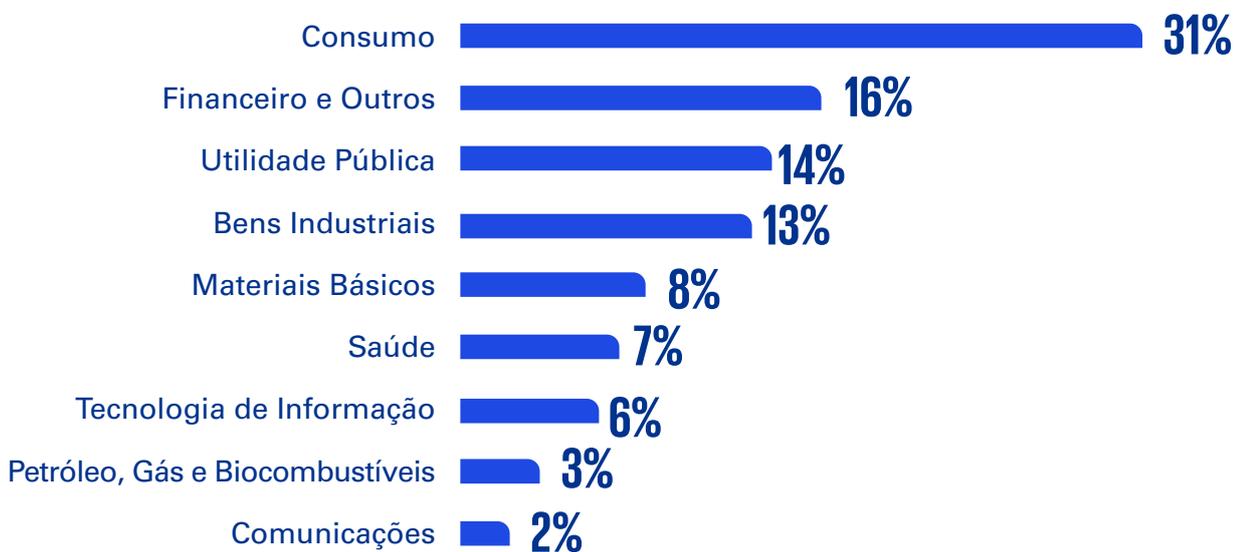


* Calculado a partir de uma média de todas as empresas (soma de todos os valores dividida pela quantidade de empresas).

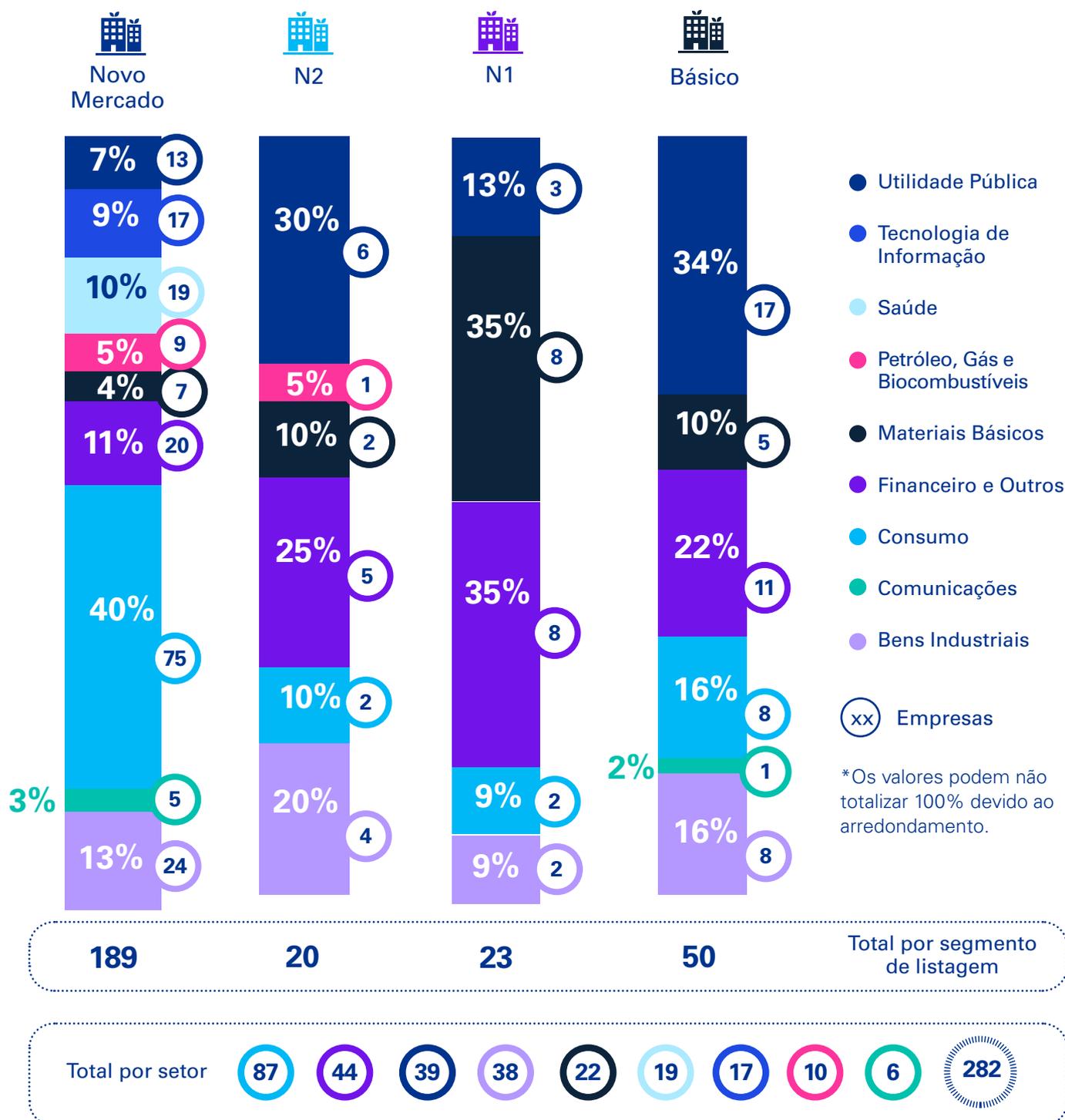
Evolução do lucro líquido médio e anual das empresas, em milhões de reais (esse item passou a ser analisado a partir de 2017)



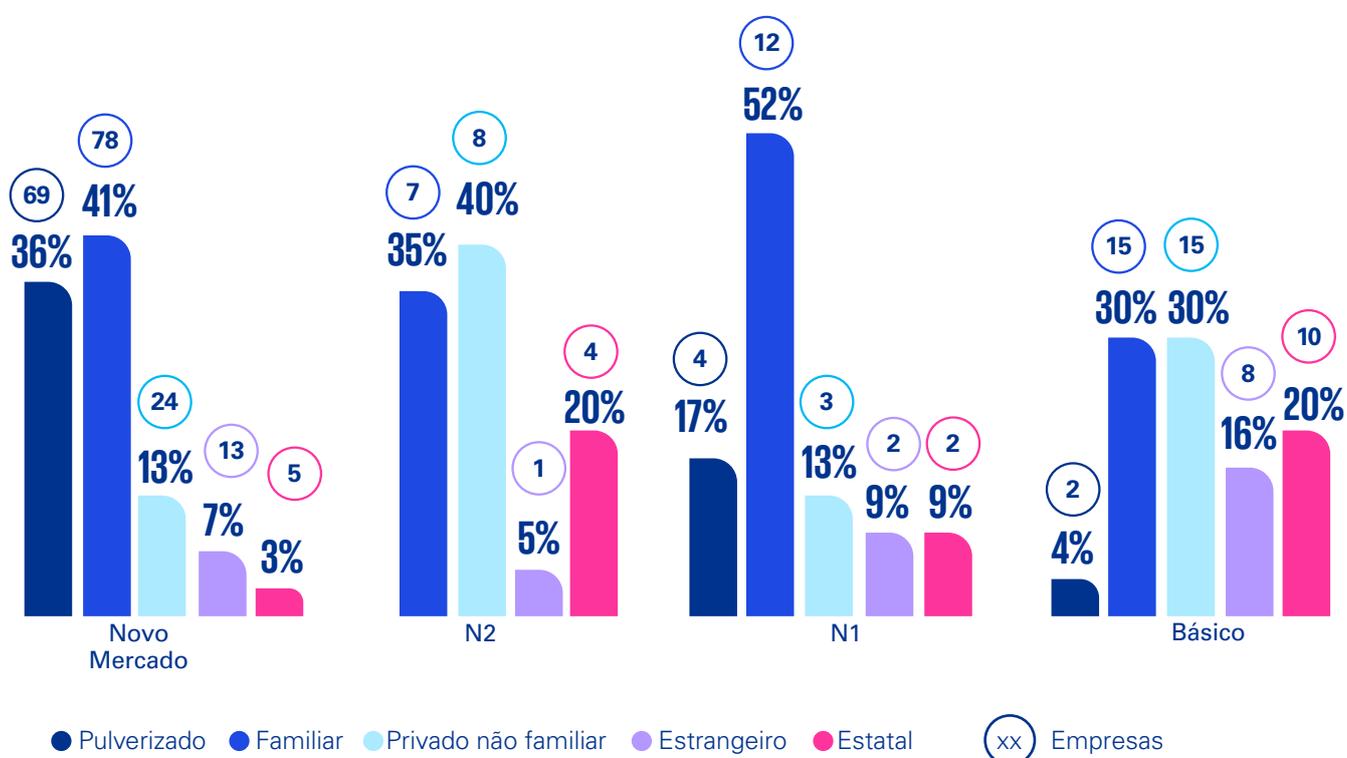
Setores de atuação das empresas que compõem este estudo



Setores de atuação das empresas por segmento de listagem*



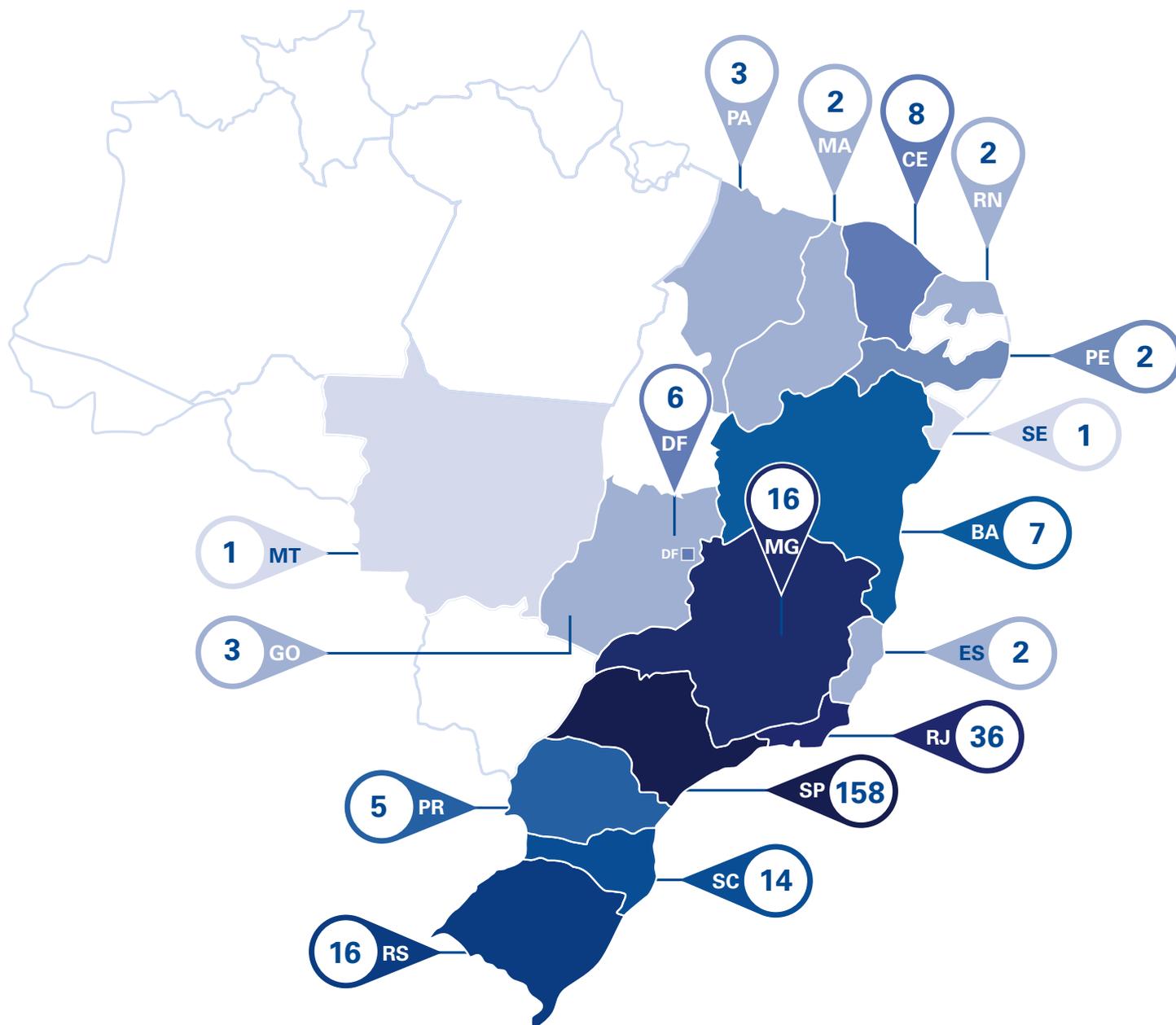
Tipo de estrutura de propriedade das empresas, por segmento de listagem



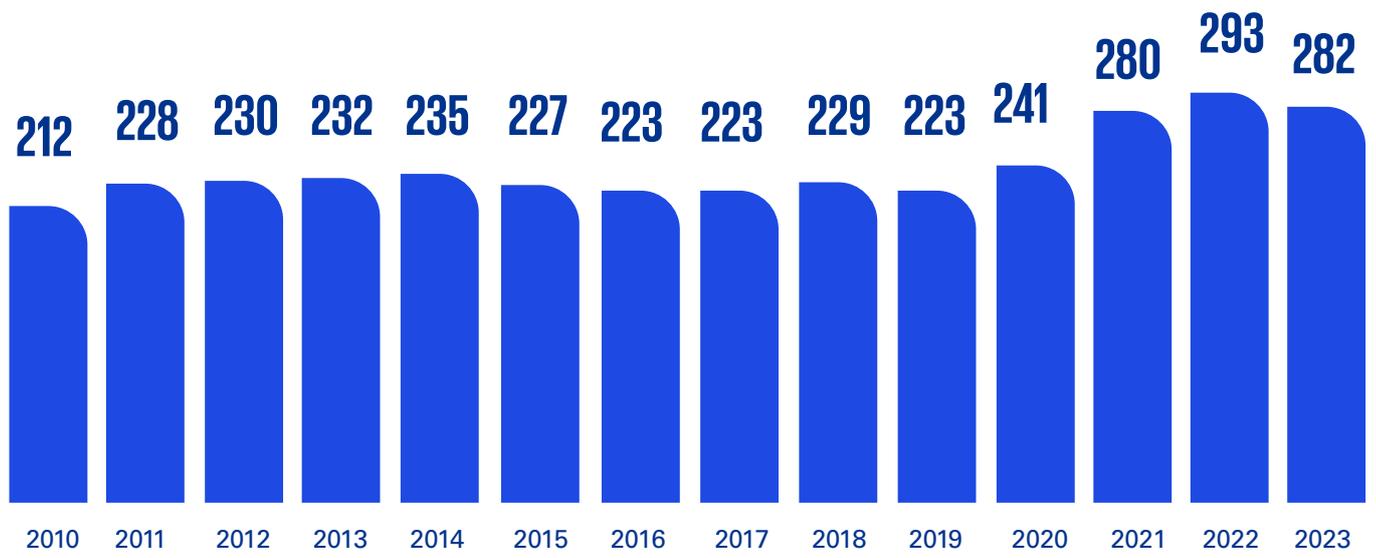
Número/porcentagem de empresas por tipo de estrutura de propriedade

Tipo de estrutura	Porcentagem	Número de empresas
Familiar	40%	112
Pulverizado	27%	75
Privado não familiar	18%	50
Estrangeiro	8%	24
Estatal	7%	21

Distribuição geográfica das empresas analisadas em 2023



Evolução da quantidade de empresas que compuseram o estudo, a cada ano



Empresas que compõem a 18ª edição do estudo

Novo Mercado – 189 empresas

- 3R Petroleum Óleo e Gás S.A.
- Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.
- AES Brasil Energia S.A.
- Agrogalaxy Participações S.A.
- Aliance Sonae Shopping Centers S.A.
- Alliar – Aliança Saúde e Participações S.A.
- Allied Tecnologia S.A.
- Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.
- Alper Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
- Alphaville S.A.
- Ambipar Participações e Empreendimentos S.A.
- Anima Holding S.A.
- Arezzo Indústria e Comércio S.A.
- Armac Locação, Logística e Serviços S.A.
- Atacadão S.A.
- Auren Energia S.A.
- B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
- Banco do Brasil S.A.
- Banco Modal S.A.
- BB Seguridade Participações S.A.
- Bemobi Mobile Tech S.A.
- BK Brasil – Zamp S.A.
- Blau Farmacêutica S.A.
- Boa Safra Sementes S.A.
- Boa Vista Serviços S.A.
- BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas
- BRF S.A.
- Brisnet Participações S.A.
- C&A Modas S.A.
- Caixa Seguridade Participações S.A.
- Camil Alimentos S.A.
- CCR S.A.
- Cielo S.A.
- Clear Sale S.A.
- Cogna Educação S.A.
- Companhia Brasileira de Alumínio
- Construtora Tenda S.A.
- COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
- Cosan S.A.
- CPFL Energia S.A.
- Cruzeiro do Sul Educacional S.A.
- CSU Digital S.A.
- Cury Construtora e Incorporadora S.A.
- CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.
- Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações
- D1000 Varejo Farma Participações S.A.
- Dasa – Diagnósticos da América S.A.
- Desktop S.A.
- Dexco S.A.
- Dimed S.A. – Distribuidora de Medicamentos
- Direcional Engenharia S.A.
- Dotz S.A.
- EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- EDP Brasil S.A.
- Eletromídia S.A.
- Embraer S.A.
- Empreendimentos Pague Menos S.A.
- Enauta Participações S.A.
- Eneva S.A.
- Engie Brasil Energia S.A.
- Enjoei S.A.
- Equatorial Energia S.A.
- Even Construtora e Incorporadora S.A.
- EZTEC Empreendimentos e Participações S.A.
- Fertilizantes Heringer S.A.
- Fleury S.A.
- Gafisa S.A.
- Getninjas S.A.
- GPA – Companhia Brasileira de Distribuição
- GPS Participações e Empreendimentos S.A.
- Grendene S.A.
- Grupo Casas Bahia – Via S.A.
- Grupo de Moda Soma S.A.
- Grupo Mateus S.A.
- Grupo Natura – Natura &CO Holding S.A.
- Grupo SBF S.A.
- Guararapes Confeções S.A.
- Hapvida Participações e Investimentos S.A.
- HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A.
- Helbor Empreendimentos S.A.
- Hidrovias do Brasil S.A.
- Hospital Mater Dei S.A.
- Hypera S.A.
- IMC – International Meal Company Alimentação S.A.
- Infracommerce CXAAS S.A.

- Intelbras S.A.
- Iochpe Maxion S.A.
- Irani Papel e Embalagem S.A.
- IRB(Re) – IRB Brasil Resseguros S.A.
- Jalles Machado S.A.
- JBS S.A.
- JHSF Participações S.A.
- JSL S.A.
- Kora Saúde Participações S.A.
- Lavvi Empreendimentos Imobiliários S.A.
- Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.
- Localiza Rent a Car S.A.
- Locaweb Serviços de Internet S.A.
- Log Commercial Properties
- Log-In Logística Intermodal S.A.
- Lojas Quero Quero S.A.
- Lojas Renner S.A.
- Lopes – LPS Brasil Consultoria de Imóveis S.A.
- M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos
- Magazine Luiza S.A.
- MAHLE Metal Leve S.A.
- Marfrig Global Foods S.A.
- Marisa Lojas S.A.
- Méliuz S.A.
- Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.
- Metalfrio Solutions S.A.
- Mills Locação, Serviços e Logística S.A.
- Minerva S.A.
- Mitre Realty Empreendimentos e Participações S.A.
- Mobly S.A.
- Moura Dubeux Engenharia S.A.
- Movida Participações S.A.
- MPM Corpóreos S.A.
- MRV Engenharia e Participações S.A.
- Multilaser Industrial S.A.
- Neoenergia S.A.
- Neogrid Participações S.A.
- Oceanpact Serviços Marítimos S.A.
- Odontoprev S.A.
- Omega Energia S.A.
- Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A.
- Orizon Valorização de Resíduos S.A.
- OSX Brasil S.A.
- Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.
- Padtec Holding S.A.
- PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações
- Petroreconcavo S.A.
- PetroRio – Prio S.A.
- Petz — Pet Center Comércio e Participações S.A.
- Plano & Plano Desenvolvimento Imobiliário S.A.
- Porto Seguro S.A.
- Portobello — PBG S.A.
- Positivo Tecnologia S.A.
- Priner Serviços Industriais S.A.
- Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.
- Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
- Raia Drogasil S.A.
- Rede D'Or São Luiz S.A.
- RNI Negócios Imobiliários S.A.
- Romi S.A.
- Rumo S.A.
- Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
- Santos Brasil Participações S.A.
- São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.
- São Martinho S.A.
- Sendas Distribuidora S.A.
- Sequoia Logística e Transportes S.A.
- Ser Educacional S.A.
- Simpar S.A.
- Sinqia S.A.
- SLC Agrícola S.A.
- Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.
- Suzano S.A.
- SYN Prop & Tech S.A.
- Technos S.A.
- Tecnisa S.A.
- Tegma Gestão Logística S.A.
- Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.
- TIM S.A.
- Time for Fun – T4F Entretenimento S.A.
- TOTVS S.A.
- TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
- Traders Club – TC. S.A.
- Três Tentos Agroindustrial S.A.
- Trisul S.A.
- Tupy S.A.
- Ultrapar Participações S.A.
- Unicasa Indústria de Móveis S.A.
- Unifique Telecomunicações S.A.
- Vale S.A.
- Valid Soluções S.A.
- Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
- Veste S.A. Estilo
- Vibra Energia S.A.
- Vittia S.A.
- Vivara Participações S.A.
- VIVEO – CM Hospitalar S.A.
- Viver Incorporadora e Construtora S.A.
- Vulcabras S.A.
- Weg S.A.
- Westwing Comércio Varejista S.A.
- Wilson Sons Holdings Brasil S.A.
- Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A.
- YDUQS Participações S.A.

Nível 2 – 20 empresas

- Alupar Investimento S.A.
- Azul S.A.
- Banco ABC Brasil S.A.
- Banco BTG Pactual S.A.
- Banco Pine S.A.
- BR Partners – BR Advisory Partners Participações S.A.
- Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
- Copel – Companhia Paranaense de Energia
- CSN Mineração S.A.
- Energisa S.A.
- Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
- Klabin S.A.
- Marcopolo S.A.
- Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A.
- Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A.
- Raízen S.A.
- SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
- Taesa – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
- Taurus Armas S.A.
- Track & Field Co S.A.

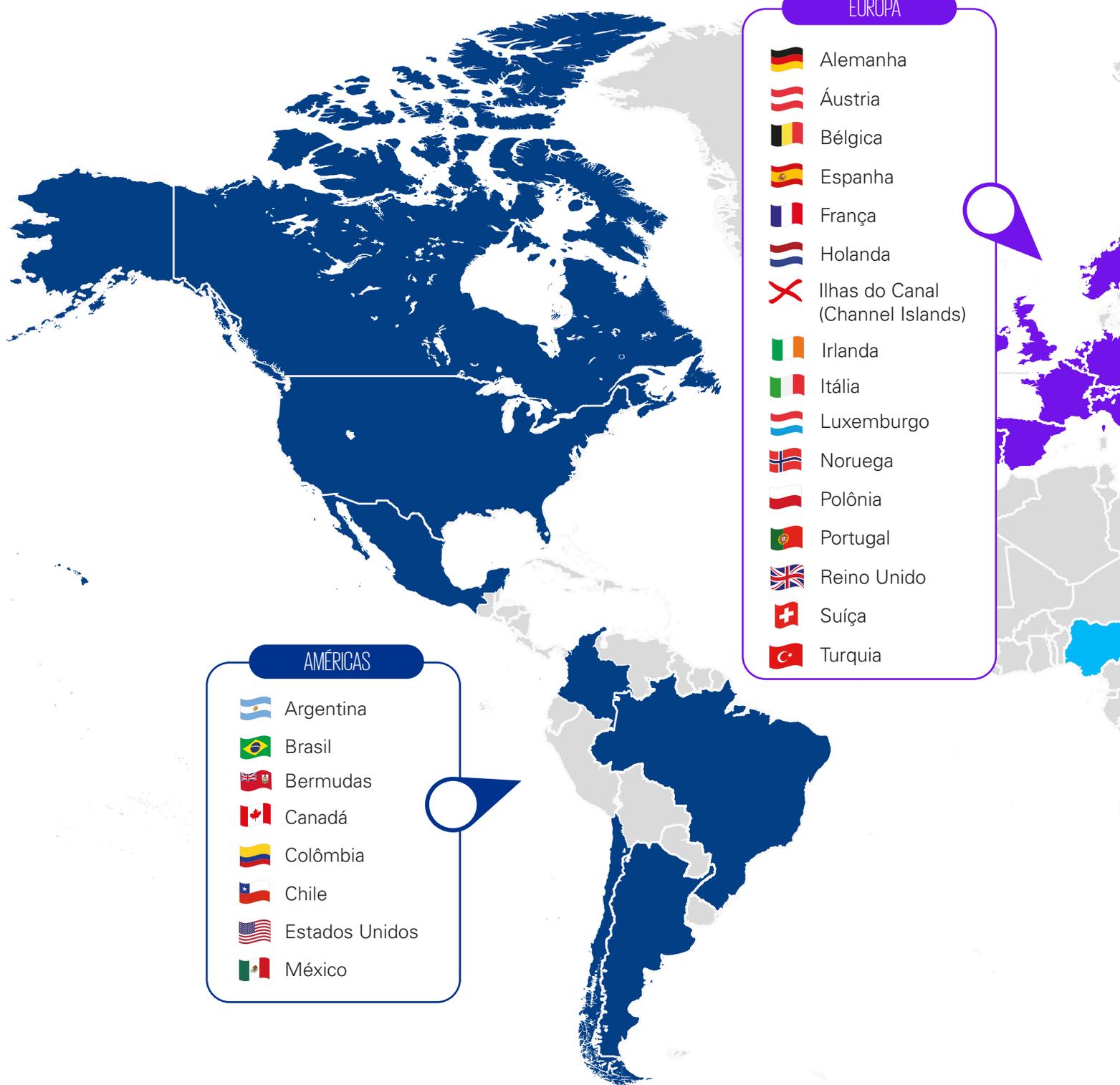
Nível 1 – 23 empresas

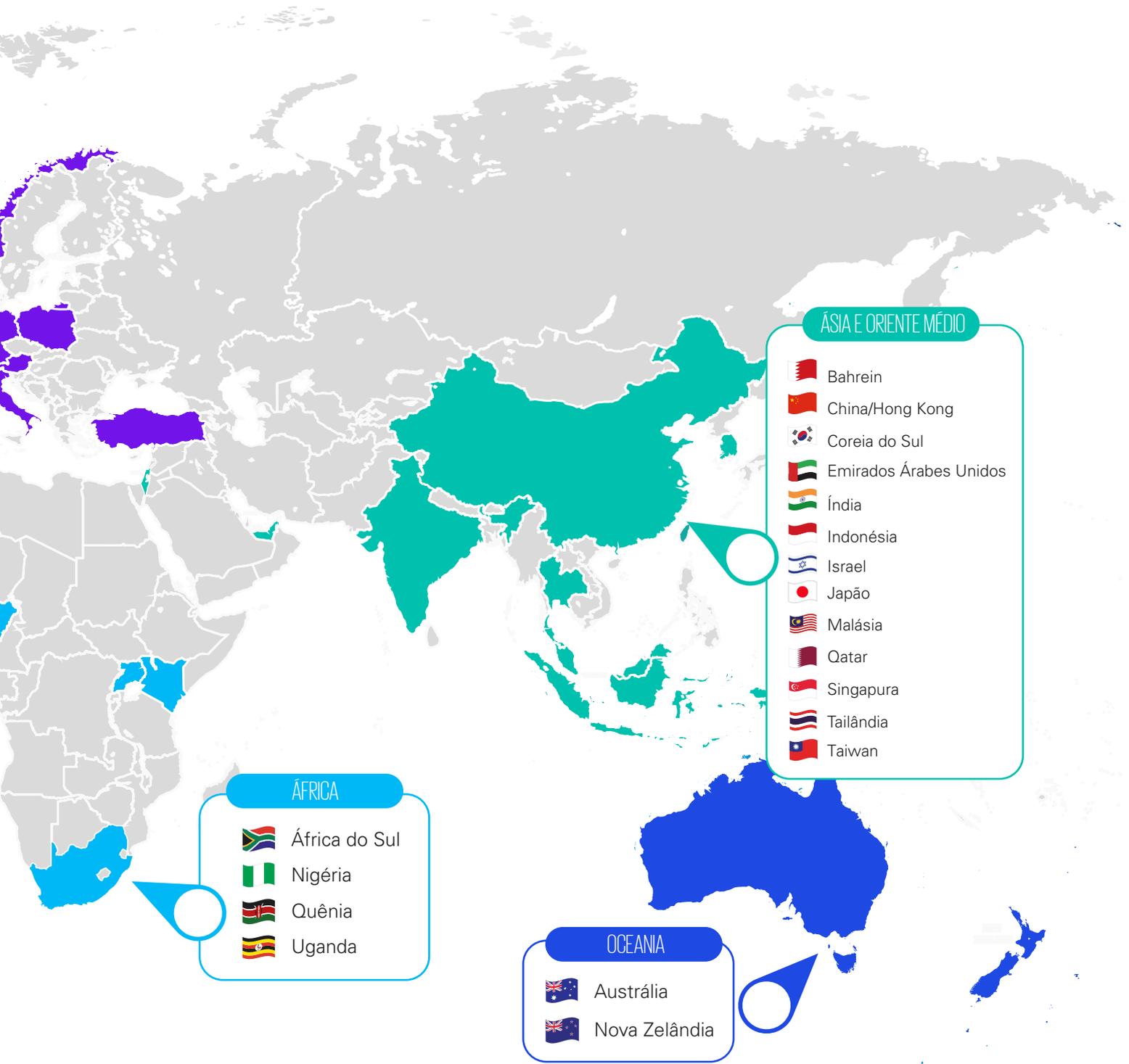
- Alpargatas S.A.
- Banco BMG S.A.
- Banco Bradesco S.A.
- Banco Mercantil do Brasil S.A.
- Banco Pan S.A.
- Banrisul – Banco Estado do Rio Grande do Sul S.A.
- Bradespar S.A.
- Braskem S.A.
- Cedro – Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
- CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
- CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
- Dexas Participações S.A.
- Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
- Eucatex S.A. Indústria e Comércio
- Ferbasa – Companhia Ferro Ligas da Bahia
- Fras-le S.A.
- Gerdau S.A.
- Iguatemi S.A.
- Itaú Unibanco Holding S.A.
- Itaúsa S.A.
- Metalúrgica Gerdau S.A.
- Randon S.A. Implementos e Participações
- Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Básico – 50 empresas

- AES Brasil Operações S.A.
- Ambev S.A.
- Banco Alfa de Investimento S.A.
- Banco da Amazônia S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Banco Santander (Brasil) S.A.
- Banese – Banco do Estado de Sergipe S.A.
- Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo
- Banpará – Banco Estado do Pará S.A.
- BRB Banco de Brasília S.A.
- CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
- CEB – Companhia Energética de Brasília
- CEG – Companhia Distribuição de Gás do Rio de Janeiro
- CELGPAR – Companhia Celg de Participações
- Coelba – Companhia de Eletricidade Estadual da Bahia
- Coelce – Companhia Energética do Ceará
- COMGAS – Companhia Gás de São Paulo
- Companhia Siderúrgica Nacional
- Compass Gás e Energia S.A.
- Conservas Oderich S.A.
- Consórcio Alfa de Administração S.A.
- Cosern – Companhia Energética do Rio Grande do Norte
- Elektro Redes S.A.
- EMA – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
- Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A.
- Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.
- Grazziotin S.A.
- Haga S.A. Indústria e Comércio
- Hercules S.A Fábrica de Talheres
- Hmobi Participações S.A.
- Kepler Weber S.A.
- Mangels Industrial S.A.
- Metarlugica Riosulense S.A.
- Metisa Metalúrgica Timboense S.A.
- Monteiro Aranha S.A.
- Mundial S.A.
- Paraná Banco S.A.
- Pettenatti S.A. Indústria Têxtil
- Rede Energia Participações S.A.
- Rio Paranapanema Energia S.A.
- Rodobens S.A.
- Schulz S.A.
- Statkraft Energias Renováveis S.A.
- Suzano Holding S.A.
- Tegra Incorporadora S.A.
- Tronox Pigmentos do Brasil S.A.
- Unipar Carbocloro S.A.
- Vivo – Telefônica Brasil S.A.
- Whirlpool S.A.
- WLM Participações e Comércio de Máquinas e Veículos S.A.

O ACI Institute e o Board Leadership Center no Mundo







O ACI Institute e o Board Leadership Center da KPMG no Brasil

O Audit Committee Institute (ACI) e o Board Leadership Center (BLC) são redes globais da KPMG para membros de conselhos de administração, conselhos fiscais e comitês de auditoria com o objetivo de disseminar a importância das boas práticas de governança corporativa, gerar valor de longo prazo e aumentar a confiança dos *stakeholders*. Criado em 1999 pela KPMG International, o ACI Institute chegou ao Brasil em 2004 e tornou-se referência nacional e internacional juntamente do Board Leadership Center.

Presentes, conjuntamente, em mais de 30 países onde a KPMG atua, o ACI Institute e o Board Leadership Center contribuem para discussões sobre desafios e oportunidades relevantes para os negócios, oferecendo análises exclusivas baseadas em publicações desenvolvidas especialmente para conselheiros e membros de comitês de auditoria.

O ACI Institute Brasil já promoveu mais de 80 Mesas de Debates e seus membros recebem, em primeira mão, uma *newsletter* com informações

relacionadas a governança corporativa, gerenciamento de riscos, *compliance*, auditoria, ESG e outros assuntos relevantes, contribuindo para a atualização e a evolução do ambiente de governança corporativa no país.

Já são 20 anos de tradição, incentivando a troca de experiências entre seus membros e propiciando um espaço para interlocução de alta qualidade. O ACI Institute, o Board Leadership Center e a KPMG contribuem para discussões sobre os desafios oportunos e relevantes da alta administração, oferecendo análises de grandes questões que remodelam nosso ambiente atual para a governança corporativa, contribuindo para fortalecer as boas práticas no Brasil e no mundo.



ACI Institute Brasil

Ouvir, Aprender, Compartilhar, Liderar

KPMG Board Leadership Center

Exploring issues. Delivering insights. Advancing governance.

Fale com o nosso time



Sidney Ito

CEO do ACI Institute Brasil
Sócio em Riscos e Governança
Corporativa da KPMG no Brasil



Fernanda Allegretti

Líder do Board Leadership Center
Brasil
Sócia-diretora de Mercados da
KPMG no Brasil

Entre em contato pelo email:
acibrasil@kpmg.com.br

kpmg.com.br



© 2023 KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG e o logotipo são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de uma pessoa ou entidade específica. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreenderem ações sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.



KPMG Board Leadership Center

Exploring issues. Delivering insights. Advancing governance.